

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?
A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DE UM ASSENTAMENTO RURAL
AGROECOLÓGICO EM RIBEIRÃO PRETO - SP**

JOSÉ CLÁUDIO GONÇALVES

SÃO CARLOS
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável?
A difícil construção de um assentamento rural
agroecológico em Ribeirão Preto - SP**

José Cláudio Gonçalves

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Dra.
Rosemeire Aparecida Scopinho

SÃO CARLOS
2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

G635ra

Gonçalves, José Cláudio.

Reforma agrária e desenvolvimento sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto - SP / José Cláudio Gonçalves. -- São Carlos : UFSCar, 2010.

134 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Reforma agrária. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Agroecologia. 4. Movimento dos sem-terra. I. Título.

CDD: 333.31 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676 13565-905 São Carlos - SP
Fone/Fax: (16) 3351.8673 www.ppgs.ufscar.br Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

José Cláudio Gonçalves

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 01 de setembro de 2010 às 09h00min, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 01 de setembro de 2010

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho
Orientadora e Presidente

Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski
Universidade Federal do Amazonas/Manaus

Para uso da CPG

Homologado na 18.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 06/10/2010

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Coordenador do PPGS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais:
Anadil da Motta Gonçalves (*in memoriam*)
e Ivone Carriel Gonçalves, pois, com eles comecei a descobrir as
riquezas e misérias do mundo rural brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um verdadeiro mutirão, assim, necessito registrar aqui os meus agradecimentos as pessoas que, direta ou indiretamente, me auxiliaram na conclusão desta tarefa. Em primeiro lugar, agradeço a professora Rosemeire Aparecida Scopinho, pois, sem a sua orientação, certamente, teria tido muito mais dificuldades. Não foram poucas as nossas conversas, muitas delas realizadas em sua própria residência em Ribeirão Preto; além de fornecer farto material para minhas leituras, sou grato a Rose pela paciência e pelo respeito às minhas limitações de tempo e também de compreensão da realidade social deste complexo universo chamado assentamento rural. Com a Rose aprendi não apenas a ser pesquisador, mas também descobri que, assim como as sementes, as idéias também necessitam de certo tempo para dar frutos. Agradeço também aos meus amigos da USP Ribeirão Preto: Cris Damião, André e a professora Vera Navarro pelo incentivo e empréstimo de vários livros e outros materiais. Da mesma forma sou grato aos amigos: Roberto Bettini, Eduardo Baldo, Márcia Registro e Cláudia Perencin pela grande ajuda na discussão e elaboração das imagens, mapas e outras ilustrações deste trabalho. Agradeço aos técnicos da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, especialmente, a Eliana e o Olavo pelo acesso aos materiais referentes a Fazenda da Barra. Aos assentados e assentados do PDS Mário Lago devo um obrigado especial, sobretudo, pela disposição que manifestaram em dialogar comigo em várias ocasiões; também sou grato a direção regional do MST de Ribeirão Preto pelas oportunidades que tive em participar de diversas atividades, tanto no Centro de Formação Dom Helder Câmara quanto no próprio Assentamento Mário Lago. Agradeço também ao Rafael Aroni, Juliana Dourado e a Benedita pelas trocas de idéias que mantivemos durante a minha passagem pela UFSCar e pelo PPGS; falando no programa de Pós-graduação, não posso deixar de manifestar minha gratidão a querida Ana Maria, secretaria do programa, ao professor Rodrigo Constante Martins e a professora Norma Felicidade pelas críticas e sugestões. Por fim, agradeço a Gisela pelo companheirismo, compreensão e paciência pelo meu absenteísmo familiar nestes últimos dois anos. Enfim, sou grato a todos e a todas pelo apoio nesta empreitada, a vocês deixo um abraço fraterno.

RESUMO

A questão do desenvolvimento rural vem sendo discutida por diferentes agências e agentes, governamentais ou não, que direcionam os debates para a convergência entre as questões agrícola, agrária e ambiental. Nesta abordagem, a conservação e a recomposição dos recursos naturais são consideradas tão importantes quanto a produção agropecuária. No Brasil, esta perspectiva tem colocado os assentamentos de reforma agrária como espaços importantes para a implantação de projetos baseados na sustentabilidade ambiental. O estudo de caso que desenvolvemos num assentamento rural no município de Ribeirão Preto, região Nordeste do Estado de São Paulo, revela que a implantação de projetos dessa natureza acirra os conflitos entre os diferentes agentes e expressa a fragmentação e a desarticulação das políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais. Confrontando os diferentes discursos e práticas objetivamos compreender no que consiste a sustentabilidade ambiental para o Estado, os movimentos sociais e os trabalhadores rurais assentados.

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável . Reforma agrária . Agroecologia . MST

ABSTRACT

The question of rural development has been discussed by different agencies and agents, governmental or otherwise, that directed the discussions towards convergence between the questions of agriculture, agrarian and environment. In this approach, the conservation and restoration of natural resources are considered as important as the agricultural production. In Brazil, this approach has placed the agrarian reform settlements as areas important for the implementation of agricultural projects based on environmental sustainability. The case study we developed in a rural settlement in the municipality on the Ribeirão Preto, region northeastern state of Sao Paulo shows that the implementation of such projects exacerbates conflicts between the agents and expressed the fragmentation and dislocation of public policies for rural settlements. Comparing the different discourse and practices, we aimed to understand what is an environmental sustainability for the state, social movements and rural workers settled.

Keywords: Sustainable development . Agrarian reform . Agroecology . MST

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Vista área da Fazenda da Barra – julho de 2002	27
Figura 02 – Experiência com roda d'água	81
Figura 03 – Vista área do Assentamento Mário Lago	93
Figura 04 – Base produtiva do Assentamento Mário Lago	108
Figura 05 – Dificuldades para desenvolver a agricultura ecológica	111
Figura 06 – Desenho feito a partir de fotografias tiradas do lote nº 09 do Núcleo Terra Sem Males	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Assentamentos rurais do tipo PDS criados pelo INCRA nas regiões Central e Nordeste do Estado de São Paulo, entre os anos de 2004 e 2008	25
Quadro 02 – Principais alterações ocorridas na estrutura governamental relacionadas à questão fundiária no Estado de São Paulo, entre as décadas de 1960 e 1990	55
Quadro 03 – Situação da Reserva Florestal Legal nos assentamentos do Pontal do Paranapanema	68
Quadro 04 – Resultado dos trabalhos de grupo realizados pelo INCRA São Paulo	72
Quadro 05 – Número de famílias por Núcleo de Base do Assentamento Mário Lago, em agosto de 2008	82
Quadro 06 – Principais deslocamentos das famílias organizadas pelo MST em Ribeirão Preto, entre os anos de 2003 e 2004	89
Quadro 07 – Coleta da produção realizada pela COOPERARES no PDS Mário Lago, entre os dias 24 e 25 de março de 2010	104
Quadro 08 – Relação dos produtos comercializados por quatro famílias do PDS Mário Lago, entre os meses de março e abril de 2010	117

LISTA DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACEPB – Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil
ANDEF - Associação Nacional das Empresas de Defensivos Agrícolas
APP – Área de Preservação Permanente
ATRA – Assessoria Técnica de Revisão Agrária
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAIs – Complexos Agroindustriais
CAIC – Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização
CDPA – Comissão de Defesa da Produção de Açúcar
CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CIMAS – Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOPERAL – Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados
COOPERARES – Cooperativa dos Produtores de Agrobiodiversidade Ares do Campo
COTUCA – Colégio Técnico de Campinas
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRS – Comunidade de Resistência e Superação
DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo
DAERP – Departamento de Águas e Esgoto de Ribeirão Preto
DAF – Departamento de Assentamento Fundiário
DEPRN – Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais
DNC – Departamento Nacional do Café
DOU – Diário Oficial da União
DRF – Departamento de Regularização Fundiária
DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
GEAF – Grupo Executivo de Ação Fundiária
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IAF - Instituto de Assuntos Fundiários
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MLST – Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Medida Provisória
MPSP – Ministério Público do Estado de São Paulo
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OEMA – Órgão Estadual de Meio Ambiente
OGMs – Organismos Geneticamente Modificados
ONGs – Organizações Não Governamentais
PA – Projeto de Assentamento.
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRRA – Planos Regionais de Reforma Agrária
PSA – Pagamento por Serviços Ambientais
PVTP – Plano de Valorização de Terras Públicas
RFL – Reserva Florestal Legal
RL – Reserva Legal
RIMISP – Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural

SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

SAF – Secretaria de Assuntos Fundiários

SAFs – Sistemas Agroflorestais

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEAF – Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários

SMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

TDAAs – Títulos da Dívida Agrária

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

Apresentação	16
Introdução	21
CAPÍTULO 1 – Agricultura no Brasil: do complexo rural a transição agroecológica	30
1.1– O desenvolvimento da agricultura brasileira no século XX	33
1.2- A questão agrária brasileira na segunda metade do século XX	37
1.3– As questões agrícola, agrária e a sustentabilidade ambiental no Brasil	39
1.4 - O desenvolvimento da agricultura na região Nordeste do Estado de São Paulo	47
1.5– Conclusões	50
CAPÍTULO 2 – A questão ambiental nos assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo	54
2.1 - Antigos assentamentos de reforma agrária no quintal do agronegócio canavieiro	59
2.2 – O avanço da monocultura da cana-de-açúcar na região do Pontal do Paranapanema e seus possíveis reflexos sobre os assentamentos rurais	64
2.3 - Pontal Verde: programa de recuperação ambiental dos assentamentos do Pontal do Paranapanema	67
2.4 – Plano de Ação Ambiental do INCRA	70
2.5 – O MST e a construção de um modelo agrícola socioambiental	73
2.6 – Conclusões	77

CAPÍTULO 3 – PDS Mário Lago: da centralidade ao centralismo da questão ambiental	80
3.1 – A insustentabilidade ambiental da Fazenda da Barra	83
3.2 – Fazenda da Barra: das primeiras ocupações a posse definitiva	86
3.3 – Assentamento Mário Lago: a questão ambiental como alicerce do processo organizativo	93
3.4 – O Assentamento Mário Lago e o adeus aos barracos de lona	99
3.5 – PDS Mário Lago: limites e potencialidades da agricultura ecológica	102
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
5 – REFERÊNCIAS	123
Anexo A – Mapa da região administrativa de Ribeirão Preto	131
Anexo B – Portaria de criação do PDS	132
Anexo C – Mapa da Fazenda da Barra com a demarcação das áreas de Reserva Legal	133
Anexo D – Perfil dos assentados e assentadas entrevistados na segunda etapa da pesquisa de campo	134

Apresentação

Antes de descrever a estrutura do presente texto, gostaria de tecer breves comentários a respeito de algumas questões que julgo estarem na origem dos questionamentos que me levaram a realizar esta pesquisa. De certo modo, este trabalho é um desdobramento de um texto elaborado no final de 2006, época em que eu concluía o curso de Bacharel em Ciências Sociais na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara. Naquele trabalho de conclusão de curso, a proposta era discutir a abordagem feita por intelectuais marxistas a respeito da problemática ambiental contemporânea. As obras que analisei naquela ocasião foram: *Limites do Desenvolvimento Sustentável*, de Guillermo Foladori; *Da Grande Noite à Alternativa*, de Alan Bihr; a obra, *Para Além do Capital*, do filósofo húngaro István Mészáros, especialmente o quinto capítulo, intitulado: *A ativação dos limites absolutos do capital*; e por fim, *Ecologia e socialismo*, um livro onde Michael Löwy apresenta as bases daquilo que ele denomina de movimento ecossocialista.

De modo geral, esses quatro autores manifestavam uma descrença absoluta no conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, bem como nos movimentos sociais ambientalistas que se recusavam a ver a crise ecológica como uma manifestação concreta dos limites do sistema do capital. Sem entrar na análise pormenorizada de cada uma dessas obras, ressalto que foi no texto de Alan Bihr que surgiu uma questão que considero estar na raiz dos problemas levantados nesta pesquisa. Ao analisar a crise do movimento trabalhista europeu no final do século XX, Bihr afirmava que, no século XXI, tal movimento haveria de se defrontar com a crise ecológica, isto porque, segundo ele, os problemas ambientais colocar-se-iam como uma questão central para todos os trabalhadores do mundo. A afirmativa de Alan Bihr me levou a refletir sobre a seguinte questão: O que estariam pensando os trabalhadores brasileiros sobre os problemas ambientais? Ainda que tal questão tivesse sua importância, naquele momento, ela era apenas uma pergunta a incomodar um cientista social iniciante. A partir disso, passei, então, a buscar algumas respostas. Inicialmente procurei indicações na chamada sociologia do trabalho, mas, logo percebi que nesta área não havia pesquisas referentes a tal tema. No decorrer do ano de 2007, continuei buscando informações que pudessem trazer respostas à minha interrogação inicial. A dificuldade de encontrar material referente à perspectiva ambiental dos trabalhadores brasileiros decorria do próprio processo histórico enfrentado pelo conjunto desses trabalhadores ao longo do século XX, sobretudo, a partir dos anos de 1970, época em que a problemática ambiental ganhava visibilidade em

nível mundial. As diretrizes políticas e econômicas adotadas no Brasil, de meados dos anos de 1960 até meados dos anos de 1980, também contribuíram para que as discussões sobre os problemas ambientais, em nosso país, fossem obstruídas.

Além destes condicionantes, a dificuldade em analisar a questão ambiental apenas a partir da ótica dos trabalhadores brasileiros se dava pelo simples fato de que, enquanto questão social, a problemática ambiental é sempre relacional, ou seja, ainda que estejamos preocupados em apreender a perspectiva deste ou daquele grupo, somos obrigados a considerar também as relações estabelecidas entre os grupos envolvidos. Só mais tarde vim a descobrir esta particularidade. Enfim, na tentativa de encontrar respostas para a questão inicialmente formulada, participei de vários seminários, simpósios e palestras que tratavam da relação entre os problemas ambientais e as questões do desenvolvimento econômico e social; foi deste modo que me defrontei com a chamada questão socioambiental. A partir daí, procurei, então, analisar a realidade “rurbana” da região de Ribeirão Preto, mais especificamente naquilo que se refere às atividades produtivas e destrutivas do setor canavieiro, pois, os problemas socioambientais existentes neste setor da economia brasileira são hoje bastante evidentes.

Poluição ambiental, problemas de saúde pública, destruição de recursos não renováveis, precarização da mão de obra, concentração fundiária são alguns dos aspectos que marcam o desenvolvimento do setor canavieiro no Estado de São Paulo. Estes elementos, particularmente os três últimos, permitiram-me ver uma possibilidade de tratar a questão que eu havia levantado a partir da argumentação do filósofo Alan Bihl. A diferença fundamental era que, enquanto Bihl, olhava para os trabalhadores industriais urbanos europeus de fins do século XX, eu deveria voltar meus olhos para os trabalhadores rurais Sem Terra ainda existentes no Brasil neste início de século XXI. Foi desta maneira que me voltei para a questão da organização dos assentamentos de trabalhadores rurais Sem Terra na região de Ribeirão Preto e, dentro dessa perspectiva, para a relação entre a luta pela reforma agrária e a sustentabilidade ambiental.

A partir desta escolha, esbocei um projeto de pesquisa que veio a tornar-se o projeto com o qual ingressei, no ano de 2008, no programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, na linha de pesquisa: urbanização, ruralidades, desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. Vencidos os trâmites para admissão ao programa de mestrado, passei, sempre com o auxílio da minha orientadora, a ampliar as leituras referentes ao objeto de estudo.

Feito isto, pude me aventurar nas primeiras inserções no campo empírico e, logo de início perceber a complexidade da vida em um assentamento rural de reforma agrária. A escolha do Assentamento Mário Lago para a realização deste estudo deve-se, basicamente, à duas questões: primeira, pelo fato deste assentamento ter herdado um grande passivo ambiental, fruto da intensa exploração pelo cultivo de cana-de-açúcar; segunda, por estar localizado numa área de recarga do aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios de água doce do planeta.

As primeiras visitas ao Assentamento Mário Lago, mostraram-me que não é possível compreender a realidade social de um assentamento rural a partir de uma única questão, ou seja, se inicialmente estava empenhado em compreender como os assentados desenvolviam práticas agroecológicas dentro do assentamento, a realidade revelou que esta questão só seria possível de ser apreendida se tomada enquanto um processo dialético. Neste sentido, ampliei o escopo da pesquisa e passei a buscar entender o processo organizativo do Assentamento Mário Lago nas suas dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Desde então, o diálogo constante com assentados, dirigentes dos movimentos sociais, autoridades e técnicos envolvidos no processo de organização deste assentamento, bem como, a leitura de antigas e recentes publicações sobre a questão agrária brasileira, tem possibilitado novos questionamentos. Saliento ainda que, durante todas as etapas da pesquisa, participei de encontros acadêmicos que tinham como objetivo discutir os aspectos da organização dos assentamentos de reforma agrária no Brasil e, de modo particular, no Estado de São Paulo¹.

Decorridos dois anos do início desta pesquisa, consegui reunir material suficiente para a elaboração deste texto de dissertação, que encontra-se estruturado da seguinte forma: No primeiro capítulo, intitulado, Agricultura no Brasil: do complexo rural à transição agroecológica apresento uma revisão sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira, em especial, as transformações emergidas a partir da segunda metade do século XX. Neste sentido, a “modernização” da nossa agricultura é tratada com base em diferentes autores; o processo de transição entre a chamada agricultura convencional e as várias correntes de

¹ Em junho de 2008 participei do III Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais - o lugar dos assentamentos rurais: atores, territórios, redes de cooperação e conflitos. Este evento foi organizado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) na cidade de Araraquara. Em junho de 2009, participei da IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais realizado pela Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp. Em agosto desse mesmo ano, apresentei uma comunicação sobre o processo de organização do Assentamento Mário Lago no II Simpósio de Pesquisa de Pós Graduandos em Sociologia, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP. Em junho de 2010, participei do IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais realizado pelo NUPEDOR em Araraquara, neste evento tive a oportunidade de apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida no Assentamento Mário Lago.

agricultura alternativa hoje existentes também é tratado nesta mesma perspectiva. Também procurei, neste capítulo, dar uma atenção especial ao desenvolvimento da agricultura na região de Ribeirão Preto, particularmente ao processo de reestruturação pelo qual passou o setor sucroalcooleiro na década de 1990. Além de buscar compreender o papel atribuído aos pequenos agricultores, procurei analisar como as questões ambientais foram tratadas durante o processo de modernização/industrialização da agricultura brasileira.

No segundo capítulo, recupero alguns trabalhos realizados sobre a questão agrária no Estado de São Paulo, e dentro destes, o debate sobre a organização dos primeiros assentamentos rurais de reforma agrária. O objetivo deste excurso foi o de identificar em que momento e sobre quais formas se deram as discussões sobre a questão ambiental no processo de organização e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária nas diferentes regiões do território paulista. Neste sentido, são apresentados dois projetos, o Plano de Ação Ambiental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o programa Pontal Verde, este desenvolvido pelo governo de São Paulo através da Fundação Instituto de Terras (ITESP). Como contraponto às propostas ambientais apresentadas pelas agências estatais, descrevo também os principais argumentos do MST na defesa de um modelo alternativo de desenvolvimento para o setor agropecuário brasileiro, sobretudo, para a pequena agricultura de base familiar.

No terceiro capítulo é que, propriamente, apresento o estudo de caso, ou seja, descrevo e analiso o processo de organização do Assentamento Mário Lago. Neste capítulo, recupero parte do histórico da Fazenda da Barra, especialmente os aspectos relacionados ao passivo ambiental da propriedade; apresento também uma descrição do perfil das famílias assentadas e do atual estágio de organização do assentamento. Este capítulo pode ser subdividido em duas partes: na primeira, a análise recai sobre o processo de elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), isto é, o momento em que a condução do processo de planejamento e implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Mário Lago passou a ser conduzido pela Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Na segunda parte do capítulo, o olhar se volta para as condições de produção agrícola encontradas no PDS Mário Lago. Nesta seção, relato os problemas enfrentados por um grupo de famílias que produzia e comercializava parte da produção por intermédio de uma cooperativa. A partir destes dois eixos - TAC e produção agrícola - é que procuramos compreender as percepções dos diferentes agentes sobre a questão ambiental. Nas considerações finais apresento meu ponto de vista sobre o processo de organização do PDS

Mário Lago, bem como, sobre os limites e possibilidades da organização de assentamentos rurais agroecológicos nesta região do Estado.

Introdução

O processo de modernização da agricultura brasileira foi exaustivamente debatido, como bem demonstram os trabalhos de Ianni (1984), Delgado (1985), Szmrecsányi (1990), Graziano da Silva (1996), Assunção e Veiga (2004), entre outros. Esses autores apontaram as consequências desse processo, entre as quais: o aumento do êxodo rural, o empobrecimento dos pequenos agricultores, a concentração fundiária e a expansão desordenada da fronteira agrícola. As diferentes análises empreendidas demonstram ainda que a integração das atividades agrícolas às atividades industriais, ou seja, a chamada industrialização da agricultura, não se restringiu a mudanças na base técnica, mas envolveu também profundas alterações nas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos atuantes nos espaços rurais do país.

Além dos problemas acima apontados, a modernização da agricultura brasileira também colaborou para o aprofundamento da diferenciação regional agrícola. Conforme destaca Szmrecsányi (1990), o Brasil possui um dos sistemas agropecuários mais diversificados do mundo, não sendo possível falar numa agricultura brasileira em geral, mas sim, em sistemas regionalmente diversos quanto ao uso de capitais, tecnologias, relações com o Estado e com o setor industrial.

Não obstante as diferentes abordagens existentes sobre a modernização da agricultura brasileira, as quais evidenciam as consequências negativas desse processo, o fato é que as contradições inerentes à exploração e degradação dos recursos naturais, derivadas desse mesmo processo modernizante, só vieram a adquirir maior relevância na década de 1990. A partir de meados dos anos de 1990, novos elementos passaram a ser considerados na discussão sobre o desenvolvimento da agropecuária nacional, isto porque, segundo Almeida e Assad (2004, p.8), daquele período em diante, “[...] a sensibilidade ecológica surgiu sob a forma de uma tomada de consciência sobre a destruição do capital genético e da alteração dos equilíbrios próprios aos ecossistemas existentes”.

Deste modo, para além dos aspectos econômicos e técnicos do desenvolvimento do setor agropecuário, os debates passaram a incorporar também as questões relacionadas à sustentabilidade ambiental dos espaços rurais, esta expressa tanto na conservação quanto na recomposição dos recursos naturais degradados pelas atividades agropecuárias, sobretudo, por aquelas de caráter intensivo.

É fácil perceber, através de diferentes manifestações hoje, que os termos agricultura e desenvolvimento sustentável indicam um anseio a um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, servindo para explicitar a insatisfação com a agricultura convencional ou “moderna” (ALMEIDA, 1995, p.46) (grifo do autor)

O modelo de desenvolvimento da agricultura na região Nordeste do Estado de São Paulo², especialmente aquele implantado a partir de meados dos anos de 1970, configura-se como um exemplo vivo das transformações colocadas pelo processo de modernização da agricultura brasileira. Atualmente, esta região concentra uma agricultura de alto valor comercial, sobretudo nas atividades dos complexos agroindustriais (CAIs) da cana-de-açúcar e da laranja, mas, em contrapartida, ela também vem apresentando sérios problemas do ponto de vista social e ambiental.

Na região de Ribeirão Preto, os impactos ambientais decorrentes das atividades agrícolas estão relacionados, principalmente, à monocultura da cana-de-açúcar, em especial à prática da queima da palha na época da colheita. Além disso, o uso intensivo do solo e de insumos agrícolas tem causado compactação, erosão e contaminação dos recursos hídricos, tanto superficiais quanto subterrâneos, (SZMRECSÁNYI, 1990; SCOPINHO et al, 1995). Com relação aos problemas sociais, podem ser mencionadas as péssimas condições de trabalho e de moradia a que estão submetidos os “bóias-frias”, em sua maioria trabalhadores migrantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil³, (SILVA, 1999; SCOPINHO et al, 1995; 2003). A consolidação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro nesta região do Estado tem mobilizado diferentes forças sociais no sentido de amenizar os problemas derivados das atividades deste setor (ALVES, 1991; SCOPINHO, 2003).

As tentativas de construção de um novo modelo de produção agropecuário para esta região podem ser percebidas na implantação de projetos de assentamentos rurais de reforma agrária que vem sendo organizados desde os anos de 1980, (FERRANTE, 1998; BERGAMASCO e FERRANTE, 1995). Mais recentemente, a partir dos anos 2000, a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nesta região tem procurado

² A delimitação geográfica adotada neste trabalho é o de região administrativa indicada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Portanto, quando nos referirmos a região Nordeste do Estado de São Paulo temos em mente a região administrativa de Ribeirão Preto que, atualmente, é composta por 25 municípios. Para maiores detalhes veja anexo A.

³ O Ministério Público do Trabalho tem intensificado a fiscalização nas fazendas produtoras de cana, pois segundo a Pastoral do Migrante de Guariba, entre 2004 e 2005, treze trabalhadores rurais morreram durante o trabalho nos canaviais do Estado de São Paulo. Desse total, todos eram migrantes temporários, sendo doze homens e uma mulher (REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA, 2006).

introduzir e difundir os princípios da agroecologia nos projetos de assentamentos criados e administrados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Para o MST, este novo modelo de assentamento é uma forma de se contrapor ao agronegócio do setor sucroalcooleiro, cujas principais características têm sido: a exploração intensa dos recursos naturais; a degradação ambiental, em especial, do solo e dos recursos hídricos; além de uma substantiva precarização das relações de trabalho no campo. Portanto, nesta região, a luta pela reforma agrária vem sendo travada em oposição à economia canavieira e tem conduzido as questões agrícola, agrária e ambiental a um ponto de convergência. A problemática ambiental vem, portanto, dando novos significados às demandas e às lutas sociais, em especial nos territórios rurais dos países Latinoamericanos.

Na verdade, o debate a respeito desta convergência insere-se no conjunto das discussões sobre o chamado *Desenvolvimento Rural Sustentável*, dentro da qual é possível identificar duas tendências. A primeira delas está ancorada nos princípios do *Desenvolvimento Sustentável* cuja linha de ação busca resolver os problemas ambientais por meio da “*capitalização da natureza*”, da concertação internacional e da execução de programas nacionais de normatividade e controle (LEFF, 2000). A segunda tendência nasce da articulação dos movimentos sociais do campo, sobretudo, dos grupos indígenas, ribeirinhos e camponeses que não lutam apenas pela manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações, mas pelas condições de reprodução da própria geração presente (MARTÍNEZ ALIER, 2007). Considerando tais questões, procurar-se-á, neste estudo, privilegiar os referenciais teóricos que buscam problematizar o conceito de *Desenvolvimento Sustentável*.

Feitas estas considerações, esclarecemos que o objeto de estudo desta dissertação é o processo organizativo de um assentamento rural agroecológico localizado no município de Ribeirão Preto. Trata-se do Assentamento Mário Lago que vem sendo implantado pelo INCRA no modelo PDS. Esta modalidade de assentamento rural foi criada no final do ano de 1999 para atender as especificidades da região Amazônica, sendo, posteriormente, implantado também em outras regiões do país. Os princípios para a organização deste tipo de assentamento rural estão baseados no conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, tendo o associativismo e a agroecologia como diretrizes fundamentais para a criação dos projetos de assentamento e para a concessão do uso da terra.

Definição do problema e hipótese

A questão da sustentabilidade ambiental nos assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo vem sendo discutida a partir da implantação dos chamados assentamentos agroecológicos, também conhecidos na nomenclatura do INCRA como PDS. A organização desses assentamentos está apoiada em duas diretrizes distintas, porém complementares. Por um lado, a criação desses assentamentos apóia-se na portaria INCRA 477/99 e na Portaria MMA 01/99, a primeira editada pelo INCRA e a segunda pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA)⁴. Por outro lado, a organização dos assentamentos rurais agroecológicos faz parte de uma nova perspectiva organizativa do MST. Esta concepção teve origem no início dos anos 2000, sendo denominada em São Paulo de Comuna da Terra⁵.

Na perspectiva do INCRA, o objetivo principal de um PDS é conciliar o assentamento humano de populações tradicionais ou não em áreas de interesse ambiental, com a promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2000). Para atingir tal objetivo, alguns elementos devem ser considerados, a saber: interesse social e ecológico, extrativismo, agricultura familiar, baixo impacto ambiental, concessão de uso coletivo, aptidão da área, entre outros. Segundo as orientações do INCRA:

Essa modalidade de assentamento deve ter como norteador a combinação do desenvolvimento de atividades produtivas aliadas à conservação dos recursos naturais; a reorientação das ocupações, tendo em vista a sustentabilidade das atividades produtivas; e até mesmo a recomposição do seu potencial de recursos naturais originais (BRASIL, 2000, p. 10).

De um total de 66 assentamentos criados e ou administrados pelo INCRA em São Paulo, 18 deles são do tipo PDS, sendo que destes, seis estão localizados nas regiões Nordeste e Central do Estado, ou seja, em duas regiões dominadas pela agroindústria da cana-de-açúcar.

⁴ Ver anexo B (Portaria/ INCRA/No. 477/99).

⁵ Para mais detalhes a respeito das Comunas da Terra em São Paulo consultar Goldfarber (2007).

Quadro 01 - Assentamentos rurais do tipo PDS criados pelo INCRA nas regiões Central e Nordeste do Estado de São Paulo, entre os anos de 2004 e 2008.

Municípios	Assentamento	Área/hectare	Nº famílias
Caconde	PDS Hugo Mazzilli	135,53	25
Descalvado	PDS Comunidade Agrária 21 de dezembro	378,91	40
Descalvado	PDS Horto Florestal Aurora	533,36	80
Ribeirão Preto	PDS Fazenda da Barra	1.548,48	440
Serrana/Serra Azul	PDS Sepé Tiarajú	798	79
São Carlos	PDS Santa Helena	98,83	19

Fonte: (Brasil, 2010).

Na concepção do MST, a organização de assentamentos agroecológicos está inserida numa nova fase da luta pela reforma agrária. De acordo com lideranças do movimento, a “Luta pela terra não é mais apenas a luta contra o latifúndio, mas sim uma luta ideológica em que se disputa um novo modelo de desenvolvimento econômico e social” (CONCRAB, 2004, p.6). Nesta perspectiva, a luta pela reforma agrária não se restringe apenas à conquista da terra, mas engloba também outras mobilizações no sentido de ampliar e consolidar políticas públicas que atendam as necessidades da população excluída, tanto a população que, tradicionalmente, viveu no campo quanto aquela que habita hoje as periferias das grandes e médias cidades brasileiras. A proposta da Comuna da Terra consiste, portanto, em:

Organizar núcleos de economia camponesa próximos aos grandes centros urbanos com um primeiro objetivo de massificar a luta pela reforma agrária, ou seja, possibilitar o acesso a terra para essa população que no passado veio do campo para as grandes cidades, que percorreram um longo caminho no processo de migração, saindo dos seus Estados de origem, indo para outras regiões do país a procura de oportunidades de trabalho no campo e acabaram nas grandes cidades (CONCRAB, 2004, p. 16).

Assim, a organização de um assentamento rural do tipo Comuna da Terra fundamenta-se em cinco elementos básicos, a saber: a) vínculo das pessoas com o trabalho; b) a propriedade social da terra; c) a produção agroecológica; d) a cooperação em diversos aspectos; e) o desenvolvimento das questões sociais básicas (CONCRAB, 2004, p. 17).

Considerando as diretrizes do INCRA e do MST para a organização deste modelo de assentamento rural, algumas questões mostram-se importantes e justificam a escolha do

objeto desta pesquisa, são elas: quais são os limites e possibilidades do processo organizativo de um assentamento agroecológico numa região cujo modelo de desenvolvimento rural, historicamente, gerou miséria social e degradação ambiental? Que forças sociais atuam de modo decisivo no processo organizativo dos assentamentos agroecológicos? Como a questão ambiental é tratada? Que lugar ela ocupa? É possível realizar os princípios da agroecologia neste assentamento? Que sentidos atribuem os assentados, o Estado e o MST à questão ambiental, de maneira geral e, em particular, à agroecologia? Como esses sentidos se traduzem (ou não) em práticas concretas de conservação ambiental?

Acreditamos que estas questões são fundamentais para a compreensão do processo organizativo do Assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto, pois procuramos demonstrar que, tanto na perspectiva adotada pelo INCRA quanto naquela expressa pelo MST, a dimensão ambiental encontra-se presente quando se trata de organizar um assentamento rural do tipo agroecológico. No entanto, aventamos que os sujeitos organizados em torno dessas duas instituições – INCRA e MST – não partem de um mesmo princípio de sustentabilidade ambiental. Estas duas posições podem refletir diretamente no processo de organização dos assentamentos agroecológicos nesta região do Estado, sobretudo, se considerarmos que durante as várias fases de organização das famílias também se faz necessária a participação de outras instituições públicas, entre as quais: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN), o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) as secretarias municipais de saúde e educação e, no caso específico do Assentamento Mário Lago, também o Ministério Público Paulista, especialmente da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto.

Colocada esta problemática e considerando que a organização de um assentamento rural exige a interlocução de diferentes agentes, a saber: o Estado, o movimento social e os próprios assentados, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo de implantação do PDS Mário Lago e o objetivo específico é identificar no que consiste a sustentabilidade ambiental para esses agentes.

Método

O Assentamento Mário Lago está localizado na antiga Fazenda da Barra, sendo que o mesmo resulta das mobilizações feitas pelo MST no ano de 2003. A inserção do Movimento deu impulso ao processo de desapropriação desta fazenda. Ressaltamos, contudo, que a conquista desta área para fins de reforma agrária contou também com a participação efetiva de outros setores da sociedade, entre eles: as pastorais sociais da igreja católica da Diocese de Ribeirão Preto, a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, movimentos ambientalistas, sindicatos de trabalhadores urbanos, técnicos das agências ambientais do Estado, entre outras forças sociais atuantes na cidade.

A Fazenda da Barra está localizada entre a Rodovia Anhanguera e as margens do Rio Pardo. No passado, ela pertenceu a Fundação Sinhá Junqueira, uma importante instituição assistencial da cidade de Ribeirão Preto. Quando o MST ocupou a área, os proprietários eram sócios da Robeca Participações Ltda e da I.S.I Participações Ltda, duas empresas que utilizavam as terras da fazenda para o cultivo de cana-de-açúcar, soja e amendoim.



Figura 01 - Vista área da Fazenda da Barra - julho de 2002
Fonte: Google Earth (acesso em agosto de 2009).

Durante o processo de desapropriação da área e organização das famílias, surgiram divergências internas e outros movimentos sociais que lutam pela reforma agrária foram disputando a organização política das famílias com o MST. Atualmente, 264 famílias permanecem organizadas pelo MST, constituindo o Assentamento Mário Lago; 160 estão sob a bandeira do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e outras 44 famílias que

pertencem a um movimento denominado Índio Galdino. As 264 famílias do Assentamento Mário Lago estão organizadas em 20 núcleos, entre os quais, são eleitos representantes para compor os coletivos que se dedicam a discutir questões relacionadas à saúde, educação, cultura, lazer, produção, cooperação e meio ambiente.

A opção de investigar apenas o processo organizativo do Assentamento Mário Lago, deve-se ao fato dele ser orientado pelo MST, o movimento social do campo que mais explicitamente manifesta uma preocupação com as questões ambientais, especialmente nos assentamentos rurais de reforma agrária, chegando a propor um conjunto de medidas e diretrizes que orientam a adoção de uma matriz produtiva agroecológica (CONCRAB, 2001; 2004)⁶. O acompanhamento do processo organizativo deste assentamento foi iniciado em março de 2008, sendo o mesmo desenvolvido com base nas seguintes estratégias investigativas: entrevistas semi-estruturadas, observações diretas, análise documental, levantamento bibliográfico e registros fotográficos das diferentes atividades desenvolvidas, tanto no interior do assentamento quanto nos demais espaços de discussão organizados pelos agentes envolvidos no processo.

Quanto às observações, cabe ressaltar que, na fase inicial dos trabalhos de campo, acompanhei várias reuniões realizadas pelo Setor de Produção do Assentamento Mário Lago. De acordo com o organograma do próprio MST, o setor de produção é o responsável pela sistematização das discussões sobre as questões ambientais em suas diferentes instâncias – local, regional, estadual e nacional. Outro espaço privilegiado para as nossas observações foram as audiências públicas coordenadas pelo titular da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Neste espaço foram realizadas discussões visando a elaboração do chamado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), um documento que estabelece os direitos e obrigações dos agentes envolvidos com a organização do assentamento, em especial as do INCRA e as dos assentados. Com relação às entrevistas, estas foram feitas de forma individual com os coordenadores, dirigentes e assentados do PDS

⁶ “Diante da crise mundial, que também é ambiental, o MST compreende que a Reforma Agrária tem papel fundamental na sustentabilidade do planeta. As emissões de carbono dos países em desenvolvimento estão ligadas ao modelo agroexportador, que promove a devastação das florestas e a expulsão dos camponeses. Defendemos a agricultura camponesa como alternativa para a produção de alimentos saudáveis, associado à conservação do meio ambiente, ao contrário das soluções de mercado, defendidas pelo sistema capitalista”, explica Luiz Zarref, do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: ago.2009.

Mário Lago⁷. Entrevistas com técnicos do MST e autoridades do INCRA também foram realizadas seguindo-se o mesmo padrão.

Com relação à análise documental, estas foram feitas a partir de documentos: cartilhas, anais de congressos, processos judiciais, laudos ambientais elaborados pelos técnicos das agências ambientais do Estado de São Paulo e outros documentos produzidos pelo MST, pelo INCRA e demais instituições envolvidas com as questões agrícola, agrária e ambiental no Brasil. O procedimento analítico adotado na pesquisa foi o da técnica da triangulação de informações obtidas a partir dessas diferentes fontes. Com esta técnica, procuramos identificar tanto as contradições e divergências quanto os consensos entre os discursos e práticas dos agentes envolvidos no processo de organização do Assentamento Mário Lago.

⁷ No anexo D apresentamos um quadro com o perfil dos assentados entrevistados.

Capítulo 1 - Agricultura no Brasil: do complexo rural à transição agroecológica

A agricultura, enquanto atividade econômica, foi decisiva para a consolidação da posse das terras ocupadas pelos portugueses na América Meridional no início do século XVI. Segundo Prado Júnior (1996, p.123), a exploração agrícola foi um elemento essencial do processo de colonização. “Apoiada fundamentalmente na grande propriedade, no trabalho servil e na monocultura, a economia agrária brasileira se constituiu na base em que se assentou toda a estrutura do país, econômica e social”. No entanto, a natureza da ocupação e da exploração das terras pela metrópole portuguesa deu origem a múltiplos processos cujos desdobramentos marcaram profundamente a sociedade que aqui se formou.

Ainda de acordo com este autor, nos primeiros séculos da colonização, a economia agrária alicerçou-se sobre três pilares fundamentais, sendo estes relativos a uma dada estrutura, a um determinado modo de funcionamento e a um processo de evolução. Quanto à estrutura, a economia agrária brasileira conformou-se como um mero produtor de mercadorias, onde predominou a grande propriedade dirigida por poucos; quanto ao funcionamento, o setor agrário colonial restringiu-se ao papel de fornecedor dos gêneros requeridos pelo comércio internacional. No que diz respeito à evolução, a economia colonial de base agrária buscou consolidar mecanismos de exploração intensa, no tempo e no espaço, dos recursos naturais existentes no território ocupado.

Embora as análises sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil sejam divergentes, vários autores concordam que a economia rural brasileira foi, desde sempre, uma economia dependente. Conforme Fernandes (1981, p. 196), “[...] a economia agrária evoluiu na direção do capitalismo moderno, mantendo os laços de dependência diante das economias centrais ou criando novos laços de dependência”. Para este autor, a agricultura no Brasil esteve diante de uma dupla dependência: primeiramente, dependia da dinâmica do mercado externo e, posteriormente, do desenvolvimento do seu próprio mercado interno.

Ao analisar o histórico da agricultura no Brasil, Szmrecsányi (1990) afirma que, no sentido real do termo, isto é, enquanto atividade econômica especializada, só podemos falar em agricultura no Brasil após 1822. Para este autor, portanto, somente após o advento da nossa independência política é que a agricultura consolidou-se como um ramo da economia com caráter intensivo e permanente. Outro aspecto importante apontado por este autor diz respeito aos diferentes sistemas de produção da agropecuária brasileira.

Não existe no Brasil uma agricultura brasileira em geral, mas sim sistemas diferenciados quanto ao nível de capitalização, grau de tecnologia, e as relações com o setor industrial e com o Estado. Assim, uma análise dos limites e potencialidades do processo de desenvolvimento das atividades agrícolas requer um recorte espacial e regionalmente diferenciado (SZMRECSÁNYI, 1990, p.83).

Tomando a agricultura brasileira como um conjunto de atividades constituído por dois setores, a saber: a grande lavoura agroexportadora e a agricultura de subsistência, Szmrecsányi descreve as principais características de ambos. Com relação à grande lavoura argumenta que, depois do declínio do ouro em Minas Gerais, a cana-de-açúcar voltou a ser uma atividade interessante no Brasil. Em todos os casos, ainda no século XVIII, a grande lavoura de cana era feita, praticamente, nos mesmos moldes do século XVI, ou seja, havia ainda o problema da baixa produtividade e de um incipiente investimento técnico. Assim, o aumento da produção dava-se, principalmente, pela incorporação de novas áreas. Esses aspectos revelam o caráter nômade e extrativista da nossa “proto-agricultura” (SZMRECSÁNYI, 1990, p.83).

A grande lavoura foi a força motriz daquilo que Graziano da Silva (1996, p. 7) definiu como Complexo Rural. Segundo este autor, tal complexo caracterizava-se por uma incipiente divisão do trabalho onde as unidades produtivas eram obrigadas a produzir praticamente todos os meios necessários a produção de um determinado produto. Desse modo, no interior das propriedades, “internalizava-se um departamento de produção de meios de produção”.

A existência de apenas um produto – o açúcar – com valor comercial significativo, fazia com que a dinâmica do Complexo Rural fosse alterada em função das flutuações no preço desse produto no mercado internacional. Assim, quando os preços caíam, todos os fatores de produção – homens, equipamentos e a terra – eram deslocados para a produção de bens necessários a manutenção das próprias unidades produtivas; o contrário acontecia quando o preço do produto destinado ao mercado externo voltava a apresentar um valor compensatório.

Com relação às atividades agrícolas voltadas ao abastecimento da população, isto é, a chamada lavoura de subsistência, cabe dizer que este tipo de atividade era desenvolvida, praticamente, dentro dos domínios da grande lavoura de exportação, ou seja, elas não comprometiam a sua reprodução e nem afetavam o funcionamento das instituições (MARTINS, 2003). Homens brancos livres e pobres, escravos, ex-escravos eram os que se dedicavam às culturas de subsistência. A proximidade do mercado consumidor como o Rio de

Janeiro e a falta de alternativas na região das Minas Gerais, contribuíram para ampliação das culturas de subsistência no Brasil. No entanto, “[...] as culturas de subsistência nunca deixaram de constituir atividades secundárias e subsidiárias em relação às grandes lavouras escravistas de exportação” (SZMRECSÁNYI, 1990, p.16).

De acordo com Szmrecsányi (1990), Prado Júnior (1996), Graziano da Silva (1996) e outros autores, essa foi a dinâmica que predominou na agricultura brasileira até meados do século XIX. A partir deste período, as pressões internacionais em favor do trabalho livre e o fim do tráfico internacional de negros africanos, no ano de 1850, foram os dois elementos que contribuíram para a crise e consequente fim do sistema produtivo definido como Complexo Rural.

Com a implantação da cafeicultura, a dinâmica da agricultura brasileira modificou-se radicalmente, pois, entre outros fatores, o cultivo do café impôs um deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste do Brasil, proporcionou ainda a abertura de novos mercados, entre eles os Estados Unidos e, acima de tudo, possibilitou a criação das bases para a industrialização do país. Contribuíram para este processo as seguintes questões: falta de mão de obra vinda da crise da mineração e da decadência dos engenhos de açúcar nordestinos, mão de obra esta que mais tarde foi substituída pela força de trabalho dos imigrantes europeus e asiáticos. Além disso, a abundância de terras também colaborou com o desenvolvimento dos cafezais, sobretudo, as terras existentes no eixo Leste-Oeste do Estado de São Paulo.

Esses fatores possibilitaram uma produção elevadíssima de café entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil. O saldo positivo obtido com a exportação do café permitiu aos grandes produtores reinvestir o capital acumulado. Estes investimentos não se resumiam a produção agrícola em si, mas estendiam-se a outras atividades, tais como, a abertura e ampliação de ferrovias, a instalação de pequenas indústrias, financiamento de bancos e outras atividades urbanas lucrativas (GRAZIANO DA SILVA, 1996. p.44). Além do café, o algodão e o cacau, este produzido no Sul da Bahia, também passaram a compor a agricultura brasileira de final do século XIX. Todavia, na virada do século XIX para o século XX, o café foi o produto que determinou os rumos da economia agrária brasileira.

Além dos seus aspectos econômicos, o desenvolvimento da agricultura no Brasil também está relacionado a fatores de ordem política. Isto é, no caso brasileiro, o desenvolvimento do capitalismo agrário tanto foi determinante quanto determinado por conjunturas políticas, isto porque, “[...] do mesmo modo como o Estado desenvolve diretrizes e atividades, de maneira a organizar e orientar a agricultura, também a agricultura ressoa nas

diretrizes e atividades do Estado” (IANNI, 1984, p.253). A passagem do Complexo Rural aos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs) apresenta-se como um exemplo evidente da estreita relação entre economia e política no Brasil, ou seja, entre os interesses da classe econômica e os da classe política, ambas dominantes em diferentes épocas da história brasileira. As descrições acima referidas compõem, pois, o quadro sócio-histórico do processo de desenvolvimento da agricultura no Brasil, particularmente, aquele vigente nos quatro primeiros séculos que sucederam a ocupação Lusitana. O desenvolvimento da agricultura brasileira no século XX, embora finque raízes nos processos precedentes foi, como veremos, algo absolutamente novo.

1.1 – O desenvolvimento da agricultura brasileira no século XX

Até 1920, a economia brasileira era, predominantemente, rural e basicamente primária exportadora. Esta situação somente começou a se modificar depois da crise dos anos de 1930, um período em que a economia nacional passou a ter um caráter mais urbano e industrial, marcada, entre outros aspectos, pelo surgimento de um setor de serviços. Já no início do século XX, a diferenciação regional da agricultura brasileira também foi aprofundada sendo que os efeitos mais visíveis desse processo podiam ser percebidos em São Paulo. Segundo Szmrecsányi (1990), a partir desse período, o Estado de São Paulo despontava como a região mais desenvolvida do país e, assim, distanciou-se do restante da economia brasileira.

O rápido desenvolvimento paulista em termos de produção agropecuária foi possível não só pela expansão da sua cafeicultura, fenômeno que já vinha ocorrendo desde o final do século XIX, mas, sobretudo pelos investimentos em pesquisa agrônômica e assistência técnica, algo que, de fato, ainda não havia sido feito no Brasil.

Apesar dos investimentos do governo federal, nas primeiras décadas do século XX, o Estado de São Paulo permaneceu muito à frente do resto do país, no que se refere à pesquisa agrônômica e à assistência técnica à agricultura. Os esforços que desenvolveu nesse período coincidiram no tempo com uma significativa expansão e diversificação das áreas cultivadas do Estado. Até o final da década de vinte, as lavouras de algodão e de cana, assim como as culturas alimentares acompanharam a expansão da cafeicultura. Na década seguinte, ao contrário dessa, elas [cana e algodão] continuaram a crescer vigorosamente, contribuindo para atenuar os efeitos da crise de superprodução do café (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 56)

Ao longo do século XX, a agricultura brasileira em geral e a paulista em particular passaram por vários processos, dando origem a distintas configurações técnicas, espaciais, sociais e políticas. De modo geral, tais transformações são expressas nos termos da chamada “*modernização conservadora*”. De acordo com Graziano da Silva (1996), a modernização agrícola brasileira, deriva de uma passagem do velho modelo agrário para um novo padrão de desenvolvimento técnico sem, no entanto, alterar as relações sociais. Esse novo padrão tecnológico da agricultura brasileira teria se consolidado, a partir da segunda metade do século XX, naquilo que este autor denominou de Complexos Agroindustriais (CAIs).

Ao longo da segunda metade do século XX, formaram-se no Brasil vários complexos agroindustriais, entre eles: o da carne, da laranja, da soja, do açúcar e do álcool. Por esta razão,

A agricultura brasileira hoje é uma estrutura complexa, heterogênea, multideterminada, só sendo possível entendê-la a partir de seus vários segmentos constitutivos com suas dinâmicas específicas e interligadas aos setores industriais fornecedores de insumos e processadores de produtos agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.6).

A partir da consolidação dos complexos agroindustriais, o Brasil transformou-se num espaço privilegiado para a implantação de novas técnicas agrícolas, todas elas baseadas nos pacotes tecnológicos desenvolvidos no quadro da chamada revolução verde. Desse período em diante, a agricultura brasileira passou a depender cada vez mais da incorporação de máquinas, adubos, fertilizantes, agrotóxicos e implementos agrícolas.

Uma questão que merece ser ressaltada no processo de modernização da agricultura brasileira no século XX diz respeito ao papel assumido pelo Estado. As políticas agrícolas adotadas entre as décadas de 1930 e 1940 tiveram como objetivo atender demandas específicas de certos produtos e ou regiões determinadas. Nesse sentido,

De 1930 a 1945, o Governo Federal criou ou reorganizou várias instituições estatais, denominadas por produto rural atendido, cobrindo um leque de políticas agrícolas que ia muito além da mera articulação da política econômica do Estado (DELGADO, 2002, p. 211)⁸.

⁸ Entre as instituições estatais mais importantes criadas nessa época destacam-se: a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA) criada em 1931 e transformada em 1933 no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); e o Departamento Nacional do Café (DNC). Este departamento atuou diretamente como órgão responsável pela eliminação dos estoques de café brasileiro na década de 1930. Posteriormente o DNC foi reativado, vindo a transformar-se, em 1952, no Instituto Brasileiro do Café (IBC) (DELGADO, 2002).

Esta orientação político-econômica seguiu sendo adotada até o pós-guerra. Desse período em diante, o objetivo do governo passou a ser, então, o de criar mecanismos econômicos capazes de fortalecer os processos de substituição das importações. As regulamentações e os investimentos realizados pelo Estado, a partir da segunda metade da década de 1950, tanto criaram as bases para o setor industrial emergente quanto abriram novas oportunidades para o setor agrícola em recuperação.

A modernização da agricultura constitui-se, portanto, num processo de concertação de interesses de vários setores da economia e da política brasileira. Temendo a falta de alimentos e matérias-primas, os industriais pressionavam pela modernização da agricultura. Ao mesmo tempo, segmentos da elite rural desejavam uma modernização técnica da agricultura, principalmente, pela importação de máquinas, equipamentos e demais insumos (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 49). Outro elemento fundamental no processo de modernização/industrialização da agricultura brasileira fomentada pelo Estado foi a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Este sistema tinha como objetivo canalizar parte dos depósitos bancários para o setor agrícola, outra parte era direcionada para as agroindústrias.

A política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetária expansionista. Não é sem outra razão que a política de crédito rural é considerada o carro chefe da política de modernização conservadora até o final dos anos 70 (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.51).

A partir de meados dos anos de 1960, emergiu um novo período histórico para o desenvolvimento da agricultura nacional. Segundo Delgado (2002, p. 34), este período constituiu-se na “[...] “idade de ouro” do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público”. Deste período em diante, as políticas agrícolas passaram a ser executadas de modo mais articulado, ou seja, de uma política focada em certos produtos e regiões passou-se a uma política agrícola mais geral. Com isto, as exportações agrícolas adquiriram novo perfil e a produção agropecuária brasileira tornou-se mais elaborada devido, principalmente, a importação de meios de produção industriais. Ainda de acordo com Delgado (2002, p. 35):

Essa agricultura que se moderniza, sob o *influxo dos incentivos do Estado* e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua base técnica de meios de produção. Esse processo significa, também, que, em certa medida, a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações interindustriais para trás e para frente (grifos meus).

Nas décadas de 1970 e 1980, a consolidação dos complexos agroindustriais exigiu a ampliação dos mecanismos de regulação estatal. Além de uma forte intervenção financeira, o Estado também foi obrigado a agir no sentido de estabelecer normas sobre o trabalho rural, sobre o sistema de previdência rural e ainda sobre a base produtiva, esta, embora menos intensa, também foi decisiva para o fortalecimento do setor agrícola empresarial neste período. No entanto, se, por um lado, estas ações permitiram a consolidação do setor agropecuário de base empresarial, por outro, elas não conseguiram impedir o afloramento das contradições sociais derivadas desse processo.

Conforme aponta Santos (2002, p. 258), “O espaço social agrário tornou-se muito mais complexo nesse período, como efeito da modernização desigual e excludente da agropecuária”, pois, ao mesmo tempo em que houve um aumento na produção agropecuária verificou-se também uma ampliação dos problemas no meio rural brasileiro, em especial no que se refere às questões do trabalho, da alimentação, da educação, da habitação e, mais recentemente, também das questões relativas à conservação dos recursos naturais. Portanto,

Exclusão social nas áreas rurais coexiste com uma das plataformas agrícolas mais diversificadas e competitivas do planeta, que desponta agora como protagonista relevante da transição energética mundial [...] O Nordeste concentra menos da metade da demografia rural, mas abriga quase 65% da população que vive em condições de extrema pobreza. Em alguns estados, a população rural indigente cai a apenas 10% do conjunto, enquanto em outros, 60% dos que vivem na terra ostentam índices de pobreza aguda (HELFAND e GRAZIANO DA SILVA, 2007, p.6).

Esta situação paradoxal recoloca a questão da luta pela terra e pela ampliação das políticas públicas para a agricultura familiar na pauta dos movimentos sociais do campo. Se, nos anos de 1980, a principal bandeira desses movimentos era a luta pela posse da terra, nos anos de 1990 e subsequentes, novas questões vêm sendo incorporadas, entre as quais: a da soberania alimentar e energética, a do fortalecimento da produção agrícola familiar, a da educação e cultura rural, a conservação dos recursos naturais entre outras. Enfim, um conjunto de questões que apontam para a necessidade de se criar um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o rural brasileiro.

Apoiado nos autores já citados e outros apresentaremos, na sequência, alguns aspectos do debate recente sobre a questão agrária nacional, especialmente, no que concerne à convergência desta questão com a problemática ambiental contemporânea.

1.2 - A questão agrária brasileira na segunda metade do século XX

As transformações ocorridas nas diferentes regiões rurais do Brasil, desde a segunda metade dos anos de 1950, engendraram distintas interpretações sobre as relações sociais presentes nesses espaços. Por exemplo, ao analisar o histórico da questão agrária, Germer (2007, p. 48) contesta a tese de que, no Brasil, a reforma agrária se constitui numa luta burguesa, porque “[...] uma reforma agrária de caráter burguês só é plausível e possui efeitos transformadores no início do desenvolvimento capitalista”. Este autor discorda, portanto, dos pensadores que acreditam que os impasses da reforma agrária brasileira serão resolvidos a partir da incorporação da pequena agricultura de base familiar à agricultura empresarial exportadora.

Com base na noção de “campo de conflitos agrário⁹”, Fernandes (2008, p.177) aponta que a concretização da reforma agrária brasileira constitui-se num desafio histórico não só para os trabalhadores rurais e movimentos sociais do campo, mas para o conjunto da sociedade. A questão agrária gera constantes conflitos, pois ela é, “[...] um movimento de destruição e recriação de relações sociais”. Segundo este autor:

A contradição está na estrutura do sistema capitalista, e o paradoxo, no movimento da questão agrária. E é o seu caráter mais importante, porque manifesta conflitualidade e desenvolvimento através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente (FERNANDES, 2008, p. 178).

A partir da segunda metade dos anos de 1980, período em que passou a ser discutido o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), as interpretações sobre o desenvolvimento rural brasileiro, em particular, seus reflexos sobre a estrutura fundiária nacional polarizaram-

⁹ Campo de conflitos agrários refere-se a um sistema de relações presentes no espaço agrário, enquanto campo de forças e de conflitos. “Neste campo de conflitos agrários, ocorrem lutas para definir quais as propriedades pertinentes, cujo embate central reside nas formas de apropriação e de uso da terra. Ao mesmo tempo, tais lutas são formadas por estruturas mentais, ou cognitivas, sendo que os detentores das diferentes posições sociais nas estruturas objetivas vão desencadear lutas simbólicas pela legitimação de seus interesses específicos” (SANTOS, 2002, p.253).

se sobremaneira. Do ponto de vista teórico, de um lado, colocam-se os pensadores que defendem a tese da permanência da questão agrária, dos seus conflitos e contradições e, de outro, os autores que acreditam que a problemática agrária encontra-se, praticamente, superada no Brasil, restando apenas alguns problemas circunscritos a região do semiárido nordestino.

Colocando-se no grupo dos defensores da permanência da questão agrária, Delgado (2005, p. 29) salienta que, durante a vigência do regime militar, ou seja, entre 1964 e 1985, o debate sobre a questão agrária não incluiu a questão da estrutura fundiária, as relações de trabalho e suas consequências para o desenvolvimento do país. Segundo este autor, entre meados dos anos de 1960 e 1980, a oferta e a demanda de produtos agrícolas, a questão dos preços desses produtos, o emprego e o comércio exterior foram os temas que dominaram o debate. Esses elementos foram postos e defendidos por um grupo de pensadores cujo “O argumento chave nega a existência de uma questão agrária ao desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevaletentes no meio rural como um problema econômico relevante” (DELGADO, 2005, p.28).

Para este grupo, o papel da agricultura resumia-se aos seguintes pontos: manter a oferta de mão de obra e de matérias prima para a indústria; atender de modo adequado a oferta de alimentos; aumentar as taxas de exportação agrícola e, por fim, transferir renda para o setor urbano. Esta dinâmica preponderou até o início da década de 1980, quando uma nova crise passou a exigir outros arranjos macroeconômicos. Diante do processo de endividamento do país na década de 1980, o setor agroindustrial assumiu um papel importante, pois para suprir as necessidades de financiamento do *déficit* da conta do balanço de pagamento, a política econômica teve que contar com saldos comerciais oriundos do setor primário.

[...] os anos oitenta parecem ter sido um período crítico da transição do padrão modernizante e conservador pretérito para um novo padrão, provavelmente liberalista, mas também conservador dos anos 1990 [...]; nessa nova conjuntura, aprofundou-se novamente a dualidade do debate agrário, tendo de um lado as várias correntes que refletem os *novos e velhos dilemas da questão agrária*, e do outro os protagonistas do agronegócio, adeptos de uma integração externa da economia rural, protagonizadas pelas grandes empresas do comércio internacional e da indústria consumidora de *commodities* (DELGADO, 2007, p. 126) (grifos meu).

A dinâmica da questão agrária no final do século XX e início do século XXI gerou também diferentes interpretações com relação ao papel dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária. Os críticos dos movimentos sociais do campo, em especial do MST, apontam

que tais movimentos constituem-se hoje em organizações sociais e não mais em movimentos sociais capazes de promover a emancipação dos trabalhadores rurais.

Movimentos sociais transformados em organizações formais, como o MST, uma vez operada tal mudança interna, passam a reger-se por outras lógicas constitutivas e diferentes interesses, diversos daqueles originais, tanto em suas relações externas, mantidas com os demais grupos políticos, quanto em suas relações internas (NAVARRO, 2005, p. 227).

Ao apontar os limites dos movimentos sociais do campo, Martins (2004, p.25) afirma que,

A reforma agrária brasileira de fato combina interesses dos trabalhadores rurais, da sociedade, do capital e do Estado. Sem o que, seria inviável nesse momento; quem desconhece essa circunstância, de fato não faz da sua peleja uma peleja pela reforma agrária.

Ainda de acordo com Martins (2004, p. 65) o que se tem no Brasil atualmente é uma disputa pela “forma da reforma agrária”. Acreditamos que alguns dos elementos da chamada forma da reforma agrária, apontada por Martins, expressam-se hoje nos projetos de assentamento rural que têm como diretriz a sustentabilidade ambiental. Baseados nos princípios da agroecologia, esses projetos vem sendo apresentados como algo novo, capazes de transformar os espaços rurais. Ancorados em novos modelos de produção agropecuária, tais projetos procuram influenciar a dinâmica da reforma agrária em várias regiões, sobretudo, no Estado de São Paulo. Acreditamos que a implantação de assentamentos rurais agroecológicos na região de Ribeirão Preto está inserida neste debate.

1.3 – As questões agrícola, agrária e a sustentabilidade ambiental no Brasil

De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a produção brasileira de grãos da safra 2007/2008 teve um aumento de 10% em relação à safra anterior. Foram colhidos, aproximadamente, 3,54 milhões de toneladas de feijão, o milho totalizou um volume récorde de 58,5 milhões de toneladas; com relação à soja, o volume colhido foi de 60,1 milhões de toneladas, um acréscimo de 2,9% (BRASIL, 2008a). Além do aumento na produção de grãos, a pecuária também vem apresentando um crescimento

significativo. Em conjunto, a produção agrícola e pecuária brasileira tem refletido, diretamente, na balança comercial do país.

Ao mesmo tempo em que crescem as exportações do agronegócio brasileiro, a produção de alimentos para consumo interno também vem sendo, satisfatoriamente, atendida por um setor específico, a agricultura familiar. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros provêm da agricultura familiar. Os principais alimentos cultivados por meio deste modelo são a carne suína (60% da produção anual), frangos (70%), feijão (67%), leite (56%) e mandioca (89%) (BRASIL, 2008a, p. 17). Estes números demonstram a capacidade produtiva da agropecuária brasileira.

Não obstante este potencial produtivo, o setor agropecuário apresenta sérios problemas com relação ao uso e conservação dos recursos naturais. Dentre os impactos mais significativos destacam-se aqueles causados pelo aumento na produção de monocultivos, sobretudo, das lavouras de cana-de-açúcar e soja; expansão da pecuária extensiva em áreas de preservação ambiental. Enfim,

Mesmo com todas as transformações que estão ocorrendo no Brasil, a questão do *desenvolvimento rural* continua com sua importância nas análises empreendidas. Se por um lado o agronegócio brasileiro é o grande destaque na economia, com expressiva participação na balança comercial, por outro lado continuam ainda a existir problemas de *degradação ambiental*, de conflitos pela posse da terra e altos índices de pobreza rural (CALZAVARA e LIMA, 2004, p.8). (grifos meu)

A polêmica envolvendo produtores rurais, lideranças políticas de diversos Estados e autoridades ambientais que exigem o cumprimento da legislação sobre as áreas de reserva legal em todos os estabelecimentos rurais do país demonstra o grau de complexidade das questões postas hoje sobre o desenvolvimento do meio rural brasileiro. Estudos recentes, entre os quais, Moreira (2002), Carmo (2003), Calzavara e Lima (2004), Romeiro (2007) e outros, têm procurado problematizar estas questões, principalmente os aspectos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental nos espaços rurais.

Segundo Romeiro (2007), a relação entre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental nos espaços rurais está associada aos conceitos de *Ecodesenvolvimento* e *Desenvolvimento Sustentável*. Ambos os conceitos estão relacionados ao despertar da opinião

pública para a problemática ambiental contemporânea¹⁰. Embora tenha sido, intensamente, debatido nas últimas três décadas, o conceito de desenvolvimento sustentável ainda mostra-se bastante genérico, havendo uma gama variada de concepções que, em certos casos, chegam a ser contraditórias.

Neste “guarda-chuva” do desenvolvimento sustentável se abrigam desde críticos das noções de evolucionismo e modernidade, a defensores de um “capitalismo verde”, que buscam no desenvolvimento sustentável um resgate da idéia de progresso e crença no avanço tecnológico [...] a discussão sobre o desenvolvimento sustentável [continua] polarizada entre duas concepções principais: de um lado, o conceito/idéia como sendo gestado dentro da esfera da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, desse modo, a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma idéia que tenta quebrar com a hegemonia do discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à idéia/conceito (ALMEIDA, 1995, p.45) (grifos do autor).

Frente às dificuldades de operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável, em 2002, a ONU realizou, em Johannesburgo, a sua terceira conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento, também conhecida como “Rio + 10”. Durante este evento, a comunidade internacional envolvida com as discussões sobre o desenvolvimento sustentável foi obrigada a admitir que, concretamente, pouco se havia avançado rumo à sustentabilidade, ambiental. Analisando o que classifica de “*Limites do Desenvolvimento Sustentável*”, Foladori (2004), afirma que a deficiência da maioria das análises sobre os problemas ambientais está no fato de que elas não incorporam as formas sociais, ou seja, ao invés de partir das formas sociais de produção elas ficam na análise dos resultados da produção (poluição, depredação, superpopulação etc). Na opinião deste autor:

[...] o que interessa a espécie humana não são os limites físicos absolutos, nem se certos recursos são renováveis em termos absolutos e outros não, mas como

¹⁰ Um marco dos debates sobre as questões ambientais na contemporaneidade foi a publicação, em 1962, do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) da bióloga norte-americana Rachel Carson. Nesta obra, Carson mostrou que o uso indiscriminado do Dicloro-Difenil-Tricloroetano, o DDT - um pesticida largamente utilizado na década de 1950 - poderia provocar doenças graves nos seres humanos. Não obstante as denúncias feitas pelos cientistas e ambientalistas sobre os graves problemas ambientais decorrentes da expansão econômica do sistema capitalista pós Segunda Guerra, foi somente a partir dos anos de 1970 que a relação entre desenvolvimento econômico e as questões ambientais passou, de fato, a ser enfrentada como um problema complexo. Neste sentido, uma referência fundamental foi a realização da Conferência de Estocolmo, organizada pela ONU em 1972 na Suécia. Existe hoje um consenso de que este encontro marcou o início das formulações sobre as questões ambientais em nível global. Um dos resultados desta Conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

determinados recursos se convertem em renováveis ou não renováveis, em função de uma determinada estrutura de classes sociais e do nível de conhecimento técnico da sociedade em seu conjunto [...] as relações sociais submetem os limites físicos, assim como as diferenças entre recursos renováveis e não renováveis à sua dinâmica (FOLADORI, 2004, p.127).

A questão que permeia o debate sobre o desenvolvimento sustentável, desde a primeira conferência realizada pela ONU, em 1972, na Suécia, diz respeito aos padrões de crescimento econômico em relação aos padrões de equidade social, ambos relacionados ao uso dos recursos naturais disponíveis. Ainda que tal questão apareça mais bem delineada no âmbito das relações internacionais, entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, ela também se faz presente nas relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais no interior de uma mesma nação. O uso de terras para a produção dos chamados agrocombustíveis, cana-de-açúcar, mamona, pinhão manso, entre outros, no Brasil, é um exemplo candente desta questão¹¹.

Enfim, o único consenso que parece existir em torno do debate atual sobre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental é o de que, seja na dimensão local, regional ou global, o desenvolvimento, para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas ecologicamente prudente e socialmente desejável (LEFF, 2000; SACHS, 2005; NORDER, 2006; MARTÍNEZ ALIER, 2007; ROMEIRO, 2007). Como se pode apreender, o debate sobre o desenvolvimento sustentável tem feito emergir diferentes interpretações sobre a questão do desenvolvimento social e econômico, tanto com relação às atividades urbano industriais, quanto àquelas do setor primário.

No âmbito da América Latina, identificam-se, pelo menos, duas perspectivas diferentes que se dedicam à problemática do desenvolvimento rural. A primeira delas, formada por um conjunto de instituições, governamentais e não governamentais, entre as quais: o Centro Latino Americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BIRD), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Em consórcio, estas instituições formam o Grupo Interagencial para o Desenvolvimento Rural da América Latina (MONTENEGRO GÓMES, 2008).

Na opinião deste grupo, os agricultores familiares, os pequenos produtores, as comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, etc) que vivem do

¹¹ Com relação aos agrocombustíveis ver o relatório *Impacts de los Cultivos sobre la Tierra, el Medio Ambiente y la Sociedad* - Disponível em: <<http://www.agrocombustiveis.org.br>>. Acesso em: ago. 2009.

extrativismo podem ampliar as possibilidades de seu desenvolvimento econômico, tanto por meio da produção de alimentos, quanto pela exploração de atividades não agrícolas, tais como: o turismo rural, a fabricação e venda de peças artesanais e até mesmo a inclusão nos programas de serviços ambientais¹². Para os defensores deste modelo, a dimensão local e ambiental do desenvolvimento rural deve ser sempre privilegiada. As políticas públicas defendidas por este grupo inscrevem-se na perspectiva do chamado *Desenvolvimento Rural Sustentável* (DRS).

Além dessas instituições, há também um segundo grupo formado por diversos movimentos sociais do campo, muitos dos quais integrantes da Via Campesina Internacional. O MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no Brasil, são exemplos dessas organizações. De acordo com os movimentos sociais organizados em torno da Via Campesina, o principal problema das propostas baseadas no DRS é que seus proponentes concebem os territórios rurais como o espaço do não conflito, ou seja,

Un territorio de la cooperación, la solidaridad y la articulación de intereses. El territorio del consenso emerge, de esta forma, como figura privilegiada para pensar soluciones para el medio rural latinoamericano, como si ese consenso fuese neutro, como si los intereses y dominaciones atávicas y recientes, de repente, desapareciesen (MONTENEGRO GÓMES, 2008, p.253).

Os críticos do DRS acreditam que “[...] o conflito possui uma dimensão simbólica e política fundamental para segmentos empobrecidos do campo porque, entre outros aspectos, materializa a resistência” (SAUER, 2008, p.232). Segundo Fernandes (2008, p. 174), existe uma compreensão predominante de que o conflito prejudicaria o desenvolvimento econômico. Este autor não concorda com essa concepção, pois para ele, “[...] o conflito não pode ser tomado como algo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida”.

Corroborando com a crítica ao DRS, Brandão (2007, p. 39) afirma que “A ênfase demasiada na capacidade endógena de desenvolvimento de cada território pode conduzir a um falso debate sobre as questões estruturais do desenvolvimento” .

¹² O programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é uma experiência que vem sendo realizada por instituições privadas e governos de diversos países; o objetivo desses programas é recompensar financeiramente produtores rurais que estejam dispostos a conservar recursos naturais existentes em suas propriedades, bem como, recuperar áreas degradadas. A idéia básica dos programas PSA é a de que a conservação do meio ambiente rural tem que ser mais lucrativa do que a sua destruição.

Embora divergentes, essas duas abordagens têm como objetivo neutralizar ou minimizar os impactos causados pelas atividades antrópicas ao meio ambiente. No que se refere à produção agrícola, estes agentes têm buscado alternativas para a consolidação da chamada Agricultura Sustentável. Segundo Almeida (1995), no Brasil, inicialmente, a agricultura sustentável esteve muito ligada às tecnologias alternativas que surgiram em resposta aos problemas ambientais e sociais derivados do desenvolvimento agrícola ocorrido, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX.

Praticada, atualmente, em diversos países, a agricultura sustentável é formada por várias correntes, cada uma delas apoiada em conceitos e princípios próprios. Assis (2005) aponta que os movimentos em favor de uma agricultura não industrial surgiram a partir da década de 1920, podendo ser congregados da seguinte forma:

1) Agricultura orgânica, cujos princípios foram fundamentados entre os anos de 1925 e 1930, pelo inglês Sir Albert Howard; 2) Agricultura biodinâmica, iniciada em 1924 por Rudolf Steiner na Alemanha; 3) Agricultura biológica, inspirada nas idéias do suíço Hans Peter Muller e mais tarde introduzida na França por Claude Aubert; 4) Agricultura natural, originada no Japão a partir de 1935 e baseada nas idéias de Mokita Okada e Masanobu Fukuoka; 5) Agricultura alternativa, surgida no início da década de 1970 no bojo do movimento ambientalista; 6) *Agricultura ecológica, iniciada no final dos anos 1970, introduzindo preocupações socioeconômicas em sua elaboração*; 7) Permacultura, desenvolvida na Austrália por Bill Mollison, nas décadas de 1970 e 1980; 8) Agricultura regenerativa, elaborada nos EUA por Robert Rodale, no início da década de 1980. (ASSIS, 2005, p. 13) (grifos meu).

Para os propósitos deste trabalho interessa a caracterização da corrente denominada como agricultura ecológica. O termo agricultura ecológica surgiu no final da década de 1970 também como proposta unificadora das demais correntes de agricultura não industrial. A novidade introduzida pela agricultura ecológica é a idéia de que a produção agrícola para ser, de fato, sustentável, deveria integrar os princípios agronômicos, ecológicos com os socioeconômicos (LUTZEMBERG, 1985; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; ASSIS, 2005). Os defensores da agricultura ecológica partem de uma visão sistêmica, isto é, de uma visão de conjunto, entendendo a propriedade agrícola como uma unidade funcional, um organismo onde a saúde das plantas está diretamente relacionada a fertilidade do solo. Atualmente, as principais correntes de agricultura não industrial condensam-se em torno da chamada agroecologia que, segundo Assis (2005, p. 21) “não deve ser entendida como uma

prática agrícola, mas sim como uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas¹³ complexos”. Este autor acrescenta ainda que:

A ciência agroecológica resgata, sob novas bases tecnológicas e econômicas, a lógica da complexificação das sociedades camponesas tradicionais e seus conhecimentos desprezados pela agricultura industrial, como forma de vencer o desafio de estabelecer uma agricultura sustentável. Integra para isto, princípios ecológicos, agronômicos e socioeconômicos, como forma de melhor entender o efeito das tecnologias sobre a produção agrícola e a sociedade como um todo (ASSIS, 2005, p. 21).

Segundo Brandenburg (2002), desde o seu surgimento, a agricultura ecológica passou por três momentos diferentes. O primeiro refere-se a sua gênese e ficou marcado por um contramovimento ao processo de industrialização da produção agrícola; num segundo momento, surgiram grupos de produtores rurais que procuraram se articular visando a criação de sistemas de produção e comercialização, sobretudo, dos chamados produtos orgânicos. Estes grupos mantiveram distância das instituições governamentais, preservando assim, seu viés contestatório e, ao mesmo tempo, evitando a ingerência das políticas estatais, tidas por eles, como conservadoras e socialmente excludente. O terceiro estágio da agricultura ecológica está relacionado à ampliação dos riscos ambientais. Nesta fase, a institucionalização da agricultura ecológica, enquanto uma forma de produção foi, de acordo com Brandenburg, fomentada pelos aparelhos governamentais requerendo um ajustamento e reorganização das estruturas de produção, de beneficiamento e de comercialização.

Refletindo sobre as particularidades do desenvolvimento rural na região Sul do Brasil, Almeida, (2003) aponta que a proposição agroecológica ainda encontrava sérias barreiras à generalização, isto porque, entre outros aspectos, tal proposta estava fortemente marcada por um viés político ideológico, remetendo os agentes agroecológicos ao isolamento. Ainda, segundo este autor, outro aspecto que impôs limites às propostas agroecológicas num passado recente refere-se à capacitação técnica.

De fato, até o final dos anos de 1990, a ciência agroecológica não havia penetrado no espaço acadêmico e nas instituições públicas de pesquisa aplicada à agropecuária¹⁴. Os limites

¹³ De acordo com Guzmán (2006), o enfoque social da agroecologia permite interpretar os agroecossistemas como resultado de um processo coevolutivo entre o sistema social e o sistema biológico. Diferentemente dos ecossistemas, os agroecossistemas dependem dos fluxos de energia e de materiais externos incorporados pelo homem quando este desenvolve atividades agrícolas.

¹⁴ Esta é uma questão ainda não resolvida para os pequenos agricultores. Contudo, cabe destacar que, devido à pressão dos movimentos sociais, estão sendo criados no Brasil cursos de agroecologia em vários níveis. Por exemplo, o curso de bacharel em agroecologia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Araras. O MST, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e com recursos do Programa Nacional de

da agricultura ecológica, em geral, e da agroecologia, em particular, mostram-se ainda evidentes no caso brasileiro, ensejando dúvidas quanto à capacidade dessas novas modalidades de produção agropecuária romper com o modelo hegemônico que se impôs nas últimas quatro décadas de desenvolvimento rural no Brasil.

Cientes dos limites econômicos, políticos e de capacitação técnica que se apresentam à produção agroecológica neste momento histórico, os diferentes agentes articulam-se no sentido de realizar uma transição agroecológica, indicando, com isto, a tentativa de iniciar um processo de conversão de um modelo insustentável de produção agropecuária para um modelo mais sustentável. Caporal e Costabeber (2004) enfatizam que o processo de transição agroecológico adquire enorme complexidade, especialmente, no que se refere aos seus aspectos tecnológicos, metodológicos e organizacionais. Dependendo do nível de sustentabilidade que se deseja alcançar é preciso considerar também que o processo de transição tem custos, os quais não podem, simplesmente, recair sobre os produtores (ROMEIRO, 2007, p.253).

As experiências com a agroecologia no Brasil indicam haver dois momentos distintos na trajetória dos agentes agroecológicos. O primeiro inicia-se em meados dos anos de 1980 e vai até a metade da década de 1990. De acordo com Moreira (2009), nesta fase, a questão ambiental ressignifica a questão agrícola adicionando a esta a exigência de produtos alimentares saudáveis, de baixos custos e tecnologia de baixo impacto ambiental em base energética renovável. O segundo momento inicia-se na virada do século XX para o século XXI, período marcado pela ampliação das políticas neoliberais cujas consequências foram: o aumento da desigualdade social, do desemprego, da pobreza rural e urbana, da exclusão e violência, da ampliação do uso insustentável dos recursos naturais, entre outros. Estas questões “[...] são definidoras da questão agrária e impõe à luta pela redistribuição da propriedade da terra e a regulamentação ambientalista dos usos dos territórios ecossistêmicos” (MOREIRA, 2009, p.5).

É frente a estas questões que a agroecologia tem invadido o cotidiano dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, sobretudo, no Estado de São Paulo. Buscando superar os limites impostos, os movimentos sociais do campo articulam-se para a construção de novas referências teóricas e práticas em agroecologia (COSTA NETO e CANAVESI, 2002; SCOPINHO, 2007; VALADÃO e BRANDENBURG, 2009). Este processo, ainda que em construção, reitera a necessidade de mudança, impondo com vigor a dimensão social da

Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vem organizando, em diferentes regiões, cursos em nível técnico em agroecologia para os assentados e seus familiares.

sustentabilidade ambiental, isto porque, “[...] a associação da questão agrária à questão ambiental tende a reforçar, e mesmo exigir, a visualização da questão da equidade social” (MOREIRA, 2002, p.3).

No Brasil, o debate sobre o *Desenvolvimento Sustentável* em áreas rurais se faz bastante presente nas discussões em torno dos problemas da região Amazônica. Contudo, o processo de expansão e consolidação do setor agrícola, em especial, dos complexos agroindustrias da soja e da cana-de-açúcar nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, também tem feito com que a relação entre desenvolvimento e sustentabilidade seja, igualmente, privilegiada nas discussões sobre o desenvolvimento rural dessas três grandes regiões.

No que se refere ao setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo, tem sido apontado por diversos autores que a reestruturação deste setor tanto tem tornado a região de Ribeirão Preto uma das mais importantes e dinâmicas em termos de acumulação e centralização de capitais quanto gerado impactos negativos, do ponto de vista social e ambiental¹⁵. Com o propósito de compreender e atualizar a problemática apontada por estes autores e melhor delinear o cenário onde os assentamentos rurais agroecológicos estão sendo criados, faremos, na sequência deste capítulo, uma revisão sucinta do processo de desenvolvimento agrícola ocorrido nesta região, especialmente, no período posterior aos anos de 1930 para melhor visualizar como se articulam as questões agrária, agrícola e ambiental atualmente.

1.4 - O desenvolvimento da agricultura na região Nordeste do Estado de São Paulo

O Nordeste do Estado de São Paulo, em particular, a região de Ribeirão Preto, é considerada uma das regiões com os maiores índices de produtividade agrícola do país. Somada à região Noroeste, esta região concentra a agricultura de maior valor comercial do Estado. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 1995 apontavam que 42,1% dos estabelecimentos agropecuários, 40,2% da área e 44,5% do pessoal ocupado na agropecuária paulista estavam nas regiões Noroeste e Nordeste (BRASIL, 2006a, p. 25).

Todavia, uma parte importante da história da agricultura da região Nordeste remonta ao final do século XIX, ou seja, ao período áureo das lavouras de café. Segundo Ianni (1976,

¹⁵ Ver Alves (1991), Ferrante (1991), Silva (1999), Scopinho (2003), Silva e Martins (2006), entre outros.

p.6), a marcha do café nesta região “[...] formou fazendas e cafezais, colônias e casas grandes, vilas e cidades. Toda uma sociedade agrária de base capitalista formou-se na região”.

O processo de expansão dos cafezais nessa região do Estado seguiu mais ou menos constante até o início dos anos de 1920, quando fortes geadas, secas e a baixa nos preços, provocados pela superprodução sinalizaram o fim de um período de prosperidade. Como se sabe, a opulência dos cafezais paulista chegou definitivamente ao fim com a histórica crise de 1929. No entanto, as particularidades daquele sistema de produção, juntamente com ações governamentais específicas, criaram as condições para que a economia regional pudesse absorver os reflexos da crise mundial, pois “[...] quando o café sofria crises, ou entrava em declínio, a economia e a sociedade locais não entravam em colapso, nem permaneciam estagnadas. Ai as forças produtivas eram reorganizadas e ganhavam novos dinamismos” (IANNI, 1976, p.18).

Nos anos que se seguiram à crise, a região de Ribeirão Preto recuperou-se economicamente, redirecionando parte de suas atividades agrícolas para outros tipos de cultivo. Entre 1930 e 1940, os cafezais foram substituídos por outras culturas, entre elas: o algodão, feijão, milho, mandioca e a cana-de-açúcar. No entanto, as experiências com a policultura duraram pouco tempo, pois já no início da década de 1940, grandes e pequenos produtores passaram a priorizar a produção de cana-de-açúcar.

O algodão, apesar de continuar a ocupar uma área igual ou maior do que a da cana, na década dos anos quarenta, não chega a impor o seu domínio sobre a economia [...]. Em 1951 a área cultivada com cana-de-açúcar sobrepuja a área de algodão. Em 1953 a cana passa a ocupar uma área maior do que as áreas cultivadas com algodão e café somadas (IANNI, 1976, p. 23).

Assim, desde os anos de 1960, a região de Ribeirão Preto vem passando por um processo intenso de transformações no setor agropecuário e isto tanto tem exigido quanto possibilitado a acumulação progressiva de recursos técnicos, científicos e financeiros. Este processo resultou numa especialização da produção com uma crescente substituição da produção de alimentos por cultivos destinados a atender as demandas das agroindústrias que, atualmente, são consideradas a força motriz da agricultura dessa região. (ELIAS, 2003, p.72).

Dados do IBGE mostram que, em dez anos, o total da área plantada em Ribeirão Preto cresceu 11%, o equivalente a 3,6 mil hectares. Porém, apenas cresceram as plantações de cana-de-açúcar e de culturas utilizadas em sua rotação (soja, milho e amendoim). Já as culturas permanentes de alimentos – café, banana, abacate, laranja, limão, manga e tangerina – tiveram sua área reduzida em 278%. Em 1997, essas lavouras somavam 741 hectares de

área plantada, em 2007 eram 196 hectares. As culturas de alimentos temporários – arroz e mandioca – que somavam 115 hectares em 1997, não existem mais no município. (SCHEFFER, 2009).

Ainda que a produção de cana-de-açúcar ocupe um lugar importante na história da agricultura do Nordeste paulista, foi somente a partir da segunda metade do século XX que esta atividade passou a ser desenvolvida em novas bases. Vários fatores contribuíram para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro neste período, entre eles, destacamos a criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). Instituído em 1975 por meio de um decreto, este programa incrementou ainda mais a produção de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, mas nos moldes de um padrão altamente tecnificado de produção agrícola.

Este programa foi responsável pela transferência de uma grande quantidade de recursos públicos ao setor sucroalcooleiro. Além de aumentar a produção de álcool combustível e reduzir o *déficit* na balança comercial brasileira, o Programa também objetivava mitigar problemas de ordem social. Todavia, conforme apontado por Scopinho (2003, p.30), “[...] os resultados sociais dos investimentos de recursos através do programa, principalmente nas regiões mais afetadas pelo crescimento da economia canavieira, são muito discutíveis”.

A acumulação de capital obtida pelos usineiros por meio do PROÁLCOOL e dos demais programas governamentais foi mantida até início da década de 1990. A partir deste período, o Estado reduziu os investimentos no setor e isto obrigou muitas usinas e destilarias, especialmente aquelas localizadas na região Nordeste do país a reestruturarem suas unidades produtivas. Esse período foi marcado por incorporações, fusões e falências das indústrias menos competitivas.

Entretanto, a partir de meados dos anos 2000, no contexto de expansão da produção dos agrocombustíveis, as perspectivas econômicas voltaram a ser promissoras para o setor sucroalcooleiro, em especial para as indústrias instaladas na região Centro-Sul do país. De acordo com dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), no Centro-Sul a área de cana disponível para a safra 2008/2009 foi de 6,53 milhões de hectares, isto representava um aumento de 15,7% em relação à safra anterior. O Estado de São Paulo é o maior produtor de cana dessa região, pois sozinho detém 66% de toda área cultivada¹⁶.

Como resultado da expansão da monocultura da cana-de-açúcar, o setor sucroalcooleiro vem sendo apontado como o principal responsável por uma série de

¹⁶ Dados disponíveis em: <http://www.unica.com.br/downloads/estatisticas/canasat_2008.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

problemas – poluição atmosférica, contaminação dos recursos hídricos, erosão e compactação do solo, desrespeito à legislação trabalhista etc. – na região Nordeste do Estado de São Paulo, particularmente, nos municípios situados no entorno de Ribeirão Preto. Além desses problemas, há também a questão do desemprego causado pela crescente mecanização dos canaviais, sobretudo, nas atividades de colheita da cana.

Ainda que o setor sucroalcooleiro, por meio das entidades que o representam, exerça forte influência sobre os meios de comunicação e sobre a opinião pública em geral, algumas conquistas vêm sendo obtidas por entidades sindicais de trabalhadores rurais em parcerias com instituições públicas governamentais e não governamentais.

Outra frente de enfrentamento aos problemas oriundos da economia canavieira na região de Ribeirão Preto tem sido as ocupações de propriedades cujas terras são exploradas por usinas de açúcar e destilarias de álcool. O principal movimento social empenhado neste sentido é o MST. Na verdade, foram os impactos socioambientais gerados pelo setor sucroalcooleiro desde o final do século passado a principal razão para que os movimentos sociais passassem a organizar os trabalhadores desta região em favor da luta pela reforma agrária.

1.5 – Conclusões

Neste primeiro capítulo, buscamos resgatar alguns aspectos do processo de desenvolvimento da agricultura no Brasil. A análise de tal processo revela que as atividades do chamado setor primário foram e, continuam sendo, atividades importantes para o conjunto da economia brasileira. As transformações ocorridas na agricultura brasileira, especialmente aquelas verificadas na virada dos séculos XIX e XX, engendraram diferentes configurações e, estas, não ficaram restritas a dimensão econômica, mas reverberaram também em outras esferas – social, política e mesmo cultural – do cotidiano da sociedade brasileira.

Outra questão importante apreendida na análise do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, diz respeito ao caráter regionalmente diferenciado apresentado pela economia agrícola nacional. Consideramos este aspecto relevante, principalmente, quando as análises buscam problematizar a polarização entre pequena e grande produção agrícola, ou seja, entre agricultura familiar e agronegócio, a primeira mais voltada às demandas do mercado interno e o segundo visando a produção de *commodities* agrícolas cujo principal foco

tem sido o mercado internacional. Neste sentido, concordamos com Almeida e Assad (2004, p.8), pois, de fato:

O caráter heterogêneo da agricultura brasileira, reflexo de ambientes diversos num país de dimensões continentais, se expressa tanto nas categorias patronal quanto familiar. No entanto, a agricultura familiar assume um caráter muito mais heterogêneo do que a agricultura patronal, por ser estruturalmente mais dependente das limitações e potencialidades do ambiente. Esse caráter heterogêneo da agricultura brasileira impede a adoção de padrões homogêneos e impõe desafios distintos.

No caso brasileiro, ressalta-se ainda que, a partir da segunda metade do século XX, a dinâmica de desenvolvimento do setor agrícola, ao mesmo tempo em que criou os alicerces para o desenvolvimento industrial do país, também abriu as portas para um processo de subordinação da agricultura à lógica de acumulação do setor industrial. Neste período, a expansão da produção agrícola, sobretudo, aquela realizada no interior dos complexos agroindustriais da soja, laranja e cana-de-açúcar atrelou-se, de forma mais verticalizada, ao desenvolvimento das indústrias, tanto a jusante quanto a montante, num complexo processo de apropriação das bases da agricultura pelo setor industrial (NORDER, 2006).

No entanto, por razões históricas, o processo de subordinação da agricultura ao setor industrial não atingiu igualmente todos os grupos sociais atuantes no meio rural brasileiro. Conforme salienta Romeiro (2007, p. 256):

No caso do Brasil, o processo de modernização da agricultura beneficiou, como é notório, médios e principalmente grandes produtores. A grande massa de pequenos produtores familiares ficou à margem desse processo. Como justificativa, foi frequentemente afirmado que a agricultura moderna eficiente era tecnologicamente incompatível com a pequena produção.

Por ser parte integrante do processo de reprodução do capital, a modernização da agricultura brasileira apresenta múltiplas contradições, sendo que uma delas diz respeito aos elevados índices de produtividade agrícola comparados aos, igualmente elevados, índices de pobreza rural. Como se procurou demonstrar, este problema foi debatido com vigor até início dos anos de 1990, período a partir do qual se passou a debater um segundo aspecto, qual seja, a dos impactos ambientais derivados das transformações impostas pelo processo de modernização da agricultura brasileira. A pertinência dessa discussão dá-se pelo simples fato de que, “[...] os impactos ambientais gerados pelas atividades agropecuárias não representam apenas uma externalidade, mas um fator que degrada sua própria base produtiva” (ROMEIRO, 2007, p. 258).

A análise do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira possibilitou conhecer ainda as várias correntes que atuaram em favor da criação de novos modelos de produção agrícola, estes, baseados nas chamadas tecnologias alternativas (agricultura orgânica, biodinâmica, biológica, natural, entre outras). Com base em diferentes autores, pode-se apreender também os limites e possibilidades atualmente colocados para a agricultura ecológica e para a agroecologia. A relação entre questão agrária e questão ambiental foi analisada tomando-se como horizonte as reflexões recentes de autores com amplo conhecimento sobre as questões do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade socioambiental.

Por fim, focalizando o Nordeste do Estado de São Paulo, especificamente, a região de Ribeirão Preto como um território onde o processo de modernização agrícola ocorreu de modo intenso, foi possível indicar os principais problemas derivados da modernização da agricultura nesta região, sobretudo, aqueles emergidos a partir da reestruturação do setor sucroalcooleiro nos anos de 1990.

Conclui-se, portanto, que no longo e complexo processo de modernização da agricultura brasileira, houve sim, um significativo avanço em termos de desenvolvimento de novas tecnologias e de aumento da produtividade agrícola e pecuária. No entanto, tal processo incorporou de modo marginal os pequenos produtores rurais do país. Um dado que comprova isto pode ser observado no próprio Plano de Safra 2008/2009 do governo federal. Enquanto foram destinados mais de 70 bilhões de Reais para a agricultura empresarial, a agricultura familiar, embora respondesse por mais de 70% da produção de alimentos do país, recebeu o equivalente a 15 bilhões.

Com relação às questões ambientais, ou dito de modo mais contundente, aos impactos ambientais decorrentes da modernização agrícola, estes também não foram devidamente considerados. Dois fatos que corroboram esta afirmação são: em primeiro lugar, a resistência dos grandes proprietários rurais em adequar-se a legislação referente às áreas de reserva legal, impondo assim, significativas mudanças no Código Florestal Brasileiro; um segundo aspecto, igualmente importante, diz respeito ao aumento no consumo de agrotóxicos no Brasil. Segundo dados da Associação Nacional das Empresas de Defensivos Agrícolas (ANDEF), entre 2006 e 2007, as vendas dos principais venenos agrícolas cresceram 37%, garantindo às indústrias do setor um faturamento equivalente a mais de 5 milhões de dólares.

Como procuramos demonstrar, a convergência entre as questões agrícola, agrária e ambiental, numa dimensão espaço-temporal marcada pela hegemonia do agronegócio empresarial, tende a lançar novos questionamentos sobre o desenvolvimento dos territórios

rurais brasileiro, em especial, sobre os atuais projetos de assentamentos de reforma agrária no interior do Estado de São Paulo. A implantação desses projetos nos convida a pensar vários aspectos da vida social, entre os quais: a relação estabelecida entre os sujeitos demandantes das políticas de reforma agrária e os vários agentes mediadores dessas políticas; outro aspecto importante que nos interessa saber é: qual o sentido e a real capacidade de transformação dos assentamentos rurais agroecológicos nesta região? Seriam estes assentamentos capazes de transformar concretamente a dura realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais ou eles apenas incluem, marginalmente, esta população e perpetuam, assim, os velhos e conhecidos modelos de desenvolvimento do rural brasileiro? Estas são questões centrais neste trabalho e serão colocadas para debate.

Este primeiro excuroso teve a função de preparar o pano de fundo para a apresentação e discussão do estudo de caso proposto nesta pesquisa. A medida do seu desenvolvimento, as questões levantadas neste capítulo deverão ser retomadas.

Capítulo 2 – A questão ambiental nos assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo

A questão agrária brasileira pode ser apreendida a partir de diferentes recortes: espacial, temporal, político, econômico, cultural, entre outros. A fim de compreender algumas particularidades do processo de formação de assentamentos de reforma agrária no espaço rural paulista, faremos, neste capítulo, uma revisão de trabalhos produzidos em diferentes épocas e por diferentes pesquisadores e instituições. O objetivo principal deste excuro é identificar em que momento e de que forma se deu a inserção das discussões sobre as questões ambientais no processo de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo.

Embora, no Brasil, a implantação de assentamentos rurais esteja mais diretamente relacionada às intervenções do executivo federal, alguns governos estaduais também buscam, em seus respectivos estados, fomentar políticas voltadas à resolução de conflitos fundiários. De acordo com Medeiros e Leite (1999, p.10), a intervenção dos governos estaduais na implantação de assentamentos rurais não é fenômeno recente, pois, “[...] nos anos 80, os governos estaduais, utilizando-se de mecanismos diversos, passaram a intervir de forma mais recorrente sobre a questão fundiária”. Acrescentam esses autores que não se pode entender a intervenção dos governadores estaduais:

[...] fora de um complexo quadro de disputas políticas, onde devem ser considerados quer o aumento da pressão por terra e o fortalecimento da organização dos trabalhadores, quer as possibilidades de *disputar a bandeira da reforma agrária* com o governo federal, num quadro de rápidas e significativas mudanças políticas no país, no contexto da redemocratização. (MEDEIROS e LEITE, 1999, p.10). (grifos meu).

A fim de tornar mais eficiente as suas políticas agrícola e agrária, alguns governos estaduais promoveram uma série de mudanças naqueles órgãos mais diretamente ligados a elas. Conforme salienta Barone (2002, p. 196) “Esse rearranjo no organograma estatal explicita uma vontade de criar condições políticas no âmbito dos serviços públicos para o desenvolvimento dos referidos projetos de assentamentos”. Além do aspecto apontado por Barone, não podemos deixar de considerar também que, aos governantes, interessa manter sob controle o processo de reforma agrária. O próximo quadro apresenta as mudanças ocorridas na estrutura administrativa do governo paulista entre a década de 1960 e fim dos anos de 1990.

Quadro 02 – Principais alterações ocorridas na estrutura governamental relacionadas à questão fundiária no Estado de São Paulo, entre as décadas de 1960 e 1990.

Ano	Evento
1961	Foi criada a Assessoria de Revisão Agrária (ARA), vinculada à Secretaria da Agricultura, para coordenar os trabalhos referentes a execução da Lei de Revisão Agrária. Em 1978, passou a ser denominada Assessoria Técnica de Revisão Agrária (ATRA).
1983	Foi criada a Coordenadoria Socioeconômica para, junto com a Secretaria da Agricultura, organizar os pequenos produtores, apoiar o sindicalismo e o uso social da terra. Passou a administrar as funções da ATRA tendo seu nome alterado para Instituto de Assuntos Fundiários (IAF).
1985	Foram promulgadas duas leis estaduais de grande importância para a política agrária: A lei 4.925 e a 4.957, que dispõem sobre o aproveitamento e valorização dos recursos fundiários do Estado e sua destinação para a reforma agrária e assentamento de trabalhadores rurais.
1986	Foi criada a Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (SEAF), incorporando o IAF e o Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (Masterplan).
1987	Foi criado o Grupo Executivo de Ação Fundiária (GEAF). Na mesma época, a SEAF passou à condição de Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários (SAF), criando os Departamentos de Assentamento e de Regularização Fundiária (DAF e DRF), que se tornaram sucessores do IAF e GEAF.
1988	Foi extinta a SAF. O DAF foi transferido para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e o DRF para a Secretaria da Justiça, que, posteriormente, passou a integrar a estrutura da Procuradoria Geral do Estado
1991	Foi criado o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), assumindo as atribuições do DAF e DRF e unificando as atividades de assentamento e regularização fundiária num mesmo órgão. No ITESP foram acrescentadas as ações de mediação de conflitos fundiários, capacitação de trabalhadores rurais e atendimento às comunidades quilombolas.
1999	A Lei 10.207, de 8 de janeiro, criou a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, regulamentada pelo Decreto 44.294, de 4 de outubro. A Fundação ITESP é sucessora natural e legal de toda uma seqüência de órgãos estaduais ligados às questões agrárias e fundiárias no Estado de São Paulo.

Fonte: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) – www.itesp.sp.gov.br (acessado em julho de 2009).

Um marco da questão fundiária em São Paulo foi a criação do programa de Revisão Agrária instituído no final dos anos de 1950 pelo governador Carvalho Pinto. Com a criação deste programa e a posterior edição da Lei 59.994, de 31 de Dezembro de 1960, o governo paulista lançou uma proposta de desenvolvimento para o meio rural. Além do seu caráter desenvolvimentista, tal proposta servia também como mecanismo de arrefecimento das mobilizações sociais que se intensificavam no interior do Estado naquele período. Todavia, entre as décadas de 1960 e 1980, os conflitos fundiários agudizavam-se no território paulista, sobretudo, pela ineficácia da política de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Um dos principais problemas dos projetos de assentamentos rurais organizados a partir do programa de Revisão Agrária era que tais projetos, ao invés de se contraporem à lógica da modernização agrícola, contribuía ainda mais para a expansão daquele modelo de produção. De acordo com Bergamasco e Norder (1999), entre os objetivos deste programa estava a difusão de novos padrões de produtividade na agropecuária paulista e a ampliação do consumo de novos produtos industriais, em especial, daqueles produzidos pelas indústrias de insumos agropecuários.

Posteriormente ao programa de Revisão Agrária, o governo de São Paulo desenvolveu um segundo projeto denominado Plano de Valorização de Terras Públicas (PVTP). Criado em meados da década de 1980, este projeto tinha como pano de fundo o processo de redemocratização e abertura política do país. Dentre os assentamentos implantados a partir do PVTP paulista, destaca-se o Assentamento na Fazenda Pirituba, localizado entre os municípios de Itapeva e Itaberá na região Sudoeste do Estado. Inicialmente, este assentamento foi considerado, pelas autoridades e especialistas em desenvolvimento rural, uma experiência positiva de reforma agrária, sobretudo, no que se refere aos seus aspectos econômicos¹⁷. Não obstante essas considerações, os impactos econômicos e demográficos do Assentamento na Fazenda Pirituba acabaram diluídos na região que, naquele período, ainda abrigava uma quantidade significativa de outros produtores e moradores rurais (BERGAMASCO e NORDER, 1999).

No mesmo espírito do PVTP, foram criados outros dois assentamentos na região de Campinas: Sumaré I e II. Ao contrário do ocorrido na Fazenda Pirituba, os assentamentos implantados nesta região possibilitaram uma maior articulação dos movimentos sociais com diversas organizações governamentais e não governamentais. Com isto, a luta pela reforma agrária avançou também no campo político, pois as famílias assentadas em Sumaré I e II puderam participar de diversos processos socioculturais e políticos existentes na região de Campinas que, já naquela época, abrigava um dos pólos industriais e educacionais mais importantes do Estado.

Ainda na década de 1980, mais dois assentamentos foram criados com base no Plano de Valorização de Terras Públicas do governo paulista. Trata-se do Assentamento Fazenda Monte Alegre e do Assentamento Bueno de Andrade. A criação desses assentamentos está diretamente relacionada às péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos bóias frias do complexo agroindustrial sucroalcooleiro nas regiões Central e Nordeste do Estado de São

¹⁷ Para outros detalhes a respeito do PVTP, bem como, das experiências desenvolvidas no Assentamento na Fazenda Pirituba consultar revista (ABRA, 1985).

Paulo. Antes da criação desses assentamentos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara vinha denunciando as autoridades locais e estaduais, os problemas sociais existentes no interior do complexo canavieiro, bem como, apontando os possíveis desdobramentos dos conflitos ocorridos a partir das greves dos assalariados rurais da região.

Ciente da gravidade dos problemas emergentes na região e temendo prejuízos políticos, o governo do Estado, através da Secretária do Interior, desenvolveu, em meados do ano de 1984, um programa denominado Bóia Fria. Este programa tinha por objetivo empregar, na entressafra, os assalariados rurais do complexo canavieiro para que estes obtivessem melhores condições de vida. Entretanto, tal programa mostrou-se ineficiente e com isto a organização dos trabalhadores acabou fortalecida. A partir desse momento, os trabalhadores rurais assalariados, por meio da organização sindical, passaram a reivindicar também o acesso à terra (SILVA e FERRANTE, 1987). Já naquela época, a origem desses trabalhadores era bastante diversificada, encontrando-se pessoas vindas de estados distantes, tais como: Bahia, Paraná, Goiás e também trabalhadores vindos de municípios próximos, entre eles: Cravinhos, Pontal, Sertãozinho, Pradópolis e Guariba, este último, palco do maior conflito trabalhista envolvendo trabalhadores rurais no interior de São Paulo nos anos de 1980.

Além dos assentamentos rurais implantados pelo governo estadual na década de 1980, o governo federal, por intermédio do INCRA, também implantou alguns assentamentos no território paulista. De acordo com Bergamasco e Norder (1999), os dois projetos de assentamento mais importantes criados pelo governo federal em São Paulo foram o Assentamento Primavera e o Assentamento Fazenda Reunidas.

Atendendo às determinações do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), as Superintendências Regionais do INCRA realizaram, a partir de 1985, os chamados Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA), o objetivo desses planos era o de identificar territórios potencialmente capazes de receber ações de reforma agrária. Os levantamentos realizados pelo INCRA para o Estado de São Paulo apontaram, para o ano de 1986, a existência de seis perímetros ou áreas de ação, distribuídos nas regiões Oeste e Sudeste do Estado. Estas duas regiões apareciam como localidades privilegiadas para fins de reforma agrária pelo fato de que, no passado, ambas as regiões sofreram ações de posseiros e grileiros de terras públicas. Além disto, na região Oeste de São Paulo, ocorreu ainda um processo de

expulsão de pequenos agricultores em decorrência da construção de grandes usinas hidrelétricas¹⁸.

Devido ao processo de ocupação e desenvolvimento do Oeste paulista, a região do Pontal do Paranapanema, particularmente, transformou-se, em meados da década de 1990, “[...] numa das mais conflituosas regiões do país e um dos cenários de maior destaque nos debates sobre a reforma agrária” (BERGAMASCO e NORDER, 1999, p. 98)¹⁹. A questão da posse irregular – principalmente por meio da grilagem – de terras é um dos pilares da problemática fundiária no Estado de São Paulo; outro pilar está relacionado ao modo de exploração dessas terras, sobretudo, a forma de exploração praticada pelo complexo sucroalcooleiro nas regiões Central, Noroeste, Nordeste e Oeste do Estado. À medida em que o complexo agroindustrial ampliou-se, ele foi ocupando as melhores terras agricultáveis existentes no Estado, revelando com isto que, de fato:

Não há uma prioridade na projeção da expansão do complexo sucroalcooleiro de uma proposta de política industrial que incorpore mais tecnologia no parque fabril do complexo, mas, sim, se prioriza uma estratégia agrária patrimonialista de expansão territorial. (BRASIL, 2006a, p. 105).

Frente ao processo de implantação de assentamentos de reforma agrária nas diferentes regiões do Estado de São Paulo, a expansão territorial do setor canavieiro acaba por gerar tensões e conflitos que não se resumem a etapa de criação dos assentamentos rurais, mas manifestam-se também no ulterior processo de desenvolvimento dos territórios reformados (BARONE e FERRANTE, 2008; FERRANTE, 2009). A este respeito, vejamos o caso emblemático de dois assentamentos existentes na região de Araraquara, o primeiro denominado Projeto de Assentamento Monte Alegre e o segundo, conhecido como Projeto de Assentamento Bela Vista do Chibarro. A implantação desses dois assentamentos deu-se no contexto dos conflitos agrários emergidos no interior do Estado de São Paulo na década de 1980, sendo que o PA Monte Alegre é resultado da política agrária do governo paulista e o PA Bela Vista do Chibarro das ações do governo federal.

¹⁸ A respeito do processo de expulsão de pequenos agricultores brasileiros devido à construção de usinas hidrelétricas consultar (WALDMAN, 1998).

¹⁹ Mais adiante analisaremos as particularidades do processo de regularização fundiária na região do Pontal do Paranapanema, em especial, os aspectos relacionados à programas de recuperação ambiental implantados pelo ITESP em alguns assentamentos rurais.

2.1 Antigos assentamentos de reforma agrária no quintal do agronegócio canavieiro

Uma das primeiras manifestações da luta pela reforma agrária na região Central do Estado de São Paulo ocorreu em Julho de 1985 quando, aproximadamente, vinte famílias ocuparam uma área de 708 hectares do Horto Silvânia, localizado no interior da Fazenda Monte Alegre. Esta ocupação ocorreu em resposta ao fracasso do programa Bóia fria e também da inércia do governo paulista em implantar uma política agrária mais condizente com as necessidades dos trabalhadores rurais. Antes da ocupação do Horto Silvânia, os próprios assalariados rurais haviam criado, com o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, uma comissão que vistoriou e constatou a ociosidade das terras da Fazenda Monte Alegre (CHONCHOL, 2003).

Frente ao imobilismo e oposição de alguns órgãos governamentais, especificamente, da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), ao projeto de assentamento na Fazenda Monte Alegre, as pressões sobre as autoridades estaduais cresceram e, após um breve período onde os trabalhadores rurais permaneceram acampados na sede do sindicato em Araraquara, o governo do Estado, por meio da Secretaria da Agricultura, autorizou a ocupação de parte das terras da Fazenda Monte Alegre. No início, a administração da área ficou a cargo do Instituto de Assuntos Fundiários, a quem coube a responsabilidade técnica na condução dos projetos de desenvolvimento do futuro assentamento.

As famílias selecionadas para participarem deste projeto assumiram o compromisso de executar os planos de produção que seriam desenvolvidos em duas áreas distintas: um pequeno lote destinado a produção individual (quintal); e um outro, de maior dimensão, onde planejava-se desenvolver uma agricultura mais mecanizada baseada em projetos de produção coletivizados. A idéia de um projeto baseado na exploração de duas áreas distintas trouxe dificuldades para a organização do assentamento, sobretudo, na relação dos técnicos com os assentados, pois as famílias acabaram privilegiando as atividades produtivas no entorno das residências, dando origem assim a um subsistema de produção marcado por trocas entre familiares e vizinhos. De acordo com Chonchol (2003, p.73), ao agirem dessa forma, as famílias assentadas davam uma resposta “[...] às políticas que lhes eram propostas e, em certos casos, também impostas”.

Ainda que houvesse algumas dificuldades no diálogo entre os técnicos e as primeiras famílias assentadas na Fazenda Monte Alegre, o fato é que a conquista desta área favoreceu o

processo de retorno à terra dos assalariados rurais que, até então, viviam na itinerância em busca de trabalho, isto é, à procura de melhores condições de existência. Atualmente, o Assentamento Monte Alegre conta com seis núcleos num total de 416 lotes agrícolas.

Diferentes análises revelam que os principais problemas no processo de implantação dos núcleos de assentamento na Fazenda Monte Alegre, ao longo das décadas de 1980 e 1990, decorreram dos modelos de organização e desenvolvimento produtivo elaborado pelos técnicos e suas instituições. As diretrizes adotadas para o desenvolvimento dos primeiros núcleos acabaram refletindo diretamente sobre a capacidade de endividamentos das famílias. Este tornou-se um dos principais problemas, tanto que, em meados da década de 1990, grande parte dos assentados estava impossibilitada de operar devido à falta de condições para quitar dívidas antigas. Diante disso, entre 20% e 40% da área dos lotes ficava ociosa (ANTUNIASSI, 2003, p.50).

O endividamento obrigou muitas famílias a lançar mão de novas estratégias de sobrevivência. Neste sentido, duas alternativas sobressaíram-se. Nos primeiros anos, parte dos trabalhadores – chefes de família – recorreu ao assalariamento temporário na colheita da cana-de-açúcar e nos pomares de citros da região. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário às quais os trabalhadores rurais assentados frequentemente recorrem (BARONE e FERRANTE 2008). Parte dos assentados mais jovens, portadores de um nível escolar um pouco mais elevado, foi absorvida pelas agroindústrias locais em atividades não agrícolas. Segundo Antuniassi (2003, p. 52) “Essa combinação de trabalho agrícola e não agrícola na agroindústria permite aos jovens contribuir para maior conforto familiar e permanecer no assentamento”.

Outra estratégia buscada pelos assentados para escapar do endividamento foi a parceria com algumas usinas para o plantio de cana-de-açúcar nos lotes do Assentamento Monte Alegre. Esta questão foi e, ainda hoje, continua sendo polêmica no debate sobre os assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo, pois em muitos casos, os usineiros pressionam os assentados para que estes arrendem seus lotes e também se dediquem ao cultivo da cana.

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamento a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria-prima para as agroindústrias, nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituem em uma sombra a nublar, não necessariamente provocando tempestades, a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região (BARONE e FERRANTE, 2008, p. 282).

Ainda com relação à produção de cana nos assentamentos rurais na região de Araraquara, uma situação bastante complexa pode ser constatada no Assentamento Bela Vista do Chibarro. Este assentamento resulta de uma desapropriação ocorrida em 1989 em terras que pertenciam a antiga Usina Tamoio. A conquista das terras desta usina também foi marcada por uma decisiva intervenção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara. De acordo com Barone (2002, p.22), “[...] nos anos de 1988 e 1989, o sindicato organiza e intermedia a entrada de vários pequenos grupos de trabalhadores na colônia Bela Vista do Chibarro”.

Além do grupo organizado pelo sindicato rural, a ocupação das terras da Tamoio também contou com a participação de um grupo remanescente de antigos trabalhadores da usina que decidiram continuar vivendo na colônia existente na Fazenda Bela Vista; um terceiro grupo de famílias ocupantes veio de um acampamento organizado na Fazenda Monte Alegre, este grupo era formado por trabalhadores rurais – ex-bóias frias – da cidade de Sertãozinho; por fim, o quarto grupo a chegar na Bela Vista veio da região do Vale do Ribeira. Ressalta-se que este último grupo já se encontrava assentado num assentamento denominado Val Formoso no município de Sete Barras, no entanto, a área ocupada por estas famílias foi transformada em reserva florestal e estas foram obrigadas a se deslocar para a região de Araraquara. O PA Bela Vista do Chibarro resulta, portanto, da aglutinação – conflituosa – desses diferentes grupos (ROSIM, 1997)²⁰.

Oficialmente, em abril de 1989, a Fazenda Bela Vista do Chibarro foi declarada como uma área de interesse social para reforma agrária e, com isso, deu-se início ao processo de desenvolvimento produtivo do PA Bela Vista. No primeiro projeto houve um grande incentivo para a produção de grãos, entre eles: arroz, milho e soja. Contudo, os aspectos fundamentais do processo organizativo desse assentamento giram em torno das polarizações, das disputas, dos conflitos e contradições vividas, tanto pelos assentados, quanto pelos agentes mediadores da luta pela reforma agrária nesta região (ROSIM, 1997; BARONE, 2002; FERRANTE, 2009).

Uma primeira polarização ocorreu em 1990, quando o INCRA transferiu, aproximadamente, 30 famílias de um acampamento existente na região de Promissão para a área do Bela Vista. “A chegada desses trabalhadores em Araraquara provocou uma enorme

²⁰ Analisando, separadamente, cada um dos agrupamentos que formaram o PA Bela Vista, Rosim (1997, p.99) salienta que o grupo originário do Vale do Ribeira era o único que expressava certa consciência ecológica. “Mesmo que indiretamente e sem utilizar o linguajar dos ambientalistas, podemos afirmar que existia uma certa consciência ecológica dos trabalhadores, na medida em que, por conta própria adotavam atitudes de preservação da natureza [...]”.

confusão no Assentamento Bela Vista” (ROSIM, 1997: p. 120). A vinda das famílias de Promissão marcou o início de uma fragmentação dos grupos que viriam a constituir o Assentamento Bela Vista do Chibarro²¹, pois segundo Barone (2002, p.103), “[...] a presença do grupo de Promissão gerou uma divisão na Bela Vista”.

Embora as fragmentações ocorridas no âmbito interno dos assentamentos sejam atribuídas às lideranças dos movimentos sociais e aos próprios assentados, acreditamos que tal processo depende também do papel assumido pelos agentes das instituições públicas responsáveis legais e/ou técnicos pelos projetos de assentamento, ou seja, daquilo que Antuniassi (2003, p.58) classifica como a “[...] confusa e desencontrada visão dos funcionários/militantes das organizações governamentais”²².

No tocante ao cultivo da cana-de-açúcar nas terras do PA Bela Vista, Barone (2002, p.135) aponta tal procedimento como indicador da maior contradição representada pelos assentamentos dessa região. Ao contrário do ocorrido no Assentamento Monte Alegre, no PA Bela Vista, a oposição ao plantio da cana-de-açúcar foi sendo, aos pouco suplantada, isto por que:

Entre 1994 e 1995, o aumento da inadimplência na Bela Vista vai, cada vez mais, colocando o plantio de cana como opção para os agricultores. Tal cultivo, praticamente custeado pela usina, oferece a possibilidade de se obter alguma renda da terra. Se alguns assentados conseguirem relativo sucesso com outras lavouras, estes serão sempre a minoria (BARONE, 2002, p. 143).

A produção de cana neste assentamento acabou dividindo os assentados em dois grupos: os que eram favoráveis ao plantio da cana e os que eram contrários a tal prática. No início dos anos 2000, o primeiro grupo era maioria e vinha crescendo em virtude dos baixos rendimentos obtidos por aqueles assentados que ainda resistiam ao plantio da cana-de-açúcar. Entre 1999 e 2001, a produção de cana no PA Bela Vista do Chibarro saltou de 3,5% para 58% (BAÚ, 2002). Em números absolutos, no ano safra 2002/2003, havia 40 contratos firmados entre assentados e usina, já na safra seguinte, este número saltou para 137 contratos (BARONE e FERRANTE, 2008). Nesta perspectiva de crescimento, o cultivo da cana no Bela Vista, ao mesmo tempo em que acirrou as disputas internas entre os vários grupos e subgrupos de assentados, também tornou pública as divergências existentes entre os órgãos

²¹ As famílias trazidas de Promissão para Araraquara estavam organizadas em torno do MST. Este detalhe fazia muita diferença, pois estas famílias tinham um histórico de luta pela terra que, em muitos aspectos, não coincidiam com os das famílias que já se encontravam ocupando as terras do Assentamento Bela Vista.

²² A respeito da ação de agentes políticos dentro do serviço público que trata da questão agrária no estado de São Paulo ver também Barone (2002).

governamentais que, em tese, teriam a responsabilidade pelo desenvolvimento do território reformado.

A principal divergência ocorreu entre o INCRA e o ITESP, pois o primeiro, enquanto responsável legal pela área do assentamento mostrava-se, em princípio, contrário ao cultivo da cana-de-açúcar; já o ITESP, que era o responsável técnico pelo desenvolvimento do assentamento não se opunha ao plantio da cana, tendo inclusive, elaborado portarias administrativas para regulamentar o fornecimento de cana para as usinas²³. Frente aos conflitos emergidos a partir das parcerias entre usinas e assentados, o INCRA decidiu retomar a gestão do PA Bela Vista e, após a expulsão de um grupo plantador de cana, estabeleceu um acordo para tentar corrigir as distorções verificadas nos contratos e também fiscalizar, com apoio da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), as operações entre as partes envolvidas.

Registra-se que, ao menos nesta conjuntura (governo Lula), os assentamentos sob responsabilidade do INCRA no Estado não deverão implantar novas *parcerias* com as destilarias para produção de cana em seus territórios. Por outro lado, nada faz prever uma mudança de postura do órgão Estadual (ITESP), em relação ao cultivo agroindustrial da cana nos assentamentos sob sua jurisdição (FERRANTE, 2009, p.19) (grifo da autora).

Importante ressaltar ainda que, embora várias pesquisas científicas apontem os problemas de ordem social e ambiental gerados pelo cultivo da cana-de-açúcar, especialmente no que diz respeito à saúde da população, só recentemente é que esta questão passou a ser incorporada à discussão²⁴. A oposição ao plantio da cana nas terras do Assentamento Bela Vista tem se restringido a algumas poucas experiências com a produção orgânica de hortaliças que são comercializadas em dois projetos alternativos – Feira do produtor e Direto do campo –, ambos organizados pela Prefeitura Municipal de Araraquara como um meio para ampliar a renda das famílias. Não obstante os esforços do executivo araraquarense, esses dois projetos enfrentam dificuldades e isso tem desestimulado, tanto os assentados quanto os seus parceiros, entre eles a Fundação Mokiti Okada e a Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa da região de Araraquara (BARONE e FERRANTE, 2008).

²³ Portaria ITESP No. 75/2002, alterada pela Portaria No. 77/2004 (FERRANTE, 2009).

²⁴ Os problemas de saúde causados pelo cultivo da cana-de-açúcar estão relacionados, principalmente a prática da queima da palha dessa planta. Como se sabe, tal prática gera uma quantidade significativa de poluentes atmosféricos que acabam prejudicando a saúde respiratória, tanto da população que vive e trabalha na zona rural quanto daquela que habita as áreas urbanizadas. A comprovação da relação entre o aumento dos problemas de saúde da população e a queima dos canaviais forçou as autoridades a criar novas regulamentações para o setor canavieiro em São Paulo. A proposta firmada entre os empresários e as autoridades é de que, gradativamente, se vá eliminando a prática das queimadas nos canaviais paulista.

Conclui-se, portanto que, tanto no caso do PA Monte Alegre quanto do PA Bela Vista do Chibarro, a parceria dos assentados com os usineiros da região decorre, principalmente, da falta de alternativas para solucionar o problema do endividamento. Esta questão recoloca a necessidade de se criar estratégias de produção e comercialização que atendam as especificidades da pequena produção familiar desenvolvida nos núcleos de assentamento rural desta região do Estado, uma região que é, sabidamente, umas das mais desenvolvidas do país e que, portanto, não justifica um subaproveitamento, seja do potencial produtivo da terra, seja da força de trabalho existente nestes assentamentos.

2.2 – O avanço da monocultura da cana-de-açúcar na região do Pontal do Paranapanema e seus possíveis reflexos sobre os assentamentos rurais

Nos estudos sobre a problemática fundiária no Estado de São Paulo, a região do Pontal do Paranapanema ficou caracterizada pela prática, desmesurada, da grilagem de terras públicas. De acordo com Fernandes et al (2006), este processo remonta a meados do século XIX, época em que a região ainda abrigava alguns grupos indígenas, sobretudo, da etnia guarani. A grilagem de terras trouxe consequências que, ainda hoje, refletem na dinâmica do desenvolvimento econômico e social desta região. Na primeira metade do século XX, o uso do “grilo” como recurso para a apropriação imobiliária foi tão intenso que nem mesmo a iniciativa do governo estadual em criar, na década de 1940, três reservas florestais²⁵ foi capaz de frear os impactos causados pela exploração ilegal e insustentável das terras na região do Pontal.

[foi em meio a um intenso] processo de grilagem com exploração predatória dos recursos naturais da região (substituição de florestas pelas monoculturas do café e do algodão) [...] que nasceram os municípios que compõem atualmente a região do Pontal do Paranapanema (FERNANDES et al, 2006, p. 66).

Aliado à prática da grilagem, os conflitos fundiários no Pontal do Paranapanema estão relacionados também com a construção de usinas hidrelétricas realizadas pelo governo paulista em meados dos anos de 1970. Com o fim das obras dessas hidrelétricas, a mão de obra ociosa aumentou significativamente na região e isto ampliou as pressões, os conflitos e, conseqüentemente, as reivindicações em favor do acesso à terra (BARONE e FERRANTE, 2008; SÃO PAULO, 2001). Nesta mesma época, as atividades relacionadas à pecuária de

²⁵ No governo de Fernando Costa foram criadas as seguintes reservas florestais: Morro do Diabo, Lagoa São Paulo e Grande Reserva do Pontal. Juntas, essas três áreas somam mais de 290 mil hectares de terra.

corte também se intensificaram e isto ampliou, sobremaneira, os impactos socioambientais na zona rural de vários municípios da região do Pontal.

A vegetação natural da região foi praticamente exterminada no decorrer das últimas décadas. Atualmente, mesmo os fragmentos mais preservados, já sofreram alguma forma de interferência por corte raso, fogo ou por retirada seletiva de madeiras de lei (SÃO PAULO, 2001, p. 8).

No início dos anos de 1980, os agricultores do Pontal do Paranapanema também foram estimulados a produzir cana-de-açúcar que, naquela época, tinha por objetivo fortalecer o PROÁLCOOL. Atualmente, a região vem sendo considerada um território privilegiado para a expansão do cultivo da cana, desta vez, tendo como pano de fundo um cenário de fortes incentivos à produção dos chamados agrocombustíveis. Tal perspectiva pode contribuir para o acirramento dos conflitos existentes em torno das questões agrícola e agrária nesta região do Estado.

Com as atenções voltadas para o Pontal do Paranapanema, podemos constatar que a expansão da agroindústria canavieira não traz alento para os trabalhadores e para a comunidade regional, visto estar se consolidando sem que seja assegurada nenhuma garantia à já ameaçada produção de alimentos, como financiamentos e políticas públicas para ampliar os horizontes da Reforma Agrária e de criação e viabilização de assentamentos rurais (THOMAZ JUNIOR, 2007, p.16).

A questão levantada por Thomaz Junior vem sendo confirmada através de pesquisas recentes realizadas nos assentamentos do município de Teodoro Sampaio. Fernandes et al (2006), constataram que, com relação à produção para autoconsumo, apenas 1% dos assentados entrevistados conseguiam produzir, no lote, mais da metade do que consumiam diariamente. Esta situação pode, portanto, obrigar os assentados do Pontal a também recorrer ao cultivo da cana-de-açúcar em seus respectivos lotes, pois ainda que polêmico, o cultivo desta planta apresenta-se como o meio mais eficaz para a complementação da renda das famílias assentadas²⁶.

As análises realizadas sobre os impactos advindos do plantio da cana nos assentamentos rurais em São Paulo indicam que, além das fragmentações internas e divergências entre os órgãos gestores dos assentamentos rurais, o cultivo de cana-de-açúcar destinado as indústrias produtoras de açúcar e álcool acaba por gerar uma substancial “[...]”

²⁶ O cultivo de cana-de-açúcar nos assentamentos na região do Pontal do Paranapanema teve início em 1993 com uma experiência piloto desenvolvida no Assentamento Água Sumida, este localizado no município de Teodoro Sampaio. Posteriormente, o cultivo da cana também passou a ser desenvolvido em assentamentos vizinhos ao de Água Sumida como é o caso do PA Santa Terezinha da Alcídia e do PA Alcídia da Gata (FERRANTE, 2009; RAMOS, 2009).

distorção das perspectivas de cooperação comunitária, impondo valores competitivos e danos ambientais” (BARONE et al, 2008, p.28). Outro problema apontado pelas pesquisas diz respeito às suspeitas de irregularidades contratuais praticadas pelos usineiros contra os trabalhadores assentados. Ainda que os projetos e contratos para o fornecimento de cana às usinas sejam acompanhados pelas autoridades e técnicos dos órgãos (INCRA e ITESP) gestores dos assentamentos rurais, há indícios de que estes contratos não são, integralmente, respeitados pelos empresários do setor canavieiro.

Nos contratos firmados com as agroindústrias há uma assimetria de informações. Os assentados desconhecem as fórmulas de previsão da safra, de preço da cana – as quais são de domínio de agentes contratados pelos usineiros – o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo. Os assentados não conseguem saber o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana e, muito menos, como esta produção entra no circuito nacional e internacional de expansão da cana (BARONE et al, 2008, p.25).

Como se pode apreender, a ineficácia das políticas públicas de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária em São Paulo, aliada a expansão do cultivo de cana-de-açúcar nestes assentamentos tem feito emergir problemas de toda ordem – sociais, ambientais, políticos, trabalhistas, jurídicos, entre outros. De acordo com Ferrante (2009), isto ocorre porque, no contexto de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais, existem dois modelos de desenvolvimento. Um baseado na racionalidade capitalista, expressa, por exemplo, nas parcerias entre assentados e usineiros; de outro lado, tem-se um modelo que, baseado no fortalecimento das políticas públicas para a agricultura familiar, vislumbra ampliar e diversificar a produção agropecuária nos assentamentos de reforma agrária o que, em tese, poderia garantir a segurança alimentar dos trabalhadores assentados, além de permitir usos mais sustentáveis dos recursos naturais.

Tomando-se este segundo modelo de desenvolvimento como um eixo norteador da reflexão proposta para este capítulo, veremos, na sequência, alguns aspectos de dois documentos, um elaborado pelo governo do Estado de São Paulo e o outro pelo governo federal. O primeiro deles é denominado programa Pontal Verde e vem sendo desenvolvido pelo ITESP na região do Pontal do Paranapanema desde meados dos anos de 1990; o segundo chama-se Plano de Ação Ambiental do INCRA. A guisa de conclusão deste capítulo apresentaremos alguns aspectos da proposta agroambiental que vem sendo construída pelo

MST, como um recurso para o enfrentamento daquilo que as lideranças do Movimento definem como modelo do agronegócio²⁷.

2.3 - Pontal Verde: programa de recuperação ambiental dos assentamentos do Pontal do Paranapanema

A reforma e a ocupação do espaço territorial rural no Pontal do Paranapanema com projetos de assentamentos, baseados na agricultura familiar, sob a administração do poder público, oferecem a oportunidade de se traçar um *projeto de recuperação ambiental* para a região, com participação democrática na gestão desse espaço e dentro de uma nova aliança entre o homem e a natureza (SÃO PAULO, 2001, p.22) (grifo meu).

O programa de recuperação ambiental de assentamentos rurais do ITESP é parte integrante do Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema. Este plano foi elaborado em setembro de 1995 a partir de uma parceria entre o governo de São Paulo e o INCRA²⁸. Além da retomada judicial das terras devolutas existentes na região, o Plano de Ação do governo paulista tinha por objetivo reintroduzir, no Pontal do Paranapanema, formas mais eficientes e sustentáveis de produção agropecuária (SÃO PAULO, 2001).

A criação, em 1998, do programa de recuperação ambiental, denominado de agora em diante apenas como Pontal Verde, partiu da constatação da realidade existente na maior parte das terras agricultáveis da região, ou seja, um grande passivo ambiental representado, sobretudo, pela retirada da cobertura florestal original, esgotamento do solo (voçorocas), comprometimento dos recursos hídricos, entre outros. Ainda que os impactos ambientais decorrentes da pretérita exploração agropecuária desenvolvida na região transbordem as áreas reformadas, as ações de intervenção do programa Pontal Verde limitam-se as áreas dos atuais e futuros assentamentos implantados nesta região. Com relação à recuperação das áreas degradadas nos assentamentos, o programa Pontal Verde projetava a seguinte situação:

²⁷ Embora agronegócio possa ser entendido como toda e qualquer transação comercial envolvendo produtos de origem agropecuária, os movimentos sociais do campo, em especial o MST, fazem uma diferenciação quando se referem a este termo. Para o MST, agronegócio representa a fase atual da agricultura brasileira, isto é, ele representa um novo modelo de dominação do capital sobre a agricultura. Neste novo modelo, as desigualdades sociais existentes no meio rural brasileiro são aprofundadas, pois os pequenos produtores são excluídos das políticas públicas, o comércio agrícola é controlado pelos grandes grupos transnacionais, os recursos naturais são utilizados de forma insustentável, enfim, é um modelo que se contrapõe à produção agropecuária de base familiar e voltada para o mercado popular interno.

²⁸ Nesta parceria, coube ao INCRA a liberação de recursos em moeda corrente e em Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Com esses recursos, o governo paulista pode indenizar os ocupantes dos imóveis rurais pelas benfeitorias realizadas nos mesmos (SÃO PAULO, 2001).

A médio e longo prazo, acrescentando-se as áreas de implantação mais recente e considerando-se uma estimativa de arrecadação de áreas para assentamento no Pontal de mais 70.000 ha, projeta-se que a área total a ser recuperada será de aproximadamente 11 mil hectares (SÃO PAULO, 2001, p. 13).

O programa Pontal Verde também dedica uma atenção especial as áreas de Reserva Florestal Legal (RFL) existentes nos assentamentos rurais. Diferentemente das Áreas de Proteção Permanente (APPs), nas áreas de RFL, o plano permite que as famílias assentadas explorem economicamente estas áreas. No entanto, isso só será possível à medida em que as mesmas sejam recompostas por espécies nativas e/ou exóticas. O ITESP acredita que a recomposição das áreas de reserva legal é de fundamental importância pois, além da possibilidade de propiciar retorno econômico às famílias assentadas, elas podem viabilizar o aspecto participativo do programa Pontal Verde. Sobre tal questão, vejamos o que esperavam os idealizadores do programa:

Um resultado satisfatório será viável quando o agricultor na fase de implantação da RFL tiver em mãos uma *permissão para explorá-la adequadamente*, através de uma *orientação técnica* e uma *fiscalização associada com a educação ambiental*, resultando na recuperação do meio ambiente (SÃO PAULO, 2001, p. 22) (grifos meus).

O próximo quadro ilustra as perspectivas de intervenção do ITESP sobre as áreas de reserva florestal nos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema.

Quadro 03 – Situação da Reserva Florestal Legal nos assentamentos do Pontal do Paranapanema.

IMÓVEIS RURAIS	RESERVA AMBIENTAL (ha)		
	Total	A proteger	A recuperar
1 – ARRECADADOS			
Já levantados	15.690	10.582	5.108
Em levantamento	3.000	2.000	1.000
2 - Estimativa de arrecadação	14.000	9.000	5.000
TOTAL	32.690	21.582	11.108

Fonte: (SÃO PAULO, 2001).

Além da recuperação das áreas de reserva florestal legal, o programa Pontal Verde também tinha como objetivo recuperar outras duas áreas, sendo elas: as APPs e as áreas degradadas pela erosão do solo (voçorocas). De acordo com os técnicos do programa, a recuperação dessas duas áreas não deveria contar com a participação espontânea dos

assentados, desse modo, as intervenções nestas áreas teriam que ser realizadas diretamente pelo ITESP, isto é, com recursos humanos e financeiros do governo do Estado.

Esta situação levou o Instituto de Terras a definir dois modelos para a recuperação das áreas degradadas dentro dos assentamentos rurais: a Implantação Direta e a Implantação Participativa. Para a primeira, o Instituto desenvolveu três projetos: projeto de recuperação e controle das voçorocas; projeto de recomposição e enriquecimento de florestas em áreas de preservação permanente (APP) e projeto de fomento de técnicas conservacionistas nos lotes agrícolas (SÃO PAULO, 2001). Já o modelo Participativo contava, basicamente, com o projeto de recomposição das áreas de reserva legal que, como já dissemos, posteriormente, poderão ser exploradas pelas famílias assentadas.

Ao analisar os resultados deste programa entre 1998 e 2000, o grupo de gestão ambiental da Fundação ITESP constatou que a comunidade envolvida:

[...] entende a importância da floresta na conservação da água, do solo, melhoria no micro-clima, etc., entretanto, observa-se que entre a consciência sobre a importância do equilíbrio ambiental e o ato de fazer um esforço visando melhorar o meio ambiente, existe um abismo. Este abismo é reflexo do próprio modelo de exploração agrícola predominante no mundo que separa atividade agrícola do meio ambiente, criando uma dicotomia entre floresta e agricultura em que um independe do outro e um dá lucro e outro não. Para o agricultor o plantio de florestas não lhe daria lucro e o trabalho dos técnicos tem sido demonstrar as vantagens econômicas, sociais e ambientais que a recuperação das áreas de reserva pode trazer, especialmente com utilização dos Sistemas Agroflorestais (LOPEZ, s/d, p. 6).

Algumas ações do Pontal Verde também atendem as demandas de outros agentes que, historicamente, não estiveram diretamente envolvidos no processo de reforma agrária. Um exemplo disso foi a parceria firmada, em 2001, entre o ITESP e a Duke Energy SA²⁹. A parceria com esta empresa tinha como objetivo a recuperação de 1906 hectares através da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e de projetos de educação ambiental na região de Mirante do Paranapanema. Para tanto, este projeto necessitaria da quantia de R\$

²⁹ A Duke Energy é uma companhia norte-americana que tem experiência de mais de 100 anos no mercado de energia. Com sede em Houston, é uma das maiores empresas de geração, distribuição, comercialização, transmissão de eletricidade e transporte de gás no mundo. A empresa chegou ao Brasil em julho de 1999, com a aquisição da chamada Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema. Foi a primeira geradora de energia da Cesp (Companhia Energética de São Paulo) a ser transferida para a iniciativa privada, dentro do Programa Estadual de Desestatização [privatização]. Este breve histórico da Duke Energy está disponível em: <http://www.duke-energy.com.br/corporativo/de_Brasil.asp>. Acessado em: out. 2009.

1.801.699,77 dos quais, R\$ 697.612,97 deveriam vir do ITESP e o restante, ou seja, R\$ 1.104.086,80 seriam de responsabilidade da Duke.

O interesse desta empresa em fazer uma parceria para a recomposição florestal na região do Pontal do Paranapanema não decorre de uma preocupação efetiva com o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, mas sim, da necessidade de recomposição florestal das margens de rios da região, o que não só atende as determinações legais impostas aos geradores de energia elétrica como também serve para a própria manutenção dos reservatórios d'água das hidrelétricas destas empresas.

Enfim, no programa Pontal Verde, as parcerias multiplicam-se a cada projeto e os assentados, apesar de serem considerados o público alvo direto deste programa, tornam-se muito mais expectadores do que sujeitos capazes de conduzir, com autonomia, seus projetos. Entretanto, do ponto de vista do governo do Estado, programas ambientais como o Pontal Verde podem sim recuperar áreas rurais degradadas, principalmente, quando estas áreas encontram-se localizadas dentro de assentamentos de reforma agrária. Além do programa Pontal Verde desenvolvido pelo ITESP, o INCRA também tentou, em 2004, construir a chamada Agenda 21 do Pontal, contudo, conforme declara um representante do INCRA em São Paulo, tal iniciativa não obteve êxito.

[...] nós fomos à Brasília, chegamos no Ministério do Meio Ambiente e falamos: oh, nós queremos fazer uma Agenda 21 do Pontal. Dois grandes rios, um monte de margem de rio, uma região devastada pelo latifúndio e pela pecuária, tem que ser restaurada, e isso só vai acontecer se tiver política pública. Bom, fomos ao Ministério do Meio Ambiente, só que o Ministério do Meio Ambiente, ele não tem recurso para programa, ele tem uma fundação e aí você tem que se inscrever naquela fundação para poder pensar em fazer uma política. Bom, isso não é política pública, política pública é você ter dinheiro e ir lá e bancar o negócio para que ele aconteça de fato. Aí fizemos, tentamos construir a Agenda 21, aí os caras assim, morreu no diagnóstico, aquelas coisas [...] (Representante do INCRA/SP - entrevista realizada em setembro de 2009).

2.4 – Plano de Ação Ambiental do INCRA

Abordaremos agora alguns aspectos do Plano de Ação Ambiental elaborado, em 2008, pelo INCRA cujo objetivo geral é orientar as ações ambientais das suas respectivas Superintendências Regionais. No contexto deste plano estão previstas “[...] ações para licenciar e dar regularidade ambiental aos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, criados e a criar no território nacional” (BRASIL, 2008b, p.1). De acordo com a

Coordenadoria Geral de Meio Ambiente e Recursos Renováveis do INCRA, o objetivo específico do Plano de Ação Ambiental é:

Efetivar a gestão ambiental integrada dos projetos de assentamento de reforma agrária, utilizando-se o licenciamento ambiental como um instrumento de desenvolvimento, defesa e conservação do meio ambiente, respeitadas as diretrizes, as regras e os critérios estabelecidos em leis e em resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA (BRASIL, 2008b, p.3).

Para atingir este objetivo, o INCRA definiu quatro eixos estratégicos, a saber: primeiro, o Licenciamento Ambiental, cuja meta principal é a regularização da situação ambiental no que se refere ao licenciamento ambiental de áreas de futuros assentamentos, bem como, daqueles assentamentos já implantados. Uma das ações necessárias para consolidar este primeiro eixo é firmar Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) perante os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs). Um desses termos de ajustamento está sendo negociado entre a Superintendência do INCRA em São Paulo, a Secretária Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e a Associação dos Assentados ECOOVALE³⁰. Este TAC visa regularizar o licenciamento ambiental do PDS Luiz David Macedo que está localizado no município de Apiaí, região Sul do Estado de São Paulo. Importante ressaltar que o referido PDS teve, em 2008, o seu pedido de licença ambiental prévia (LP) negado pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo (BRASIL, 2008b, p.42).

O segundo eixo é denominado Recuperação Ambiental de Assentamentos. A principal proposta deste eixo é desenvolver ações de recuperação ambiental em áreas protegidas dos assentamentos de reforma agrária, especialmente aquelas voltadas ao atendimento das condicionantes do licenciamento ambiental. O terceiro eixo, refere-se ao Monitoramento Ambiental. Este eixo foi definido como estratégia para acompanhar, analisar e monitorar a apropriação dos recursos naturais e as transformações ocorridas no uso da terra visando à gestão ambiental nos assentamentos de reforma agrária.

O quarto e último eixo chama-se: Promoção da Gestão Ambiental dos Assentamentos. Com a definição deste eixo, o INCRA espera promover articulações para o desenvolvimento de metodologias e introdução de sistemas produtivos voltados para o uso dos recursos

³⁰ No Estado de São Paulo, além deste TAC, o INCRA também já assinou o TAC do Assentamento Sepé Tiarajú, localizado entre os municípios de Serrana e Serra Azul, na região de Ribeirão Preto; com relação ao TAC do Assentamento Mário Lago, esclarecemos que este será objeto de análise no terceiro capítulo deste trabalho.

naturais disponíveis, capazes de maximizar a combinação de fatores, proporcionando o aumento da renda e a conservação do patrimônio natural. Um dos objetivos estratégicos deste eixo é realizar a transição dos modelos de produção tradicional para o sistema agroecológico (BRASIL, 2008b, p.14).

Um exemplo efetivo deste eixo de ação pode ser percebido na parceria estabelecida entre o INCRA e a Embrapa Meio Ambiente para o desenvolvimento do Projeto Assentamentos Sustentáveis. Este projeto vem sendo desenvolvido em três regiões do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões de Andradina, Itapeva e Ribeirão Preto. De acordo com o coordenador deste projeto, seu objetivo “[...] é criar alternativas de produção mais sustentáveis, adequadas à realidade local e regional dos assentamentos rurais [...]” (CANUTO, 2009, p. 1).

A partir da elaboração do Plano de Ação Ambiental, o INCRA realizou várias oficinas de trabalho para que os técnicos das Superintendências Regionais pudessem conhecer melhor os múltiplos aspectos do plano. Os principais problemas com relação às questões ambientais nos assentamentos de reforma agrária e as respectivas propostas discutidas pelos técnicos da Superintendência do INCRA em São Paulo estão sintetizados no quadro abaixo.

Quadro 04 - Resultado dos trabalhos de grupo realizados pelo INCRA São Paulo.

Problemas	Proposta
Não priorização da Reforma Agrária pelos órgãos estaduais de meio ambiente do Estado (OEMA).	Estrutura específica nos órgãos ambientais para a Reforma Agrária.
Dificuldades de recursos humanos e financeiros no INCRA e nos OEMA.	Aumento da dotação orçamentária.
Comunicação ineficiente entre o INCRA, OEMA e outros órgãos ambientais.	Criação de um grupo de trabalho interinstitucional.
Entraves existentes na própria Resolução CONAMA 387/06; certidão da prefeitura; LP; LIO e prazos não realistas.	Elaborar proposta de revisão da Resolução CONAMA 387/06.
Dificuldades na regularização dos assentamentos já implantados.	Elaboração de um TAC.

Fonte: BRASIL (2008b).

Além do Plano de Ação Ambiental, o INCRA publicou, em 2006, um manual sobre procedimentos necessários para o acesso aos recursos financeiros disponíveis para o

desenvolvimento de projetos de recuperação e conservação de recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária. Neste manual, uma das orientações do INCRA é a de que, sempre que as Superintendências Regionais elaborarem projetos ambientais para a recuperação e conservação dos recursos naturais dos assentamentos rurais, estas o façam buscando o apoio dos OEMAs, bem como, do Ministério Público Estadual. Segundo o INCRA, esta estratégia visa facilitar a obtenção e/ou a manutenção do licenciamento ambiental dos assentamentos que estão sob sua responsabilidade (BRASIL, 2006b). Atendendo a esta orientação, a Superintendência do órgão no Estado de São Paulo tem realizado algumas iniciativas. Por exemplo.

A Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em São Paulo promoveu um curso de capacitação para vinte técnicos da equipe de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), que atua nos assentamentos das diversas regiões do Estado. O treinamento foi realizado no dia 19/02 [2008], no auditório do Ministério Público em Ribeirão Preto e no dia 20/02 [2008] no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú. O objetivo deste curso foi capacitar a equipe técnica na *aplicação da legislação ambiental*, o que contribui para o desenvolvimento sustentável do assentamento. *A capacitação insere-se na concepção de que o desenvolvimento não passa apenas pelas questões econômicas e de aumento de renda, mas também envolve a recuperação da biodiversidade* (BRASIL, 2008b) (grifos meu).

2.5 – O MST e a construção de um modelo agrícola socioambiental

O MST define o processo de desenvolvimento da agropecuária brasileira a partir de três grandes modelos: modelo agroexportador, modelo de industrialização dependente e modelo do agronegócio. Nestes três modelos, identificam-se, segundo a análise dos seus dirigentes, quatro pilares de sustentação, sendo eles: o latifúndio, o trabalho escravo, a devastação ambiental e a produção de monocultivos voltados ao abastecimento do mercado externo. Destes, só o segundo pilar foi suplantado, mesmo assim, são crescentes as denúncias de condições degradantes de trabalho no meio rural brasileiro (CPT, 2010; CARTER, 2010).

Na concepção do MST, a partir da década de 1990, a fusão de capitais agrícolas nacionais com capitais financeiros internacionais inaugurou uma nova fase de desenvolvimento da agropecuária no Brasil. Neste processo, além da manutenção dos grandes latifúndios, o comércio exterior de *commodities* agrícolas também foi ampliado. Outros fatores determinantes para a consolidação do agronegócio brasileiro foram a ampliação das

pesquisas e a liberação do uso dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), também conhecidos como transgênicos.

A partir da comercialização de sementes transgênicas de soja, milho e algodão, da manipulação de genes animais e da ampliação da participação de capitais internacionais no setor agrícola brasileiro, o MST viu-se, portanto, obrigado a modificar o conteúdo de suas críticas e reivindicações. Neste sentido, os aspectos políticos da luta pela reforma agrária e desenvolvimento dos assentamentos rurais adquiriram novos significados. Conforme documento da CONCRAB:

Hoje, com o advento dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), algumas empresas têm acentuado o poder de oligopolização das sementes. As principais representantes desta fase globalizada do domínio privado das sementes é representado pelas transnacionais Monsanto, Novartis e Aventis (CONCRAB, 2001, p.23).

Para o MST, as grandes empresas – nacionais e transnacionais – que compõem as diferentes cadeias produtivas do agronegócio brasileiro são as principais responsáveis pelas degradações ambientais verificadas hoje nas diferentes regiões agrícolas do país. Diante disto, o Movimento entende que a questão da sustentabilidade ambiental ou do desenvolvimento sustentável, no âmbito dos diferentes territórios rurais brasileiros, só pode ser, de fato apreendida, a partir da crítica ao atual modelo de desenvolvimento da agropecuária brasileira, isto é, de uma crítica sociopolítica ao modelo do agronegócio. Segundo os dirigentes do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, isto se faz necessário, pois “[...] no atual estágio de desenvolvimento capitalista no campo, não há condições objetivas que permitam a constituição e consolidação de uma reforma agrária sustentável” (CORTEZ et al, 2009, p.60).

Nos últimos anos, o MST tem procurado ampliar os debates sobre os problemas socioambientais gerados pelo agronegócio, tanto na região do bioma amazônico quanto na região Sudeste do Brasil, em especial, nas áreas de expansão das agroindústrias de açúcar e álcool, de papel e celulose e também da indústria citrícola. Com isto, as ações do Movimento contra o setor do agronegócio têm gerado grande repercussão na mídia nacional e internacional. De acordo com Costa Neto e Canavesi (2002), desde meados da década de 1980, este Movimento social vem dirigindo seu discurso político no sentido de incorporar preocupações com a sustentabilidade nos assentamentos que estão sob sua bandeira. No entanto, foi a partir de meados dos anos de 1990 que o MST ampliou sua vertente socioambiental.

De 1995 em diante, o discurso político programático do MST passou a intensificar o conteúdo em favor da sustentabilidade, com a realização de encontros com representantes de organizações não governamentais (ONGs), ligadas à questão da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável (COSTA NETO e CANAVESI, 2002, p. 6).

Frente aos novos condicionantes impostos pela supremacia do agronegócio empresarial sobre a agricultura familiar, o MST vem articulando várias estratégias para a construção de uma nova matriz produtiva que possa garantir, não apenas a autonomia dos pequenos produtores em relação às grandes empresas que produzem e comercializam agroquímicos, mas também promova a desconcentração da terra, garanta a soberania e segurança alimentar da população e assegure a sustentabilidade ambiental. É com base nestes objetivos que:

O MST assume a defesa da agroecologia por entender que ela responde aos princípios e objetivos que norteiam o movimento na luta pela reforma agrária, a partir da *visão política do movimento social*. O MST entende que os conhecimentos científicos da agroecologia apontam para a transformação profunda da sociedade, tornando-a justa e igualitária, e promovendo a reconciliação do homem com a natureza (CORTEZ et al, 2009, p.59) (grifo meu).

Apoiado em diferentes autores, entre eles, Altieri (1995), Guzmán (1997), Caporal e Costabeber (2004), Carvalho (2005)³¹, o MST e a Via Campesina buscam construir um projeto popular para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira. De acordo com documentos publicados pelo MST, este projeto está ancorado em seis pilares, a saber: 1) mudança da estrutura agrária; 2) mudança na organização dos camponeses; 3) mudança de modelo tecnológico; 4) fortalecimento de políticas públicas para a agricultura camponesa; 5) soberania alimentar; 6) mudança na matriz energética. Com relação ao novo modelo tecnológico, o movimento entende que é necessário estabelecer, principalmente, nos assentamentos rurais, algumas linhas de ação, entre elas: a conservação e recuperação do solo; produção de sementes e mudas melhoradas pelos próprios agricultores e pela pesquisa

³¹ Entre outros autores, estes exercem uma influência significativa nas propostas e experiências práticas desenvolvidas pelo MST nas diferentes regiões do Brasil. Carvalho (2005), por exemplo, contribui com suas formulações a respeito das chamadas Comunidades de Resistência e Superação (CRSs) que, segundo o próprio autor, seriam uma possibilidade de organização social das comunidades rurais (pequenos agricultores Sem-Terra, extrativistas, indígenas, etc) para o enfrentamento e superação da exclusão social, política e econômica imposta, principalmente, pelo neoliberalismo. Já Altieri (1995); Guzmán (1997) e Caporal e Costabeber (2004) são referências importantes, pois contribuem para o debate conceitual sobre a agroecologia. Em síntese, estes três autores advertem que o termo agroecologia não deve ser entendido como uma nova prática agrícola, mas sim, “Como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento sustentável” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p.6).

pública; controle natural de pragas e doenças; diversificação de culturas; sistema consorciado de plantio de grãos, criação de animais e reflorestamento de áreas degradadas.

O esforço do MST para a construção de um novo padrão produtivo para a agricultura não se fundamenta apenas nos princípios da agroecologia, mas, busca aliar a esta, a questão do cooperativismo. Nesta perspectiva, a cooperação é vista enquanto prática eficaz para a adequação de tecnologias que causem menor impacto ao ambiente agrícola, além de possibilitar também o resgate dos valores e tradições camponesas (FINKLER, 2006). Desde modo, no ideário do MST, a agroecologia e a cooperação não estão separadas, pelo contrário, ambas ocupam um mesmo patamar. Para o movimento, portanto, “Agroecologia e cooperação referem-se ao modo de organizar e administrar a produção da vida, que no mundo rural não são instâncias separadas” (SCOPINHO, 2007, p.8).

Não obstante esta nova perspectiva de desenvolvimento, o concreto é que, esta nova matriz produtiva encontra-se ainda pouco desenvolvida, ou seja, a construção deste novo modelo produtivo resume-se a experiências localizadas em algumas regiões do país. Em alguns estados existem experimentações mais consolidadas como é o caso da produção de sementes agroecológicas desenvolvida pela BIONATUR no Rio Grande do Sul³². Atualmente, esta empresa vem organizando, em alguns estados da região Centro-Sul, redes de produção e comercialização de sementes agroecológicas. Entretanto, em outras regiões, as experiências apenas indicam a possibilidade de se construir alternativas produtivas que se contraponham ao modelo do agronegócio empresarial. Como indica um dirigente do Setor de Produção do MST, no Estado de São Paulo, as experiências com agroecologia são recentes.

[...] eu acho que o Estado de São Paulo é um dos últimos Estados a começar a fazer essa discussão, porque aqui tem toda a influência da agricultura capitalista ela é muito mais forte, está muito mais presente aqui [principalmente na região de Ribeirão Preto] principalmente. Então, o Estado de São Paulo não é o Estado mais avançado nesse debate sobre a agroecologia [não é a vanguarda agroecológica do MST?] não é, não é, não é, e não temos nenhum problema em dizer isso³³ (dirigente do Setor de Produção do MST – entrevista realizada em abril de 2009).

No Estado de São Paulo, o Movimento vem desenvolvendo experiências em alguns assentamentos. Na região de Ribeirão Preto, por exemplo, existe o Assentamento Sepé

³² A BIONATUR nasceu em janeiro de 1997 após o rompimento de uma parceira entre assentados e empresas privadas de produção de sementes de hortaliças. A partir desse episódio, a COOPERAL (Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados) passou a investir na implantação da produção agroecológica de sementes de hortaliças, com autonomia, dentro dos conceitos e princípios do MST e de forma a constituir-se em uma ferramenta de resistência e superação ao modelo agroquímico de produção.

³³ As frases entre colchetes referem-se as falas do entrevistador.

Tiarajú³⁴, onde algumas famílias participam de projetos de implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Além dos projetos com agrofloresta, os trabalhadores assentados também participaram, em 2006, de um dos projetos CIMAS (Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade), um dos objetivos deste projeto era formar um banco diversificado de sementes para produção de cereais, hortaliças e leguminosas. Neste assentamento, a cooperação e a agroecologia são instrumentos que orientam – com muitas dificuldades – o cotidiano das famílias.

Por falta de condições objetivas relacionadas à burocracia e à morosidade que entravam o processo de assentamento real, as famílias do Sepé Tiarajú ainda enfrentam dificuldades para concretizar, de fato, os princípios da cooperação e da agroecologia (SCOPINHO, 2007, p.28).

Além do desafio de desenvolver uma produção baseada nos princípios da agroecologia, os trabalhadores do Assentamento Sepé Tiarajú também assumiram, perante a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, o compromisso de recuperar as áreas que foram degradadas pelo cultivo da cana-de-açúcar, bem como, as APPs existentes dentro do assentamento. O TAC do Sepé Tiarajú foi assinado em fevereiro de 2007 pela Superintendência do INCRA em São Paulo e por todos os assentados. A Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto cabe a fiscalização e adoção de medidas judiciais em caso de descumprimento de um ou mais pontos acordados neste TAC³⁵.

2.6 – Conclusões

Os estudos sobre os assentamentos rurais no Estado de São Paulo revelam que as discussões sobre a problemática ambiental nestes assentamentos são relativamente recentes. Considerando-se o conjunto dos projetos de assentamentos implantados no Estado, entre os

³⁴ O Assentamento Sepé Tiarajú é resultado de uma ocupação de terra organizada pelo MST em 17 de Abril de 2000 na Fazenda Santa Clara, situada entre os municípios de Serrana e Serra Azul. Atualmente, vivem no Assentamento Sepé Tiarajú oitenta famílias. Quando o INCRA iniciou o processo de assentamento das famílias instalou-se uma divergência entre os técnicos a respeito da viabilidade do projeto, porque a área localiza-se numa região onde o valor imobiliário é elevado, o mercado agropecuário é competitivo e os demandantes não tinham perfil de pequenos produtores rurais. Um acordo foi possível em torno da opção pelo PDS como modalidade de assentamento (SCOPINHO, 2007).

³⁵ Inicialmente, a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto tentou utilizar o TAC do Assentamento Sepé Tiarajú como um modelo para o estabelecimento do TAC da Fazenda da Barra, todavia, isso não foi possível em decorrência dos acontecimentos vividos neste território. Esta questão será detalhada quando tratarmos do estudo de caso do Assentamento Mário Lago.

anos de 1980 e 1990, podemos afirmar que não houve, na condução desses projetos, uma forte preocupação com as questões ambientais. De acordo com Carmo (2003, p.307), esta realidade está relacionada ao “[...] padrão tecnológico dominante e a precariedade de recursos no processo produtivo”.

Constata-se que, até a década de 1990, as preocupações dos movimentos sociais, dos assentados, dos técnicos e dos agentes das instituições de mediação estavam mais voltadas para os conflitos, tensões e descontentamentos emergidos a partir da criação de cooperativas e associações, muitas das quais criadas como meio para viabilizar estratégias alternativas de produção e comercialização. A partir da segunda metade dos anos de 1990, as discussões sobre as questões ambientais foram ganhando corpo no âmbito dos assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo. Contudo, considerando os diferentes discursos e procedimentos, podemos inferir que a posição dos órgãos públicos (INCRA e ITESP) em São Paulo tem privilegiado, até o presente momento, apenas dois aspectos. O ITESP tem focado mais a questão da recuperação ambiental dos assentamentos que estão sob sua responsabilidade; já o INCRA, procura agilizar os processos administrativos para obter o licenciamento ambiental dos assentamentos federais.

Neste sentido, os programas e projetos ambientais implantados nos assentamentos rurais pelo poder público, seja por meio do governo federal ou estadual, ainda se mostram muito direcionados a atender as leis e regulamentações ambientais. Desta forma, a questão do desenvolvimento social e econômico das famílias assentadas tende a ficar em segundo plano. Por outro lado, apesar de ser o MST, o movimento social do campo que mais tem explicitado o desejo de construir uma nova matriz produtiva, baseada, sobretudo, nos princípios da cooperação e da agroecologia, este movimento social ainda não obteve condições objetivas para a concretização desta tarefa. Deste modo, até o presente momento, a inserção das questões ambientais na organização dos assentamentos rurais em São Paulo não tem possibilitado uma ampliação da autonomia dos trabalhadores assentados, efetivamente, o que se tem é uma adequação dos projetos de desenvolvimento dos assentamentos aos instrumentos de regulação ambiental.

As análises de Rosim (1997); Antuniassi (2003); Chonchol (2003), entre outros nos revelam que no fundo, a questão da autonomia dos trabalhadores assentados, bem como, dos movimentos sociais do campo não é nova, ou seja, no processo de organização e desenvolvimento dos assentamentos rurais sempre houve disputas pela condução dos projetos, luta por autonomia etc. Argumentamos, contudo, que à medida que os assentamentos rurais passam a incorporar novos parâmetros organizativos, como a sustentabilidade ambiental, por

exemplo, as disputas pela autonomia e/ou condução dos projetos de desenvolvimento desses assentamentos tende a se complexificar. A questão ambiental, portanto, amplia e fragmenta ainda mais o campo de forças políticas emergidas no interior dos assentamentos rurais.

Desta forma, a sustentabilidade ambiental nos assentamentos de reforma agrária no espaço rural paulista configura-se, na atualidade, como um elemento de convergência contraditória entre as diferentes perspectivas de desenvolvimento expressa pelos agentes envolvidos na organização destes assentamentos. As divergências políticas dos agentes de mediação, a obrigatoriedade de adequação à legislação ambiental, a falta de celeridade na implantação da infraestrutura dos assentamentos rurais e, principalmente, as necessidades imediatas dos trabalhadores e trabalhadoras assentados são os elementos que tornam explícitas tais contradições. Por certo estes elementos variam de um caso para outro e, esta particularidade, exige um olhar diferenciado sobre cada situação concreta. Cientes disto apresentaremos, no próximo capítulo, os resultados da pesquisa desenvolvida no Assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto, região Nordeste do Estado de São Paulo.

Capítulo 3 – PDS Mário Lago: da centralidade ao centralismo da questão ambiental

Antes de apresentar o histórico da Fazenda da Barra, gostaria de expor, de forma breve, os caminhos que percorri no intuito de compreender o processo de organização do Assentamento Mário Lago, assentamento este que está localizado em um município símbolo da moderna agricultura brasileira. Meus primeiros contatos com o MST em Ribeirão Preto começaram em janeiro de 2008. Inicialmente, fiz uma visita ao Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara³⁶, neste espaço existe uma biblioteca organizada pelo MST onde há um acervo com materiais (cartilhas, revistas, jornais, etc.) produzidos pelo Movimento; além destes materiais, lá encontrei também uma pequena coleção de obras referentes à questão agrária brasileira.

Consultar o acervo desta biblioteca era um dos objetivos da visita, o outro era fazer contato com os dirigentes do MST da regional de Ribeirão Preto. No Centro de Formação, conversei com uma das coordenadoras do Movimento e expliquei a ela os objetivos do meu projeto de pesquisa. Ela considerou importante o tema e sugeriu que eu procurasse os coordenadores do Assentamento Mário Lago para que eles também tomassem conhecimento da pesquisa. Ainda em janeiro de 2008, participei, no Centro de Formação, da abertura do curso de técnico em agroecologia que vem sendo desenvolvido pelo MST em parceria com o Colégio Técnico de Campinas (COTUCA), filiado a UNICAMP.

Em março de 2008, consegui um espaço para participar da reunião da Coordenação Geral do Assentamento Mário Lago. Na ocasião, expliquei aos coordenadores os objetivos da pesquisa que eu pretendia desenvolver. Após alguns questionamentos, todos concordaram com a minha presença dentro do assentamento. Ainda neste encontro, levantei informações sobre a agenda de reuniões dos demais setores existentes no Assentamento Mário Lago (setor de saúde, educação, finanças, esporte e lazer, segurança, produção, cultura, entre outros).

Como um dos objetivos do Setor de Produção do MST é discutir os aspectos ambientais dos assentamentos, decidi acompanhar as reuniões semanais realizadas por este setor. Logo na primeira reunião (abril de 2008), percebi que havia uma tensão instalada no assentamento sendo esta derivada da indefinição na demarcação dos lotes. Na opinião da

³⁶ O Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara foi criado em 2002 por meio de uma parceria entre o MST e a Diocese da Igreja Católica de Ribeirão Preto. Este Centro está localizado no sítio Pau D'Alho e é o principal espaço de formação do Movimento na região, pois possui área para cultivo de hortaliças, espaço para criação de pequenos animais, para realização de palestras, salas de aula, área de lazer, refeitório, dormitório, capela, entre outras benfeitorias.

maioria dos membros do Setor de Produção, a demora na demarcação dos lotes individuais havia chegado ao limite; alguns assentados, inclusive sentiam-se incomodados com a situação de abandono de alguns lotes. Para eles, esta situação só seria resolvida com a demarcação oficial dos lotes.

Inicialmente, eu acreditava que as reuniões do Setor de Produção seriam um espaço privilegiado para acompanhar os debates sobre as questões ambientais do assentamento. No entanto, os membros deste setor ocupavam-se em discutir problemas emergenciais, tais como: a falta de água, as condições das estradas, da ponte, a demora no pagamento dos produtos fornecidos a CONAB, entre outros. Se, por um lado, havia certa decepção por não presenciar discussões sobre as questões ambientais, por outro, eu era recompensado pela riqueza de informações passadas pelos assentados naquelas reuniões. Acompanhando as discussões realizadas no Setor de Produção pude descobrir coisas importantes, entre elas, as experiências desenvolvidas por alguns assentados para solucionar, paliativamente, o problema de acesso a água. Uma destas experiências foi a instalação de uma roda d'água no Núcleo Che Guevara, que, no entanto, não apresentou um bom resultado, pois o desnível do terreno não ficou adequado para instalação correta da roda.



Figura 02 - Primeira experiência com roda d' água instalada no núcleo Che Guevara.

À medida que seguia indefinida a demarcação dos lotes, os membros do Setor de Produção decidiram reunir-se quinzenalmente. Nesta época eu estava empenhado em levantar o número de famílias alocada em cada um dos núcleos do Assentamento Mário Lago. Com o auxílio dos coordenadores, consegui levantar os seguintes números.

Quadro 05 – Número de famílias por Núcleo de Base do Assentamento Mário Lago, em agosto de 2008.

Ordem	Núcleo de Base	Nº de famílias
01	Antonio Conselheiro	11
02	Celso Furtado	21
03	Che Guevara	14
04	Zumbi dos Palmares	15
05	Frei Tito	10
06	Camilo Torres	08
07	Patativa do Assaré	10
08	Padre Jansen	10
09	Salete Strozaki	14
10	Paulo Freire	08
11	Caio Prado	11
12	Margarida Alves	12
13	Oziel Alves	10
14	Rosa Luxemburgo	10
15	Dom Helder	09
16	Dandara	22
17	Roseli Nunes	20
18	Josué de Castro	22
19	Terra Sem Males	16
20	Manoel Gomes	07
Total³⁷		260

Elaborado pelo autor a partir de anotações no caderno de campo (agosto de 2008).

Em agosto de 2008, o INCRA retomou o processo de organização do Assentamento Mário Lago. A partir deste momento, passei a acompanhar as reuniões e assembléias organizadas, tanto pelo INCRA quanto pela coordenação do assentamento. Como a retomada deste processo se deu sob uma forte polarização entre o INCRA e os dirigentes do MST, ambos foram obrigados a recorrer a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto³⁸. Esta promotoria ocupa um papel central no processo de organização do Assentamento Mário Lago, e ele só pode ser compreendido retomando-se o histórico do

³⁷ Quando o INCRA finalizou o cadastramento, havia no Assentamento Mário Lago um total de 264 famílias.

³⁸ A polarização entre o INCRA e a regional do MST em Ribeirão Preto deve ser entendida numa perspectiva mais ampla, ou seja, ela não emana apenas do processo organizativo do Assentamento Mário Lago, mas sim, da disputa política pelo controle do processo de reforma agrária no território paulista.

processo de desapropriação da Fazenda da Barra. Tarefa que passamos a desenvolver no item seguinte deste capítulo.

3.1 – A insustentabilidade ambiental da Fazenda da Barra

Para melhor compreendermos o processo de organização do Assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto, julgamos necessário fazer uma descrição sucinta do histórico da Fazenda da Barra³⁹, especialmente, sobre os aspectos relacionados às ações judiciais movidas pela Promotoria do Meio Ambiente da Comarca de Ribeirão Preto contra os proprietários desta fazenda. Estas ações estão relacionadas, primeiramente, às operações de fiscalização ambiental realizadas pela Polícia Florestal e pelo DEPRN do Estado de São Paulo. Num segundo momento, estas operações, também denominadas de diligências, passaram a ser executadas pelo próprio promotor do meio ambiente de Ribeirão Preto. Foram, portanto, estas diligências que deram início ao processo de desapropriação – para fins de reforma agrária – da Fazenda da Barra.

De acordo com informações levantadas junto aos processos existentes, tanto no Poder Judiciário quanto no Ministério Público em Ribeirão Preto, podemos afirmar que as degradações aos recursos naturais na Fazenda da Barra datam da década de 1980. Nestes processos consta que, em julho de 1984, a Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira – proprietária da fazenda naquela ocasião – teria averbado, junto ao Segundo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão Preto, uma área de 358,16 hectares de terra que corresponderiam aos 20% exigidos pelo Código Florestal como área de Reserva Florestal Obrigatória⁴⁰ da propriedade.

Após esta averbação, ainda em 1984, a Fundação Sinhá Junqueira requereu, e o DEPRN autorizou, o desmatamento de uma área de 126,60 hectares. No entanto, a proprietária do imóvel desmatou uma área equivalente a 235,99 hectares de reserva legal já averbada. Diante disto, a Fundação Sinhá Junqueira foi autuada pela Polícia Florestal por

³⁹Nos processos judiciais consultados, encontramos uma cópia do testamento deixado pela senhora Theolina Junqueira, também conhecida como Sinhá Junqueira, viúva do senhor Francisco Maximiano Junqueira. Este documento revela que o casal Junqueira possuía um grande patrimônio, tanto pecuniário quanto imobiliário. Só propriedades agrícolas somavam 14 unidades, num total de mais de 15.000 alqueires de terra. Como única herdeira de Francisco Junqueira, Sinhá Junqueira dividiu uma parte de seu patrimônio entre seus familiares e funcionários, outra parte transferiu para a Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira. Entre os vários bens deixados à Fundação, consta a Fazenda da Barra.

⁴⁰ Na década de 1980, as áreas de mata que deveriam ser preservadas nas propriedades rurais eram denominadas de Reserva Florestal Obrigatória (RFO). Neste trabalho utilizaremos a denominação atual, ou seja, simplesmente, Reserva Legal (RL).

danos ambientais. Além do pagamento de multa, a Fundação também assumiu o compromisso de fazer uma nova averbação, substituindo a área por outra e a não cultivar na área desmatada para que a vegetação pudesse se recompor naturalmente. Segundo consta nos processos, tal compromisso não foi cumprido pela referida Fundação.

Em setembro de 1992, a polícia florestal de Ribeirão Preto constatou mais uma infração ambiental na Fazenda da Barra, daquela feita, uma queimada de cana-de-açúcar numa área localizada sob uma das redes de alta tensão que cortam a fazenda. Um mês após esta ocorrência, o DEPRN elaborou um laudo ambiental da Fazenda da Barra e encaminhou-o ao Ministério Público da Comarca de Ribeirão Preto. Diante dos evidentes danos ambientais causados pela inadequada exploração agrícola da propriedade, em março de 1993, o promotor do meio ambiente solicitou ao juiz da Terceira Vara Cível a abertura de inquérito civil contra a Fundação Sinhá Junqueira e também contra o senhor José Mauro Biagi, uma vez que este figurava como um dos sócios da Piripau Agrícola Ltda, uma empresa que, desde 1982, mantinha contrato de parceira agrícola com a Fundação Sinhá Junqueira. Os documentos analisados demonstram que o ano de 1993 foi marcado por uma intensa disputa judicial entre os réus (José Mauro Biagi e Fundação Sinhá Junqueira) e o representante do Ministério Público Estadual.

Não obstante tal disputa, o ponto decisivo dos processos referentes aos danos ambientais na Fazenda da Barra ocorreu em 4 de maio de 2000. Neste dia, uma equipe coordenada por um novo promotor de justiça, realizou uma mega operação na Fazenda da Barra. O foco desta diligência era verificar as condições de uso do solo, a situação das áreas de RL, das APPs, dos recursos hídricos (poços, nascentes, lagos), enfim, o objetivo era elaborar um dossiê ambiental da fazenda. Este trabalho foi realizado com base num processo existente na Secretaria de Agricultura do Estado (processo SAA 58.680/84) e mais dois processos abertos pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (processos: SMA 81.333/92 e SMA 82.649/99). Além destes documentos, havia também os inquéritos civis já instaurados pelo antigo promotor de justiça contra os proprietários da Fazenda da Barra.

A vistoria realizada em 2000 resultou num extenso laudo elaborado e assinado pelos técnicos ambientais, bem como pelo promotor de justiça responsável pela diligência. A conclusão do referido laudo apontou a existência de um grande passivo ambiental na Fazenda da Barra. Diante deste fato, em 21 de junho de 2000, foram lavrados mais dois autos de infração ambiental. Naquela ocasião, os proprietários da Barra foram multados em mais de quatro mil e quinhentos reais; além desta multa, a polícia florestal também embargou as

atividades agrícolas que vinham sendo desenvolvidas, irregularmente, nas áreas de preservação ambiental da propriedade.

Numa entrevista realizada em setembro de 2009 com o titular da Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto, podemos apreender, em detalhes, alguns aspectos da preparação da diligência ambiental realizada na Fazenda da Barra, bem como, seu principal desdobramento.

Quando houve a ocupação da Fazenda Resfriado por um grupo de trabalhadores Sem-Terra liderados pela FERAESP, eu atuei como promotor de conflitos fundiários no processo de reintegração de posse. Inclusive eu estive no local no dia da reintegração e ali, o líder do movimento disse que a proprietária daquele imóvel, a Fazenda Resfriado, que é a Fundação Sinhá Junqueira era proprietária de grandes latifúndios na região e a maior parte deles improdutivos e apontou a Fazenda da Barra como uma fazenda que possivelmente se caracterizaria como um imóvel rural improdutivo, portanto, apto para a reforma agrária. Com base nessa informação, eu verifiquei que na promotoria havia vários inquéritos civis relacionados com danos ambientais ocorridos na Fazenda da Barra e já havia um processo que o Ministério Público havia ganho para promoção do reflorestamento da área da reserva legal que tinha sido desmatada pelos proprietários, arrendatários [...]. Em razão disso, havia o forte indício de que aquele imóvel, a Fazenda da Barra, descumpria a função social, não só a função econômica, uma terra improdutiva, mas também por sua função ambiental e poderia dar margem a sua desapropriação para fins de reforma agrária. Então, com base nessas primeiras informações e dados eu resolvi fazer uma diligência no local para ver, efetivamente, qual era o passivo ambiental e fiz uma diligência [...] eu fiz lá uma grande diligência com a participação do meu assistente técnico para área ambiental com a presença do IBAMA, do DEPRN, do DAEE, da CETESTB, salvo engano, fizemos lá uma vistoria geral e foi elaborado um laudo por todas essas agências ambientais e pelo Ministério Público apontando um elevado passivo ambiental. Além disso, *in locu* se verificou também que, possivelmente, aquela era uma terra subexplorada, portanto, improdutiva do ponto de vista legal. Ai eu marquei uma audiência com o superintendente do INCRA. [...] o superintendente do INCRA esteve aqui em Ribeirão Preto e na audiência eu já requisitei abertura de processo de desapropriação (Promotor de Conflitos Fundiários e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto – entrevista realizada em setembro de 2009).

Em julho de 2000, portanto, foi dado início ao processo de desapropriação da Fazenda da Barra e, como podemos constatar, tal processo nasceu da iniciativa da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Na primeira audiência com a promotoria pública, a Superintendência do INCRA em São Paulo assumiu o compromisso de vistoriar a Fazenda da Barra e encaminhar o processo para apreciação dos órgãos competentes em Brasília. Isto foi feito após a conclusão de um relatório agrônômico realizado pelos técnicos do INCRA em parceria com o ITESP. Neste relatório técnico, a Fazenda da Barra foi apontada como uma propriedade rural improdutiva, pois seu GUT (Grau de Utilização da

Terra) era de 98% e seu GEE (Grau de Eficiência na Exploração) era de 62%. Tomando-se estes fatos como uma primeira etapa de todo o processo, podemos considerar que o Ministério Público e a Superintendência do INCRA São Paulo foram as duas primeiras instituições empenhadas na desapropriação da Fazenda da Barra. Contudo, faltava ainda a presença de um terceiro agente, o MST.

3.2 – Fazenda da Barra: das primeiras ocupações à posse definitiva

A entrada do MST na luta pela desapropriação da Fazenda da Barra deve ser vista a partir de um plano mais amplo, isto é, de um processo de “*territorialização*” do Movimento na mesorregião de Ribeirão Preto. É necessário considerar também que, nesta região do Estado, a luta recente pela reforma agrária vem sendo feita a partir de alianças entre os movimentos sociais do campo e os sindicatos de trabalhadores urbanos.

No final de década de 1990, as lutas dos trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto ganhavam força. Os sindicatos ainda se constituíam como um dos principais instrumentos de organização da classe trabalhadora e, na época, alguns deles, buscavam se articular, reunir forças, com a intenção de aproximar a luta dos trabalhadores da cidade e do campo e, com isso, fortalecer a organização dos trabalhadores (FIRMIANO, 2008, p.74).

A aproximação entre sindicalistas e militantes do movimento Sem-Terra ganhou força a partir de duas ocupações de terra realizadas na mesorregião de Ribeirão Preto. A primeira delas ocorreu em Colina, município próximo a Barretos e a segunda na Fazenda Boa Sorte, localizada em Restinga, região de Franca. A transformação destes acampamentos em assentamentos rurais deu-se por meio de divergências e conflitos entre os movimentos sociais envolvidos e, este processo, fez com que as lideranças do MST percebessem que o fulcro da luta pela terra não estava em Barretos ou Franca, mas sim, na cidade de Ribeirão Preto. Deste modo, as lideranças do MST deslocaram-se da região de Franca para Ribeirão Preto, formando, em 1999, uma nova frente de massa visando novas ocupações (FIRMIANO, 2008).

A partir dos trabalhos de base realizados na periferia da cidade de Ribeirão e nas áreas periféricas de cidades circunvizinhas, tais com Jaboticabal, Cravinhos, Serrana, Rincão, Araraquara, entre outras, o MST ocupou, em 20 de dezembro de 1999, uma área no município de Matão, formando ali o acampamento Dom Helder Câmara. Conforme relata um dirigente do MST, o acampamento de Matão chegou a abrigar mais de mil famílias.

Eu entrei nesse processo de reforma agrária foi num acampamento que teve em Matão, isso foi no finalzinho de 1999. Eu morava em Jaboticabal nessa época e tinha uns amigos que moravam em Matão e o acampamento era em Matão [...] nós acabamos indo num grupo de 12 pessoas, tudo amigo meu. Aí fizemos a inscrição e fomos lá fazer barraco, estava todo mundo entusiasmado porque iria pegar um pedaço de terra ali próximo de Matão. Num primeiro momento, a gente tinha noção do valor da terra, de ganhar mesmo a terra, então isso deu o impulso para ir para o acampamento, eram 1500 famílias, muita gente, era uma coisa assim, diferente, que eu nunca tinha visto antes. Isso fez com que animasse mais a gente participar desse processo (Dirigente do MST em Ribeirão Preto - entrevista realizada em agosto de 2009).

Embora contasse com uma base forte, o acampamento Dom Helder Câmara em Matão não prosperou, pois, diante da ameaça de reintegração de posse, o MST decidiu transferir as famílias de Matão para Barretos. Ocorreu que:

[...] nesse deslocamento, cerca de seiscentas famílias voltaram para as periferias de Matão, ou dos municípios vizinhos, de onde vieram. O que, juntamente com os vários despejos ocorridos em Barretos, desmobilizou o grupo que lá se constituiu (FIRMIANO, 2008, p.80).

Estes acontecimentos exigiram do MST a criação de novas estratégias de organização. A mais interessante delas foi a instalação de um acampamento na Via Norte, uma importante avenida que liga a região central a periferia de Ribeirão Preto. O objetivo desta ocupação urbana foi, segundo depoimento de um militante do movimento, mostrar para os moradores da cidade o cotidiano das pessoas que se engajam na luta pela terra.

Esse acampamento na Via Norte era para mostrar para a sociedade um acampamento do MST dentro da cidade de Ribeirão Preto. Mostrar a realidade do assentamento, para facilitar a visita das pessoas no acampamento, porque as pessoas têm dificuldade, medo do Sem-Terra. Então, aí surgiu essa de idéia de fazer esse acampamento na Via Norte (Militante do MST na regional de Ribeirão Preto - entrevista realizada em agosto de 2009).

A presença do MST na área urbana de Ribeirão Preto, além de consolidar parcerias com o movimento sindical, também fortaleceu as alianças com lideranças políticas, religiosas e intelectuais da cidade. Com isto, o movimento obteve forças para articular uma nova ocupação de terra, sendo esta concretizada em 17 de abril do ano de 2000 na Fazenda Santa Clara, localizada entre os municípios de Serrana e Serra Azul, ambos próximos a Ribeirão Preto. A ocupação desta área resultou na criação do Assentamento Sepé Tiarajú, o primeiro

projeto de assentamento agroecológico do Estado de São Paulo. Sobre as articulações do MST na região de Ribeirão Preto, Firmiano (2008, p. 85), aponta que:

Do ponto de vista político, a chegada do MST em Ribeirão Preto significou a introdução de um debate contemporâneo sobre a reforma agrária e temas adjacentes entre estudantes, professores, ecologistas, militantes e ativistas políticos da esquerda, bem como integrantes de instituições como o Ministério Público Estadual. Assim, o processo de mobilização de famílias nas periferias de Ribeirão Preto, como nos municípios vizinhos, passava a ganhar apoio junto aos setores já organizados da sociedade. Consolidando o assentamento Sepé Tiarajú, dever-se-ia prosseguir a mobilização de grupos de famílias de trabalhadores.

Com a criação do Assentamento Sepé Tiarajú, o MST ampliou seus trabalhos de base em Ribeirão Preto e região. Esta nova fase foi marcada por trocas de experiências entre o Movimento e seus aliados políticos. Entre os aliados do MST em Ribeirão Preto, destaca-se a Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil (ACEPB), uma entidade fundada na década de 1980 por professores, estudantes secundaristas, artistas e diversos outros profissionais preocupados com as questões da cultura e do meio ambiente. Da articulação entre a Associação Pau Brasil e o MST:

[...] deu-se a troca de muitos conhecimentos acerca da questão ecológica local, o problema das queimadas, os riscos e os danos causados pela monocultura, o desmatamento, o uso abusivo dos agrotóxicos. Questões, aliás, muito anteriores à chegada do movimento nesta região (FIRMIANO, 2008, p. 89).

Foi, portanto, num clima de alianças políticas, de trocas de conhecimentos e, sobretudo, de intenso trabalho de base nas áreas periféricas da cidade que os movimentos sociais – urbanos e do campo – uniram-se para concretizar aquilo que, eles consideram, o maior golpe já sofrido pelos apologistas do agronegócio em Ribeirão Preto, isto é, a conquista da Fazenda da Barra, cujo processo passamos a descrever.

Como já mencionamos, o processo de desapropriação da Fazenda da Barra foi iniciado no ano de 2000 a partir de uma manifestação encaminhada ao INCRA pelo representante da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Mesmo a propriedade tendo sido considerada um latifúndio improdutivo, o processo de desapropriação arrastou-se por alguns anos. Neste meio tempo, o MST foi arregimentando famílias com vistas a ocupá-la. Todavia, isto não ocorreu num primeiro momento, pois, na época, vigorava

uma Medida Provisória editada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que proibia, por dois anos, a vistoria em áreas ocupadas⁴¹.

A saída encontrada pelo MST para pressionar as autoridades pela desapropriação da Fazenda da Barra foi a ocupação do chamado sítio Bragheto. Com mais de 200 famílias nascia neste sítio, em agosto de 2003, o acampamento Mário Lago. O período compreendido entre agosto de 2003 e fevereiro de 2004 foi marcado por vários deslocamentos destas famílias. O próximo quadro sintetiza os principais acontecimentos daquele período.

Quadro 06 – Principais deslocamentos das famílias organizadas pelo MST em Ribeirão Preto, entre os anos de 2003 e 2004.

Data	Fatos
02 de Agosto 2003	Aproximadamente 200 famílias ligadas ao MST ocuparam um sítio ao lado da Fazenda da Barra, que foi considerada improdutivo pelo INCRA em 2001 e ainda não havia sido desapropriada.
12 de Novembro 2003	Cerca de 500 integrantes do MST montaram um acampamento no parque Maurílio Biagi, ao lado da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.
21 de Novembro 2003	Os Sem-Terra acampados no parque Maurílio Biagi aceitaram uma área cedida pela prefeitura de Ribeirão Preto no bairro parque dos Flamboyans e deixaram o parque Maurílio Biagi. As famílias que estavam no sítio Bragheto também se mudaram para a área da prefeitura.
10 de Fevereiro 2004	150 integrantes do MST ocuparam uma área da prefeitura em frente ao portão principal da Fazenda da Barra.

Elaborado a partir de reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo, caderno Folha Ribeirão, edição de 11 de fevereiro de 2004, pág. C1.

As idas e vindas das famílias refletiu negativamente na organização interna do acampamento, pois, muitas delas acabaram desistindo da luta e retornaram as suas origens. Aquelas que permaneceram foram, aos poucos, tomando contato com o projeto do futuro assentamento, além é claro, de vivenciar novas experiências baseadas, sobretudo, no companheirismo e na solidariedade, manifestações típicas da fase de acampamento no processo de luta pela terra. Desde a formação do Acampamento Mário Lago, os dirigentes do MST já se pronunciavam favoráveis à criação de um assentamento diferenciado na Fazenda da Barra. A fala transcrita a seguir evidencia a perspectiva dos dirigentes do Movimento.

⁴¹MP n° 2.027/38, de 4 de maio de 2000, atualmente MP n° 2.183/56, de 24 de agosto de 2001.

Aqui não poderá ser um assentamento convencional [...] como a fazenda está na área de recarga do aquífero Guarani, teremos que trabalhar com produção orgânica, para não contaminar o lençol freático, sem falar do rio Pardo (Depoimento de um dirigente da regional do MST Ribeirão Preto em Tornatore, 2003).

Apesar das intenções do MST em implantar uma matriz produtiva diferenciada no futuro Assentamento Mário Lago, as famílias que compunham a base do acampamento pareciam estar, naquele momento, pouco conscientes sobre as diretrizes organizativas que seriam adotadas. Acreditamos que este fato decorria das próprias condições de vida enfrentadas por estas famílias quando ainda moravam e trabalhavam na cidade. Sobre esta questão, analisemos a situação de uma mulher que estava acampada no Mário Lago, em agosto de 2003.

Trabalhei três anos no programa Cidade Limpa, mais dois anos no De Volta ao Trabalho, fiz cursos de panificação e confeitaria, de empreendedorismo, de cidadania e de cooperativismo e não me adiantou nada. Tenho 53 anos, já sou velha, não consigo emprego [...] tentei fazer salgadinho, não deu certo, meu nome foi parar no SPC, não tenho dinheiro para montar um negócio próprio [apesar disso mostrava-se esperançosa] [...] sei pegar no cabo de uma enxada, o resto os companheiros me ensinam e eu posso exercer minha profissão na panificação, alimentando os companheiros (Depoimento de E.M.N em Tornatore, 2003).

Em fevereiro de 2004, outros acampados também se expressavam neste sentido:

Eu espalhei currículo pela cidade e não deu em nada. Quem tem mais de 40 anos é rejeitado pelo mercado de trabalho. A solução é a terra. *Queremos um pedaço de chão para plantar e tirar o sustento da família.* A minha esposa e os meus três filhos estão aqui comigo e temos esperança de ter uma vida melhor (Depoimento de J.S – serralheiro 50 anos, em Paula, 2004) (grifo meu).

Está difícil para todos os companheiros da obra civil na capital paulista. Tem serviço, mas o salário é pouco [...] A gente fica passando humilhações na cidade grande sendo que a gente poderia viver no campo com mais tranquilidade (Depoimento de C.E – pintor de paredes, em Paula, 2004).

Estes depoimentos revelam que o fator determinante para ingresso desses sujeitos na luta pela conquista da terra foi mesmo a questão econômica. O principal desafio na organização do Assentamento Mário Lago já estava, portanto colocado, qual seja, o de promover o desenvolvimento econômico dessas famílias junto com a conservação e

recomposição dos recursos naturais que haviam sido, intensamente, degradados pelos proprietários da Fazenda Barra⁴². A entrada do MST no processo de desapropriação da Barra deu substância ao processo, fortaleceu a luta que vinha sendo travada nos tribunais tendo, de um lado, os proprietários da fazenda e, de outro, o INCRA e o Ministério Público Estadual.

Tal e qual a maioria dos processos de desapropriação de áreas particulares para fins de reforma agrária, o caso da Fazenda da Barra também foi demorado. Durante o ano de 2004, o MST promoveu ações de ocupação em várias áreas da Barra, sendo obrigado a se retirar após liminares de reintegração de posse concedida em favor dos proprietários. No entanto, uma dessas liminares não foi cumprida, graças à intervenção do Ministério Público e, assim, as famílias puderam permanecer na área ocupada. Ressalta-se que, nesta época, já havia ocorrido a primeira fragmentação das famílias, tendo uma parte delas migrado para outro movimento social, o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST).

De outubro a dezembro de 2004, os movimentos sociais, em especial o MST e seus aliados, promoveram várias ações para sensibilizar a opinião pública de Ribeirão Preto sobre a necessidade de se fazer a desapropriação da Fazenda da Barra. Foram feitas marchas, abaixo assinados; promotores públicos, estudantes, políticos e profissionais liberais também manifestavam solidariedade aos Sem-Terra e apoio à reforma agrária na região. Estes esforços não foram em vão, pois em dezembro de 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de desapropriação da Fazenda da Barra. Assim, do ponto de vista político, o agronegócio ribeirão-pretano perdia mais um *round*.

Enquanto os proprietários da Fazenda da Barra tentavam reverter a decisão do governo federal, o MST, juntamente com o INCRA, o Ministério Público, o IBAMA, a EMBRAPA e outros órgãos ambientais passaram a discutir as diretrizes organizativas do futuro Assentamento Mário Lago⁴³. Ocorre que, nesta fase do processo, emergiram novos problemas, sendo que o principal deles estava relacionado ao crescente processo de divisão das famílias em três movimentos sociais: o MST, MLST e um grupo denominado Índio Galdino. A perspectiva inicial das famílias organizadas em torno do MST era a de que o

⁴² Quando o MST entrou na luta pela desapropriação da Fazenda da Barra, a posse da propriedade não pertencia mais a Fundação Sinhá Junqueira, mais sim, a duas empresas, a I.S.I Participações Ltda e Robeca Participações Ltda. Estas empresas não pretendiam continuar com a exploração agrícola mas implantar loteamentos residenciais na área.

⁴³ No ano de 2005, o MST realizou, em Ribeirão Preto, o seminário “Resistências e desafios do campo brasileiro”. Neste evento estavam presentes o superintendente do INCRA no Estado de São Paulo, representantes da direção nacional do MST, técnicos do IBAMA, da EMBRAPA e especialistas de universidades públicas da região. O principal objetivo deste encontro foi discutir os projetos dos novos assentamentos do MST no Estado de São Paulo (TORNATORE, 2005).

tamanho dos lotes individuais seria de três hectares. Todavia, como o Movimento havia perdido famílias para o MLST e este tinha ampliado sua base por meio da inserção de outras famílias esta perspectiva acabou sendo frustrada⁴⁴. Para se ter idéia da dimensão deste problema, basta dizer que, quando o INCRA recebeu a posse da fazenda, em agosto de 2006, o mesmo estimava que na área pudessem ser assentadas, aproximadamente, 250 famílias. Entretanto, neste mesmo período, a Fazenda da Barra abrigava mais de 500 famílias.

Demonstrando disposição em lutar para reconquistar a posse da propriedade, os proprietários apresentaram um recurso junto ao Tribunal de Justiça em São Paulo e conseguiram suspender a imissão de posse concedida ao INCRA; esta decisão foi tomada antes mesmo do INCRA iniciar a seleção das famílias. Finalmente, em maio de 2007, o Tribunal negou recurso aos proprietários e, assim, o INCRA retomou a posse definitiva da área. Encerrava-se mais uma etapa do processo e as novas configurações física, política e social da Fazenda da Barra começavam a se delinear. A partir daquele momento, os sujeitos passariam a viver novas experiências. A próxima fotografia traduz parte das transformações ocorridas no meio físico e ajuda a perceber também a distância existente entre a Fazenda da Barra e a área urbana da cidade de Ribeirão Preto.

⁴⁴ As 464 famílias assentadas na Fazenda na Barra acabaram recebendo lotes individuais que variam entre 1,5 e 1,7 hectares de terra. A questão do tamanho dos lotes individuais será, oportunamente, analisada.



Figura 03 – Vista área do Assentamento Mário Lago - Na parte superior da fotografia observa-se a área urbana da cidade de Ribeirão Preto; no centro e na porção inferior visualizam-se os primeiros aspectos do Assentamento Mário Lago. Reprodução fotográfica obtida a partir de laudo ambiental produzido pela assessoria técnica da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto.

3.3 – Assentamento Mário Lago: a questão ambiental como alicerce do processo organizativo

Logo após a sentença judicial que garantiu ao INCRA a posse definitiva da Fazenda da Barra, este órgão assinou, perante a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, um TAC preliminar. Entre os compromissos assumidos pelo INCRA neste documento destacamos: a garantia de que 35% da área da Fazenda da Barra seriam destinados à RL⁴⁵ e à recomposição florestal das APPs. Neste documento também ficou acordado que,

⁴⁵ A decisão de estabelecer um índice de 35% como área de reserva legal foi tomada em virtude da Fazenda da Barra estar situada sobre uma área de recarga do aquífero Guarani. Desses 35%, 20% não poderão ser explorados economicamente. Entretanto, nos 15% restante, as famílias poderão desenvolver atividades econômicas. Uma equipe da Embrapa Meio Ambiente começou a desenvolver um amplo projeto para a implantação de SAFs nestes 15% de área de reserva legal. Para maiores detalhes sobre as áreas de reserva legal da Fazenda da Barra, consultar o anexo C deste trabalho.

num prazo de 180 dias, o INCRA, o MST e os assentados assinariam um TAC definitivo que orientaria as ações de planejamento e desenvolvimento do PDS Mário Lago.

Este prazo não foi cumprido, pois, o período compreendido entre julho de 2007 e setembro de 2008 foi marcado por novos conflitos, desta vez envolvendo a direção regional do MST e a Superintendência do INCRA em São Paulo. As divergências entre estes dois agentes foram decisivas para o processo de organização, não apenas do Assentamento Mário Lago, mas também dos dois outros grupos presentes na área⁴⁶.

De agosto a novembro do ano de 2009, tivemos a oportunidade de participar de várias reuniões, assembléias, bem como, acompanhar algumas atividades desenvolvidas pelo MST e pelo INCRA no interior do Assentamento Mário Lago. Neste período realizamos também algumas das principais entrevistas com assentados, lideranças do MST e representantes do INCRA. Esta fase pode ser definida como um período de intensa disputa – entre o INCRA e o MST – pela condução do projeto de assentamento das famílias do Mário Lago. Isto seria, portanto, uma expressão daquilo que Martins (2004, p. 40) definiu como uma “disputa política pela forma da reforma agrária”. De acordo com este autor:

Estamos em face de uma luta pelo controle político da reforma agrária que vem sendo feita, pelo controle dos procedimentos relativos a ela, por seu resultado e por seu formato final. O que, ao fim e ao cabo, representa a consagração da reforma agrária, pelas partes em litígio, como solução do problema da pobreza rural [...] Essa luta, hoje amplamente mediada por *visões de mundo* estranhas aos protagonistas do drama agrário, não é mais estrita e substantivamente a luta social dos trabalhadores privados da terra ou em vias de sê-lo. Tornou-se substantivamente uma luta partidária dos setores médios da sociedade – sindicalistas, religiosos, agentes de pastoral, intelectuais militantes, ativistas políticos. Enfim, os setores que já se inquietam com a pobreza e as injustiças sociais, mas que nem sempre tem da luta pela terra uma visão enraizada na experiência de vida de quem da reforma agrária precisa ou uma visão a ela diretamente referida. As mediações estranhas ao problema em si tendem a multiplicar-se e a complicá-lo (MARTINS, 2004, p. 40) (grifo meu).

Na sequência, apresentaremos algumas observações que fizemos na primeira fase dos trabalhos de campo. Neste período, privilegamos o acompanhamento das reuniões, coordenadas pelo titular da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, cujo objetivo era discutir e redigir o TAC definitivo do Assentamento Mário Lago. Nesta fase, realizamos também várias visitas ao assentamento, que possibilitaram perceber o

⁴⁶ Esta situação levou o representante do Ministério Público a dividir o processo da Fazenda da Barra em três fases: a fase épica que, segundo ele, vai do pedido de desapropriação até a posse definitiva da área; a fase crítica, ou seja, de organização e assentamento das famílias e a fase de reconstrução.

grau de polarização derivado das posições assumidas tanto pelo INCRA, quanto pela direção regional do MST em Ribeirão Preto.

Segundo relatou um coordenador do Assentamento Mário Lago, a polarização política entre o INCRA e o MST iniciou-se após uma ocupação feita pelo Movimento na sede da Superintendência do órgão em São Paulo.

Em 2008, o INCRA sentou com o MST para a gente discutir três, 3,14 de hectare de terra [...] discutir os encaminhamentos junto com o Ministério Público, isso foi dado. A partir de abril, se eu não estiver enganado, de 2008, uma ocupação que foi feita no INCRA é, eu particularmente acredito que teve um rompimento da Superintendência do INCRA de São Paulo por causa da ocupação, então, eles começaram a boicotar a região de Ribeirão Preto, justamente quando se tratava do Mário Lago. Eles não aceitaram essa ocupação que nós fizemos no INCRA. Então, começaram a boicotar, começaram a querer nos eliminar do Mário Lago, começaram a não respeitar a direção regional, não respeitavam a coordenação do próprio Mário Lago [...] Ai eles [INCRA] começaram a desenvolver as políticas não oficiais do assentamento que é fazer um assentamento que não é uma coisa oficial. Eu não sei como é que dou um nome para esse trem, então começa pelos pequenos (Coordenador do Assentamento Mário Lago – entrevista realizada em agosto de 2009).

Começar pelos pequenos diz respeito à ação do INCRA em prover, em primeiro lugar, o grupo do Índio Galdino que era o grupo politicamente mais frágil ou menos organizado dentro da antiga Fazenda da Barra⁴⁷. No fundo, a fragmentação dos movimentos sociais neste território, a Fazenda da Barra, acabou facilitando a atuação dos agentes do Estado. A fala de um coordenador do MST confirma isto.

O INCRA começou a fazer o trabalho com eles [Índio Galdino] por quê? Porque eles não tinham a certeza que iriam ser assentados. Então o INCRA começou pelo grupo que estava mais inseguro, qual era o grupo que estava mais inseguro e que não tinha a certeza que iria ser assentado? Era o Índio Galdino, então [o INCRA] começou a fazer o trabalho por eles; na sequência, começou a fazer uma politicagem no MLST (Coordenador do Assentamento Mário Lago – entrevista realizada em agosto de 2009).

⁴⁷Importante ressaltar que a área ocupada pelas famílias do Índio Galdino era uma daquelas áreas que tinham sido desmatadas pelos antigos proprietários e deveria, portanto ser recomposta como área de reserva legal. Por esta razão, o MST se comprometeu junto ao Ministério Público a não ocupar esta área. O INCRA aceitou a permanência das famílias do Índio nesta área, pois segundo um representante do INCRA, o arcebispo de Ribeirão Preto interveio em favor daquelas famílias. Em suas palavras “O Índio Galdino simplesmente trouxe a igreja católica de volta, em Ribeirão, para a reforma agrária, o Índio ficou ali, quem entrou em defesa do Índio foi o bispo. Ele mandou um fax para o INCRA e falou que defendia aquelas famílias [...] ele falou: Olha, eu defendo eles porque ninguém os defende, eu acho um absurdo eles serem abandonados, porque eles também tiveram na luta [...] a gente estava com um dilema o que fazer com o Índio Galdino, ninguém defendia o Índio, eles eram o patinho feio da história” (Representante do INCRA/SP – entrevista realizada em setembro de 2009).

Questionado sobre a argumentação deste coordenador do Assentamento Mário Lago, um representante do INCRA afirmou que, após a posse da Fazenda da Barra, a direção regional do MST passou a dificultar o diálogo com a Superintendência do INCRA.

A negociação do processo de assentamento começou em maio de 2007, eu vinha fazer reunião direto aqui com todo mundo certo, e sempre era uma coisa nova, e sempre era uma nova, só empata, empata, empata [...] Bom, aí nós fomos conversar com o promotor e falamos: nós vamos ter que cumprir a nossa função de Estado. Então, deixamos de ser governo Lula para ser Estado, porque nós vamos ter que entrar, não dá para segurar. Aí o que nós fizemos? Começamos pelos lados e aí a base no meio [pressionou] a direção [do MST] (Representante do INCRA/SP – entrevista realizada em setembro de 2009).

De fato, foi isto o que ocorreu, pois, já em 2008, a relação entre as famílias que formavam a base do Assentamento Mário Lago e a direção regional do MST estava desgastada. Muitas famílias haviam abandonado o Movimento, as que permaneciam mostravam-se descontentes com muitas decisões tomadas, tanto pela direção regional quanto pela própria coordenação do assentamento.

O titular da Promotoria de Conflitos Fundiários e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto considera que as divergências, as polarizações políticas e os conflitos ocorridos no último ano entre a Superintendência do INCRA São Paulo e a direção regional do MST prejudicaram, sobremaneira, o processo de implantação e desenvolvimento do Assentamento Mário Lago. Em suas palavras:

Houve uma radicalização política por parte das lideranças do movimento social e por parte dos agentes do INCRA com poder de decidir. Então, houve uma radicalização de lado a lado, de aliados que eram se tornaram adversários (Promotor de Conflitos Fundiários e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto – entrevista realizada em setembro de 2009).

Interrogado sobre os motivos que levaram a esta polarização, o representante do Ministério Público assim se manifestou:

Acho que foram posturas políticas que as lideranças locais tomaram dentro do próprio movimento, uma corrente que radicalizou e a reforma agrária passou a ser algo sem importância. E, por parte do INCRA, tomadas de posições autoritárias diante da radicalização do movimento social, ao invés de dialogar foram para o embate [...] eu acho que tanto o movimento social quanto o INCRA têm sido muito incompetentes na condução da implementação do projeto de assentamento e isso é um perigo para a bandeira da reforma agrária, para a continuidade da luta da reforma agrária (Promotor de Conflitos Fundiários e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto – entrevista realizada em setembro de 2009).

Foi, portanto, num clima de polarizações políticas entre o MST e o INCRA que as discussões sobre o TAC do Assentamento Mário Lago foram, em setembro de 2008, retomadas. Logo nas primeiras audiências, as divergências reapareceram, pois, o INCRA já não considerava a Fazenda da Barra como um assentamento, mas sim, como uma área em processo de regularização fundiária, neste sentido, a intenção do órgão era demarcar os lotes individuais. Já os dirigentes do MST, defendiam que era fundamental discutir todos os aspectos de organização do assentamento, o que envolvia, além da demarcação dos lotes, a definição das áreas coletivas, das áreas sociais (escola, posto de saúde, áreas de lazer, etc), bem como, um projeto de desenvolvimento econômico para as famílias. Quanto ao Ministério Público, sua posição era, e ainda é, a de priorizar as questões ambientais, uma vez que elas são o alicerce do processo organizativo deste assentamento.

Frente a estas diferentes perspectivas, as discussões no âmbito do Ministério Público não avançavam, a cada reunião ampliavam-se as divergências, agora não só entre o INCRA e o MST, mas, em muitas situações, envolviam inclusive a assessoria técnica do Ministério Público, a qual sempre enfatizava a necessidade de adequação e respeito às normas ambientais. Ocorre que o diálogo entre os técnicos ambientais e os assentados era, comumente difícil, pois, muitos assentados não compreendiam os termos utilizados pelos técnicos, por exemplo: o que é uma RL? O que significa APP? O que difere uma área da outra? Enfim, conceitos simples, mas que nem sempre eram apreendidos da mesma forma.

A falta de clareza sobre estes conceitos gerou uma certa disparidade no início das discussões para elaboração do TAC. Diante do crescente impasse, o INCRA repassou para os coordenadores do Assentamento Mário Lago um mapa da Fazenda da Barra para que este pudesse orientar as discussões entre as famílias. A coordenação do assentamento estudou este mapa e apresentou uma proposta de dividir o Assentamento Mário Lago em quatro grandes áreas (áreas: 1,2,3 e 4), dentro das quais seriam alocadas as 264 famílias do Movimento.

Também chegou-se a conclusão de que as áreas de produção individual deveriam ser do mesmo tamanho para todas as famílias, inclusive para as famílias dos outros dois movimentos sociais – MLST e Índio Galdino. Todavia, neste período, a direção regional do MST já não tinha mais o controle político do Assentamento Mário Lago, pois o INCRA ampliava o contato direto com os assentados; para dirimir dúvidas e aprovar os encaminhamentos definidos nas reuniões feitas no Ministério Público, o representante da promotoria também sugeria a realização de assembléias dentro do assentamento. Outro aspecto importante nesta fase é que as reuniões para elaboração do TAC definitivo não foram

feitas em conjunto com os três movimentos sociais, pois, a promotoria temia que os dirigentes destes movimentos retomassem antigas divergências, prejudicando, assim, a elaboração do TAC.

Esta opção apresentou seu limite quando descobriu-se que, no mapa elaborado pelo INCRA, um lote de um assentado da área três do MST estava dentro de uma área de reserva legal destinada ao MLST. Esta questão gerou novas divergências que só foram apaziguadas depois que o representante do Ministério Público acenou com a possibilidade de encaminhar todo o processo para uma decisão judicial. Acreditamos que a fala do promotor público sobre esta questão encerra mais uma etapa das discussões sobre o processo organizativo do Assentamento Mário Lago, sobretudo, no que diz respeito à divisão dos lotes entre os assentados.

[se o impasse continuar] nós vamos executar judicialmente o [Pré] TAC, esse é o caminho. E o que isso implica de risco para todos nós, é que isso vai sair da esfera do controle dos aliados aqui, nós vamos jogar isso na mão do judiciário. O judiciário é que vai definir, porque aí eu entro com uma ação de execução, vou pedir que a divisão seja feita nos termos do [Pré] TAC, vai virar agrovila, não vai ter lote individual, a produção [será] coletiva. *O juiz vai levar em consideração as questões ambientais porque elas são condicionantes* e aí nós vamos aguardar uma decisão judicial, está certo? Então, se o impasse permanecer eu darei um prazo no inquérito civil para que o INCRA resolva isso com vocês, um x prazo. Não resolveu nesse x prazo eu vou executar o compromisso de ajustamento de conduta, porque todos concordaram com aquele ajustamento que foi apresentado é que chegou num impasse nessa hora aqui. Então, não estou ameaçando ninguém, eu estou falando quais são as consequências se a gente não resolver isso. Eu prefiro resolver aqui, eu não quero que isso saia do nosso controle, mas a gente não sabe o que pode acontecer, é terrível não é? (fala do representante da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto) (grifo meu).

Após esta manifestação da promotoria, o processo de discussão do TAC perdeu substância, chegando, inclusive, a não contar com um número significativo de participantes. Neste período – final do ano de 2008 e início de 2009 – a paisagem da Fazenda da Barra se transformava ainda mais, pois, os lotes individuais foram definidos e os assentados receberam os primeiros recursos disponibilizados pelo INCRA para a construção de casas de alvenaria⁴⁸. Com isto, as discussões políticas foram abandonadas; a coesão interna do assentamento foi fragilizada; a própria produção agrícola acabou sendo afetada, pois, muitos assentados direcionaram seus esforços para a construção de suas respectivas casas.

⁴⁸ Inicialmente, o INCRA disponibilizou R\$ 7.000, 00 para construção das casas. Diante da insuficiência deste recurso, os assentados reivindicaram e conseguiram obter um complemento no valor de R\$ 8.000,00. Todavia, até meados do ano de 2010, os assentados ainda não haviam recebido este complemento.

A nosso ver, a construção das moradias pode ser um fio condutor para iniciarmos uma discussão sobre a questão da diretriz organizativa do Assentamento Mário Lago, isto é, para nos debruçarmos sobre a questão ambiental neste assentamento. Entre outros aspectos, a construção das moradias nos conduz ao debate sobre as dimensões das áreas de produção, sobre a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, estradas, energia elétrica, planos de produção, etc. Consideramos que estes elementos são fundamentais para avaliarmos se, efetivamente há, neste território, uma preocupação com a sustentabilidade ambiental.

3.4 – O Assentamento Mário Lago e o adeus aos barracos de lona

A forma como se deu a liberação do crédito habitação não permitiu uma discussão articulada sobre o projeto de construção das casas no Assentamento Mário Lago. Assim, após o recebimento do recurso, cada assentado foi construindo do modo como entendia ser o mais eficiente. Não houve um acompanhamento técnico por parte do INCRA e isto trouxe sérios problemas, entre eles, o caso de um assentado que ergueu sua residência numa área escolhida, pelos assentados do MST, para a construção da futura escola do assentamento. Este fato revelou que a demarcação dos lotes não vinha sendo respeitada por alguns assentados ou não havia sido, corretamente, elaborada pelos técnicos do INCRA. Do ponto de vista ambiental, outro aspecto importante é que não houve um planejamento sobre a questão do abastecimento de água e coleta de esgoto das novas moradias.

Isto tornou-se um grave problema, pois, mesmo sem um sistema adequado de coleta de esgoto e de abastecimento de água, as novas residências foram ocupadas pelos assentados. Evidente que isto gera contaminação, tanto para o meio ambiente quanto para os homens, mulheres e crianças que habitam aquele espaço. Até meados de 2010, a questão do saneamento básico seguia indefinida, pois, os órgãos responsáveis ainda não haviam chegado a um consenso sobre a melhor solução. Cogitava-se, inclusive, interligar parte das residências do assentamento ao sistema de saneamento da rede urbana do município⁴⁹.

⁴⁹ A dificuldade desta proposta era que o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (DAERP), legalmente, não podia atuar na zona rural. Importante ressaltar que mesmo diante deste impedimento legal, o DAERP, com uso de um caminhão pipa, vinha abastecendo parte das famílias com água para consumo doméstico. Algumas famílias utilizavam água de um poço perfurado pelo INCRA no Núcleo Dandara. No entanto, o DAEE constatou que a água deste poço estava contaminada por substâncias de origem orgânica. Para solucionar o problema do abastecimento de água, o INCRA comprometeu-se a perfurar mais alguns poços, todavia, isto só seria possível após o estabelecimento de um convênio entre o INCRA e o DAEE. Até meados de 2010, tal convênio ainda não havia sido firmado.

A construção das novas moradias também estava relacionada à questão da energia elétrica e esta, por sua vez, demandava uma melhor definição das vias de acesso, isto é, da construção das estradas no interior do assentamento; além disso, a companhia de energia elétrica da região exigia um padrão específico para a montagem dos equipamentos de medição de consumo. Sabendo desta exigência, alguns assentados se anteciparam e adquiriram os postes para instalação do medidor de energia. Ocorre que os coordenadores do Assentamento Mário Lago reivindicaram e conseguiram obter os benefícios do Luz para Todos, um programa do governo federal que fornece energia elétrica sem custos de instalação aos moradores de áreas rurais. Portanto, com relação à energia elétrica, alguns assentados acabaram prejudicados, pois gastaram mal seus recursos. Estes acontecimentos comprovam, mais uma vez, que a política de reforma agrária brasileira segue sendo feita de modo, absolutamente, fragmentado, desarticulado, especialmente, no que tange a implantação da infraestrutura dos assentamentos rurais.

Não obstante os problemas relacionados à infraestrutura do Assentamento Mário Lago, consideramos que o mais complicado seja a questão do tamanho das áreas destinadas à produção individual. Como foi mencionado, estas áreas não ultrapassam 2 hectares de terra e esta dimensão enseja dúvidas quanto ao futuro desenvolvimento econômico das famílias. Na verdade, os projetos produtivos dos assentamentos na antiga Fazenda da Barra estavam centrados nas áreas coletivas, no entanto, estas áreas acabaram não sendo privilegiadas em face da pequena adesão dos assentados dos três movimentos sociais ali presentes. Nas discussões sobre o TAC do Assentamento Mário Lago, está questão apareceu com nitidez.

Eu estou muito frustrado, porque o meu sonho, meu sonho quando nós começamos essa luta juntos, seria isso: uma agrovila com lote pequenininho para cada um ter aquela coisinha da subsistência ali da família só e a produção coletiva. Esse era o sonho de quem iniciou essa luta e era o sonho de vocês também porque nós conversamos muito isso no início. Mas aí as coisas vão se modificando, aquela história do individualismo que eu canso de falar com vocês, então cada um quer ter o seu lote, tudo bem, não dá ainda para mudar essa cultura nesse momento histórico, então, vamos lá. Agora, chegamos nisso aqui, o INCRA e Ministério Público estão fechando os olhos para aquela cláusula [uma das cláusulas do Pré-TAC], mas se a gente não chegar num consenso eu vou querer cumprir aquela cláusula (fala do representante da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto a respeito do parcelamento das áreas individuais).

A definição (no papel) de que as áreas de produção seriam, majoritariamente, coletivas e de que as moradias deveriam ser construídas no sistema de agrovilas provou a sua ineficiência. Apesar desta e de outras contradições, grande parte dos assentados admitia que

as suas vidas haviam melhorado após a conquista da terra. Alguns assentados acreditavam que, solucionado o problema de abastecimento de água e energia elétrica, seria possível investir mais na produção. A este respeito, vejamos o depoimento de um assentado da área quatro.

Do lado de cima da minha casa eu vou fazer uma rua de café, uma de banana, uma de café, uma de banana; na parte de baixo, eu vou colocar uma granja de 1500 cabeças de frango semicaipira; no fundo será uma plantação de milho para cuidar da granja. Eu quero fazer também um plantio de mandioca e vou trabalhar com legumes com irrigação por gotejamento (Assentado do Núcleo Salete Strozaki – entrevista realizada em abril de 2009).

No entanto, o futuro do assentamento parecia bastante incerto, pois, em meados do ano de 2009, alguns coordenadores do MST manifestavam dúvidas quanto à viabilidade da matriz agroecológica. Nesta época, observamos também que, entre os assentados, não havia uma separação muito clara entre o conceito de agroecologia e agricultura ecológica.

Eu vou ser sincero, eu acredito que esse negócio de agroecologia hoje é, justamente, para quem tem dinheiro, condições de fazer. Isto envolve assistência técnica, infraestrutura. Então, isso que nós estamos fazendo é uma coisa para quem tem dinheiro, porque isso custa caro e nós não temos dinheiro para fazer isso. Talvez a gente não tenha pensado, não tenha discutido e planejado quais seriam as dificuldades. Não tem um planejamento estadual ou nacional para discutir essa questão da agroecologia. Nessa idéia de agroecologia, nós estávamos discutindo construção alternativa de moradias, mas isso também é para quem tem dinheiro ou tem tempo e nós não temos tempo. Nosso tempo é de produzir, nós não temos reserva, nós precisamos trabalhar de dia para comer de noite. Então, a agroecologia é um desafio que foi lançado para a comunidade, mas é muito difícil produzir ecologicamente, pois a terra está contaminada, a vizinhança joga veneno, não tem uma forma de proteger, não tem uma forma de punir. Então, como é que você produz ecologicamente? Outra coisa, você coloca: produção ecológica, mas onde é a comercialização ecológica dos assentados? (coordenador do Assentamento Mário Lago – entrevista realizada em agosto de 2009).

A fala deste coordenador expressa os atuais limites da transição agroecológica nesta região do Estado; ela é esclarecedora, pois, fundamenta-se no cotidiano, ou seja, nas experiências vividas dia a dia pelos assentados. A realidade concreta faz com que o mesmo não acredite tanto no potencial de transformação social da agroecologia. Em suas palavras:

Eu acredito que o movimento não está ganhando tanto com essa questão agroecológica, eu estou falando na realidade, na massificação. Hoje para a região trás prejuízo, porque as pessoas vão falar: isso custa mais caro, isso é mais difícil, se custa mais caro e é mais difícil, como é que você vai atrair

alguém? (coordenador do Assentamento Mário Lago – entrevista realizada em agosto de 2009).

A análise feita por este coordenador expressa as dificuldades enfrentadas pelo MST na organização produtiva dos assentamentos agroecológicos localizados na região de Ribeirão Preto. Tal situação coloca a produção agrícola como um elemento central para uma reflexão a respeito do desenvolvimento – sustentável – dos assentamentos rurais nesta região do Estado.

3.5 – PDS Mário Lago: limites e potencialidades da agricultura ecológica

Sem desconsiderar a importância das questões relacionadas à educação, saúde, segurança, cultura e lazer das famílias, buscaremos, nesta seção, apresentar e discutir alguns elementos que estão, diretamente, relacionados com as atividades produtivas desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras assentadas no PDS Mário Lago⁵⁰.

Neste sentido, buscar-se-á aqui descrever as formas de organização do trabalho, o acesso aos créditos, a disponibilidade de assistência técnica, a base técnica utilizada pelos trabalhadores para a exploração dos seus respectivos lotes, os canais de comercialização da produção, entre outros aspectos relevantes para a produção agrícola.

Para tanto, partimos de um dado concreto, qual seja, o tamanho dos lotes disponíveis para a produção individual de cada uma das famílias assentadas neste PDS. Analisando-se o quadro de áreas⁵¹ elaborado pelo INCRA durante o processo de discussão e elaboração do TAC, conclui-se que, de um total de 1.541,3402 hectares da antiga Fazenda da Barra, apenas 740.065 hectares formam hoje as áreas para produção, ou seja, somente 48,01% das terras estão disponíveis para as famílias produzirem em lotes individuais⁵². Dividindo-se esta porção de terra entre as 464 famílias que o INCRA considera como assentadas neste território, tem-se como resultado 1,594 hectares que corresponde ao tamanho médio de cada lote. É neste pedaço de chão que homens e mulheres vêm produzindo uma dúzia de produtos agrícolas, tais como: milho, feijão, abóbora, berinjela, quiabo, jiló, arroz, diversos tipos de hortaliça,

⁵⁰ Para todos os efeitos, esclarecemos que as observações contidas nesta seção serão feitas tendo-se como referência o ano safra 2009/2010.

⁵¹ Anexo C

⁵² Cabe lembrar, novamente, que 15% das áreas de reserva legal, poderão ser exploradas economicamente pelas famílias com SAFs. Todavia, de acordo com o TAC, a exploração dessas áreas não poderá ser feita de modo individual, mas somente de forma coletiva.

mamão, banana, caxi, maxixe, mandioca e batata doce; também criam pequenos animais, entre eles: porcos, cabritos, frangos e galinhas poedeiras. Parte dos produtos cultivados e dos animais criados é consumida na dieta das próprias famílias e o restante é comercializado na cidade de Ribeirão Preto, especialmente, nos bairros próximos ao assentamento.

Buscando compreender os limites e as possibilidades de uma produção agrícola que, em princípio, deve estar voltada para a conservação dos recursos naturais, nos lançamos novamente no campo empírico, desta vez, tendo como foco o cotidiano de um grupo de famílias que produzia e comercializava parte da sua produção por meio de uma cooperativa criada na área quatro do Assentamento Mário Lago⁵³.

A partir de um relatório elaborado pelo presidente desta cooperativa pudemos constatar que, embora pouco diversificada, a produção realizada pelas famílias na safra 2009/2010 era significativa. A fim de obter mais detalhes a respeito desta produção, decidimos acompanhar o trabalho de coleta realizada pela COOPERARES. O próximo quadro apresenta o volume total e os tipos de produtos coletados, entre os dias 24 e 25 de março de 2010, em diferentes áreas do assentamento.

⁵³ A cooperativa em questão foi fundada em junho de 2009 pelos próprios assentados que decidiram nomeá-la de COOPERARES (Cooperativa dos Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo). Um dos objetivos da COOPERARES era estabelecer canais de comercialização entre os assentados e as instituições públicas e privadas atuantes na região de Ribeirão Preto. Assim, em março de 2010, a cooperativa conseguiu firmar um contrato com a CONAB no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este programa consiste na compra antecipada da produção agrícola realizada por agricultores familiares e que é destinada aos bancos de alimentos dos municípios brasileiros. Em Ribeirão Preto, o banco de alimentos é coordenado pela prefeitura municipal que dispõe de pessoal e equipamentos adequados para o armazenamento e distribuição dos produtos às entidades assistenciais da cidade.

Quadro 07 – Coleta da produção realizada pela COOPERARES no PDS

Mário Lago, entre os dias 24 e 25 de março de 2010.

Item	Descrição do produto	Volume (kg)
01	Abóbora	1.583,5
02	Mandioca	122,5
03	Berinjela	50,5
04	Jiló	10,0
05	Feijão de corda	62,5
06	Batata doce	64,0
07	Quiabo	24,5
08	Banana	71,0
09	Mamão	11,0
10	Acerola	2,0
	Total	2.001,5

Elaborado pelo autor a partir de anotações no caderno de campo (março de 2010).

Considerando que um dos objetivos era conhecer as condições de produção do assentamento, selecionamos um grupo composto por dez famílias residentes em áreas distintas. Com estas famílias, realizamos entrevistas semi-estruturadas⁵⁴ onde foi possível perceber que algumas delas encontravam-se diante de um grave problema para produzir em seus respectivos lotes, qual seja, a falta de água. Embora estivessem assentadas sobre uma das maiores reservas de água doce do planeta – o aquífero Guarani – nem todas as famílias dispunham de água, em quantidade e qualidade suficientes, para irrigar suas lavouras. No ano de 2010 havia, portanto, no PDS Mário Lago, uma desigualdade de condições de acesso a água.

Deste modo, para os assentados que tinham mais dificuldades de obter água para irrigação, esta apresentava-se como o principal problema para produzir; já aqueles que residiam nas proximidades de córregos e nascentes salientavam que o principal problema era a falta de recursos financeiros, isto é, a liberação de créditos para custeio da produção. Analisemos dois depoimentos que caracterizam estas duas percepções.

Se nós tivéssemos água à vontade nós poderíamos plantar o ano inteiro, nós poderíamos plantar mais jiló, mais berinjela e quiabo você entendeu? Igual

⁵⁴ No anexo D, encontra-se um quadro com o perfil dos entrevistados na segunda fase da pesquisa de campo.

milho, você poderia fazer duas safrinhas. Então, quer dizer, se nós tivéssemos água, nós produziríamos o ano inteiro e eu teria uma porção de coisa para mandar para a CONAB, mas como não tem água, não tem jeito. Vai chegando a época da seca os pés já estão morrendo (Assentado do Núcleo Terra Sem Males, área 1).

Se eu colocar essa irrigação por gravidade já melhora muito para mim porque o tempo que estou regando eu posso estar lá no Ribeirão Verde vendendo uma verdura [...] Nesse lotinho aí minha idéia é fazer uma granjinha de galinha caipira e aproveitar o espaço para plantar um pouco de maracujá e banana, assim: uma carreira de banana, uma de maracujá, iria ficar até bonito né, mas cadê dinheiro? A situação está difícil demais rapaz (Assentado do Núcleo Saleté Strozak, área 4).

Ainda que a produtividade agrícola nas pequenas propriedades esteja sempre relacionada à força de trabalho disponível, a irrigação artificial é um elemento primordial, pois, sem ela, o cultivo de vários produtos alimentícios fica restrito ao período das chuvas. De acordo com a Superintendência do INCRA, a questão do acesso à água para irrigação é um problema estrutural para o desenvolvimento de vários assentamentos no Estado de São Paulo. No entanto, na Fazenda da Barra, esta questão é mais grave ainda, pois, a captação de água nesta área tem que ser realizada com cautela e seguindo-se padrões técnicos específicos para não causar contaminação, tanto dos recursos hídricos superficiais quanto subterrâneos. Do ponto de vista das agências ambientais que atuam na região de Ribeirão Preto, esta é uma questão fundamental e terá que ser sempre considerada nos projetos de desenvolvimento dos assentamentos existentes neste território.

Às diferentes condições de acesso a água para irrigação somavam-se outras duas questões: a liberação de créditos para custeio da produção e a disponibilidade de assistência técnica. No que se refere aos créditos, cabe ressaltar que, assim que o INCRA retomou o processo de organização do PDS Mário Lago, as famílias tiveram acesso ao chamado Apoio Inicial no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos Reais); como a demarcação dos lotes individuais não ocorreu no tempo previsto, o INCRA liberou um Apoio adicional no mesmo valor⁵⁵.

⁵⁵ O Apoio Inicial e o Adicional são modalidades de créditos disponibilizadas pelo governo federal aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; ambos fazem parte do chamado Crédito Instalação. Conforme a Instrução Normativa Nº 50 publicada pelo INCRA em 22 de Dezembro de 2008, os assentados contam ainda com as seguintes modalidades de Crédito Instalação: Apoio Mulher; Aquisição de Materiais de Construção; Fomento; Semi-Árido; Recuperação/Materiais de construção e Reabilitação de Crédito de Produção (BRASIL, 2008c).

De acordo com alguns assentados, parte desse recurso foi utilizada no pagamento de serviço de aração e gradeamento de terra; algumas famílias também adquiriram materiais básicos, tais como: arame, tela, palanques, reservatórios d'água e ferramentas de uso diário no campo; o restante foi consumido na compra de alimentos num estabelecimento comercial próximo ao assentamento. Portanto, até a safra de 2009, não podemos falar na existência de créditos específicos para o custeio da produção – crédito agrícola – mas somente na liberação de alguns recursos de caráter emergencial⁵⁶.

Com relação à assistência técnica, todos os entrevistados afirmaram que não haviam ainda recebido este tipo de serviço, no entanto, como expressa o depoimento seguinte, a percepção dos assentados sobre a importância de se ter um acompanhamento técnico era bastante evidente.

Se o INCRA não colocar um acompanhamento técnico para orientar a turma a plantar e a cuidar, em dez anos todos estarão falidos. Isto é uma questão séria, porque como eu falei: para alguns, isso aqui foi o fundo do poço, a última porta que se abriu. Não estou falando de mim porque se um dia eu sair daqui eu tenho como me virar, eu tenho uma profissão, eu consigo me manter, eu falo de outros né, por falta de conhecimento mesmo, porque eu sai da roça e estou voltando para roça, agora tem gente que não veio da roça. Ele não tem a noção, ele não sabe que se ele plantar um pé de feijão são noventa dias para ele colher aquele feijão (Assentado do Núcleo Caio Prado, área 4).

Na ausência de um programa de assistência técnica, alguns assentados demonstravam disposição e meios para obter informações sobre como cultivar certos produtos:

Às vezes eu vou na casa da minha mãe, fico horas no computador, e mando e-mail para a EMBRAPA, entro no site deles, procuro coisas. Mas sei lá, falta um acompanhamento mais de perto [...]

⁵⁶ A discussão sobre as regras de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi iniciada em 2010, no entanto, segundo o relato de uma assentada, esta questão vinha gerando atritos entre um grupo de famílias do Núcleo Padre Jansen e a coordenação do assentamento. Em suas palavras: “Quando a gente foi falar do Pronaf os coordenadores já caíram matando, mas espera aí: é individual? Vocês ocuparam a fazenda individual? Não tem que lutar para conseguir Pronaf para todo mundo? Tem, eu disse, mas eu também não acho justo eu ter como produzir e ter que ficar esperando eles furar um poço para pegar água” (Assentada do Núcleo Padre Jansen, área 2). No nosso entender, a fala desta assentada expressa, mais uma vez, a desarticulação e a consequente fragmentação do projeto de assentamento; além disto, a forma de discussão sobre o Pronaf revela que a polarização política entre os agentes do INCRA e os coordenadores do Assentamento Mário Lago ainda persistia.

Esta assentada tinha como projeto montar uma granja para produção de ovos, no entanto, as exigências sanitárias eram tantas que ela não via possibilidade de concretizar isto em seu lote:

Eu já estive no Ministério da Agricultura, mas a lei é muito complicada, tem duas leis: uma para produzir e outra para você distribuir, fora a fiscalização que é muita, até o esterco das galinhas é fiscalizado: como você armazena, se tem mosca, você tem que seguir um processo para fazer. Então, você tem que pensar bem porque é um investimento (Assentada do Núcleo Antonio conselheiro, área 2).

Os depoimentos acima revelam que, após a demarcação dos lotes, ampliou-se o processo de individualização entre os assentados do PDS Mário Lago, pois, nesta época, muitos buscavam alternativas próprias; outros tentavam, a partir dos núcleos familiares, encontrar as soluções mais adequadas aos seus problemas. Tal situação revela que o processo de desenvolvimento produtivo de um assentamento rural do tipo agroecológico exige um pacote de políticas públicas que, necessariamente, deve ser posto em prática de forma articulada, planejada a fim de que tais políticas convertam-se em resultados positivos tanto para os trabalhadores assentados, quanto para a sociedade de um modo geral.

Quanto à base técnica, podemos afirmar que, até meados do ano de 2010, era pequeno o número de assentados que dispunham de máquinas e implementos agrícolas, tais como; tratores, arados, grades, plantadeiras e roçadeiras⁵⁷; considerando a dimensão dos lotes individuais, alguns assentados também utilizavam a tração animal e plantadeiras manuais. Outro aspecto importante no conjunto das técnicas criadas e ou reproduzidas por algumas famílias produtoras do PDS Mário Lago, era o da obtenção de sementes. Muitas das famílias reservavam parte dos produtos cultivados para deles retirarem sementes que eram replantadas nas safras seguintes.

Este ano eu tirei semente daqui mesmo, tirei semente de abóbora; o quiabo é semente de lá de baixo de onde eu morava [outro lote] eu só comprei as mudas de jiló e berinjela, comprei ali na Pedra Branca. Foi só isso que eu comprei esse ano, o resto foi tudo semente que eu tirei (Assentado do Núcleo Terra Sem Males, área 1).

Tudo o que eu ia produzindo eu tirava semente. Eu consegui colher semente de maxixe em quantidade que tava para plantar um lote inteiro, mas eu não posso plantar porque eu não tenho água; eu colhi semente de abóbora de tudo quanto é

⁵⁷ Na época de preparo da terra, os assentados que não possuíam estes equipamentos, sobretudo, trator e arado pagavam a chamada hora máquina, cujo valor médio na safra 2009/2010 foi de R\$ 100,00 a hora.

tipo, eu colhi e guardei, mas eu vou plantar como, você entendeu? (Assentada do Núcleo Antonio Conselheiro, área 2).

As fotografias expostas abaixo ajudam a compreender melhor a disponibilidade de recursos técnicos, bem como, as formas de provisão de sementes e a técnica de consórcio de culturas, no caso, o feijão com milho.



Figura 4 – Base produtiva do Assentamento Mário Lago.

1 – Gradeamento de uma área para cultivo de milho (Núcleo Dom Helder, área 3).

2 – Assentado trabalhando com tração animal (Núcleo Dandara, área 1)

3 – Amostras de sementes coletadas por uma assentada (Núcleo Antonio Conselheiro, área 2)

4 – Plantio de milho em consórcio com feijão (Núcleo Terra Sem Males, área 1)

Elaborado a partir de fotografias feitas pelo autor nos anos 2009 e 2010.

Outras duas questões importantes na análise a respeito da produção agrícola desenvolvida por este grupo de famílias estão relacionadas a fertilidade do solo e ao entorno do PDS Mário Lago. Como evidenciamos no início deste capítulo, durante muitos anos, as atividades agrícolas realizadas na Fazenda da Barra estiveram reduzidas aos cultivos de cana-

de-açúcar, soja e amendoim. Como se sabe, o cultivo destes produtos demanda uma utilização significativa de adubos e fertilizantes sintéticos. O uso destes produtos tornou o solo de algumas áreas muito ácido e isto, atualmente, prejudica o desenvolvimento de certas culturas. Interrogados sobre as perdas e outras dificuldades de produção, muitos trabalhadores revelaram a necessidade e o desejo de corrigir o solo dos seus lotes.

A partir do ano que vêm, se Deus me ajudar, eu vou comprar calcário para jogar ai. Vou comprar também o adubo orgânico para poder ajudar, porque se a terra for boa você não pode deixar ela enfraquecer. Você tem sempre que ajudar, porque se você deixar ela enfraquecer até você recuperar de novo, ai fica caro para você meu filho, fica caro para você. Então, todo ano você tem que jogar um pouco de calcário para ajudar, certo? (Assentado do Núcleo Terra Sem Males, área 1)

Além dos problemas derivados da acidez do solo, há também a questão do entorno do assentamento, pois, praticamente, todas as propriedades vizinhas ainda cultivam cana-de-açúcar. Como os proprietários destes imóveis são obrigados a usar defensivos químicos, estes acabam interferindo na produção realizada por algumas famílias, especialmente, daquelas que cultivam próximo às divisas. Um assentado sintetiza o problema e manifesta sua opinião sobre a posição que o Ministério Público deveria assumir diante desta questão:

O problema são os vizinhos que plantam cana e passam veneno que atinge as culturas dos assentados. O veneno vem pelo vento e pela água do rio, pois, tem cana plantada acima do assentamento. Nós estamos garantindo o TAC de não usar veneno, mas o vizinho não garante. Devia fazer um TAC para eles também, o Ministério Público deveria fazer um TAC, tem que aplicar a lei no pessoal que planta cana também (Assentado do Núcleo Salete Strozak, área 4).

Um assentado de outro núcleo de famílias assim se referiu ao problema do entorno do assentamento:

O projeto que todo mundo está visando é ambiental, é ecológico, mas se você não estiver afinado, antenado com as coisas que estão fazendo não vai funcionar. Porque se você planta aqui, vamos supor aqui nesse assentamento é tudo ecológico, tudo natural, sem defensivo químico, sem veneno, sem nada, mas os vizinhos de fora estão passando veneno, isso vai prejudicar aqui dentro também (Assentado do Núcleo Caio Prado, área 4).

Ao serem questionados sobre as diretrizes ambientais do assentamento, entre elas, a proibição ao uso de fertilizantes e adubos químicos, a maioria dos assentados, demonstrou concordância com tais diretrizes, pois, segundo eles, existem alternativas aos agroquímicos.

Novamente, recorreremos ao depoimento de alguns assentados e assentadas, pois, tais depoimentos indicam, tanto as dificuldades quanto as alternativas criadas por eles para minimizar os problemas derivados da perda da fertilidade do solo, bem como, das pragas encontradas em alguns de seus cultivos:

Está dando bicho, a gente pega aquelas abóboras enorme assim e por baixo sai o caldo, é uma lagarta que faz isso, mas nós vamos calcariar, tem que por o calcário e tem que ter um esterco bom. Porque se a terra está bem esterçada, a abóbora vem com força sabe? Ai esses bichinhos ai pode dar em uma ou duas, mas, não dá em tudo. Então, se Deus quiser, com esses oitocentos reais que o governo vai soltar o projeto é por o calcário para ver se melhora um pouco a terra (Assentada do Núcleo Antonio Conselheiro, área 2).

A única dificuldade aqui são as formigas, mas você planta gergelim e vai enrolando elas, porque você não pode falar que você vai acabar com as formigas porque você não consegue acabar com elas (Assentada do Núcleo Caio Prado, área 4).

O próximo conjunto de fotografias ilustra alguns dos problemas enfrentados pelos assentados do PDS Mário Lago para desenvolver uma produção agrícola sustentável.



Figura 05 – Dificuldades para desenvolver agricultura ecológica.

Foto 01 – Pimenta com sinal de broca e amadurecimento precoce.

Foto 02 – Ação das formigas em plantação de milho.

Foto 03 – Irregularidades no tamanho de frutos plantados na mesma época.

Foto 04 – Podridão em abóbora de pequeno porte.

Elaborado a partir de fotografias feitas pelo autor em março de 2010.

Mesmo perdendo parte da produção para as formigas ou para as lagartas estes homens e mulheres demonstravam confiança no desenvolvimento de uma produção agrícola baseada na sustentabilidade ambiental. Diante desta perspectiva, interrogamos alguns assentados, em especial, aqueles que vinham desenvolvendo uma maior variedade de cultivos. A investigação a respeito desta questão revelou que as estratégias empreendidas pelos assentados e assentadas para conseguir uma melhor produtividade eram bastante diferenciadas, sendo que muito do sucesso obtido estava relacionado aos conhecimentos trazidos por eles próprios, ou seja, ao saber fazer agrícola destes trabalhadores e trabalhadoras. Observemos mais alguns depoimentos:

Quando eu faço uma cova de abóbora em ponho com esterco da galinha, preparo ele, misturo com a terra e coloco um pouco de cinza para não dar bicho.

Já planto aquela cova preparada (Assentada do Núcleo Antonio Conselheiro, área 2).

Eu estou fazendo com mamona, com santa bárbara, é um negócio que tem dado um resultado muito bom [...] o MST passou um papel e nós tiramos uma base, a gente vai fazendo o teste e vai dando certo, o próprio produto orgânico mata o bicho, elimina, entendeu? (Assentado do Núcleo Terra Sem Males, área 1).

A falta do agrotóxico não é problema porque a vida toda nós fomos criados produzindo sem agrotóxico, sem veneno, sem adubo e viemos para o Movimento e ele tem essa característica do antepassado. Então, não deu diferença, bateu uma coisa com a outra, bateu exatamente uma coisa com a outra, porque aqui não pode usar o veneno, não pode usar adubo; a única coisa que nós temos que usar é o orgânico é com isso que nós temos que produzir. Então, você tem que ir catando a folha de banana, a folha do guandu. Você vê ai tudo forado com esta palha, a gente aproveita tudo o orgânico para ver se ajuda a terra (Assentado do Núcleo Margarida Alves, área 4)

Outro aspecto importante com relação ao conhecimento apresentado pelos assentados do PDS Mário Lago diz respeito à forma de organizar o lote, isto é, ainda que não estivessem desenvolvendo plenamente seus projetos de produção, muitos assentados demonstravam já ter em mente um plano, um desenho de como proceder a exploração do lote. Nas palavras de uma assentada:

Num espaço pequeno você tem que ter várias coisinhas para você tirar um pouquinho aqui, um pouquinho ali e fazer um monte. Assim, quando não tem uma coisa tem outra. Aqui não dá para plantar só dois ou três produtos, tem que ter diversificação (Assentada do Núcleo Antonio Conselheiro, área 2).

Numa entrevista realizada com dois assentados da área quatro, um deles manifestou-se sobre as potencialidades produtivas do assentamento:

Nós vamos mostrar que dentro de uma pequena propriedade você vai ter o porco, vai ter a galinha, vai ter o leite. Você pode ter de tudo, tudo o que você quiser você pode ter aqui (Assentado do Núcleo Margarida Alves, área 4).

Em média, os assentados por nós entrevistados cultivavam de seis a sete produtos, entre eles: milho, feijão, mandioca, abóbora, berinjela, jiló e quiabo. Somado a criação de suínos e galináceos, o cultivo destes produtos resultava numa dada configuração espacial do lote. Com base em fotografias e vídeos realizados durante os trabalhos de campo foi possível construir um desenho que representa, de modo geral, as formas de utilização dos lotes.

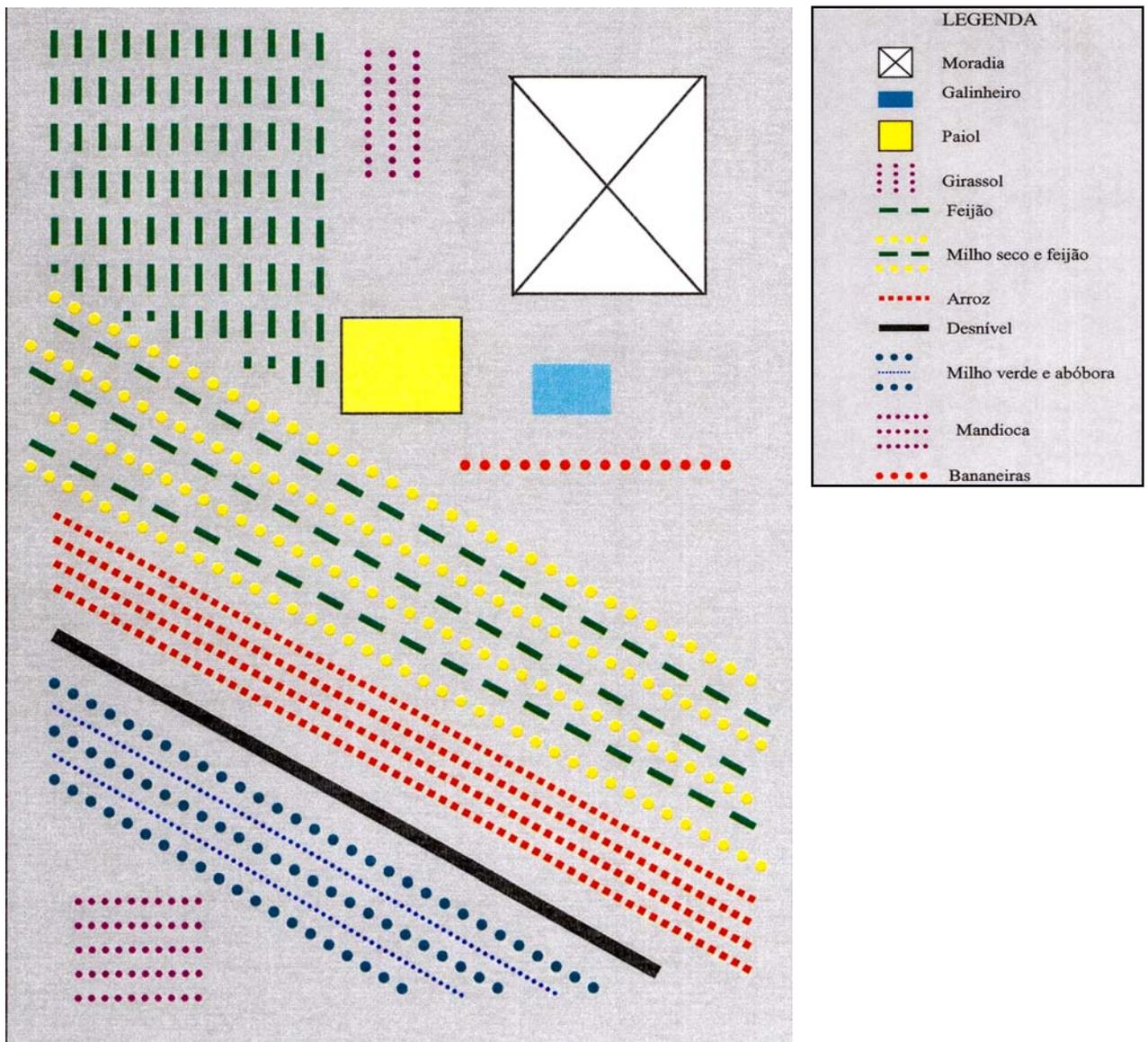


Figura 06 - Desenho elaborado a partir de fotografias e filmes feitos pelo autor no lote nº 09 do Núcleo Terra Sem Males em março de 2010.

As condições de produção existentes no PDS Mário Lago entre os anos de 2009 e 2010 refletiam, diretamente, sobre as formas de organização do trabalho, pois, na impossibilidade de desenvolver, plenamente, seus lotes, alguns assentados e assentadas recorriam às atividades laborais externas ao assentamento; os homens na construção civil e as mulheres em atividades domésticas na cidade de Ribeirão Preto. Os recursos obtidos com o trabalho não agrícola se destinavam, segundo alguns depoimentos, apenas à obtenção dos produtos necessários a reprodução da família. Questionada sobre este tipo de atividade, uma assentada assim manifestou-se:

Tem que fazer trabalho fora, por enquanto tem, só quem mora na beira da água é que pode falar que sobrevive só daqui. Meu marido faz bico, ele não trabalha assim registrado nem nada porque ele saiu por causa daqui né. Ele faz bico de pedreiro, tem que fazer senão passa necessidade mesmo, então, ele faz bico. A colheita da CONAB eu faço (Assentada do Núcleo Antônio Conselheiro, área 2).

O depoimento desta assentada é interessante, pois, ele não apenas denuncia a falta de infraestrutura do assentamento, como também revela as estratégias empreendidas pelas famílias para mitigarem as suas dificuldades. Tal situação permite inferir que a organização do trabalho dependia das condições particulares de cada família; assim, havia casos em que os assentados dedicavam-se, em tempo integral, às atividades agrícolas no interior do assentamento; em outros, o trabalho agrícola era mesclado com atividades não agrícolas na área urbana.

Um segundo aspecto determinante na forma de organização do trabalho agrícola era a composição demográfica de cada família. No geral, estas não eram numerosas, sendo que muitos lotes eram ocupados apenas pelo casal e mais um ou dois filhos menores. Havia também muitos assentados que moravam e trabalham sozinhos em seus lotes. O depoimento de um trabalhador de 67 anos, viúvo, morador da área quatro permite compreender melhor esta particularidade:

Eu nunca tinha trabalhado numa área tão pequena assim, então, eu estou tocando o meu lote e o da minha cunhada porque ela é sozinha. Tem também o da [...] que ela é sozinha *e os filhos não se interessam*. Então, dá para você tocar e sobreviver, mas é uma experiência diferente, é diferente, muito diferente (Assentado do Núcleo Margarida Alves, área 4) (grifo meu).

Outro elemento central no modo de organização do trabalho das famílias Sem-Terra é a questão da cooperação, pois, conforme apontado por Scopinho (2007, p. 90), para o MST, “[...] a idéia de cooperação ocupa um lugar tão importante quanto à de agroecologia como diretriz e método do processo organizativo”. Ainda de acordo com esta autora, na fase de acampamento, a cooperação é indispensável para a própria sobrevivência destes trabalhadores, assim, esta se traduz em companheirismo, ajuda mútua para construção dos barracos, manutenção da segurança e dos aspectos relativos à alimentação do grupo. Contudo, após a conquista da terra, alguns destes princípios de cooperação são desfeitos e o que se verifica é uma ampliação no grau de individualismo e de conflito entre algumas famílias; nesta fase, também é comum que as formas de cooperação baseada nas relações de afinidade e

solidariedade entre os assentados sejam substituídas pelo chamado cooperativismo institucionalizado, isto é, a criação de associações e cooperativas que buscam solucionar apenas os problemas de ordem econômica.

Pensada a partir da dicotomia acampamento-assentamento, devemos ressaltar que, no PDS Mário Lago, a cooperação espontânea também retraiu depois que os lotes individuais foram demarcados. Analisemos dois depoimentos a respeito da desestruturação deste tipo de cooperação:

Praticamente aqui nada que você faz no coletivo dá certo, porque tem sempre um mais esperto. Então, cada um cuida do seu, a não ser que você tenha o dinheiro para pagar um companheiro aqui para ele vir te ajudar né, porque ninguém mais trabalha no coletivo. Se você precisa da ajuda de um companheiro você tem que pagar o dia dele. Nós estamos lutando para voltar a união, mas está difícil (Assentada do Núcleo Caio Prado, área 4).

Rapaz isso ai é complicado, porque nessa luta nossa isso é o que mais se fala né; fala nessa política do companheirismo que é o coletivo, mas é complicado demais, é complicado. Antigamente não tinha essa dificuldade de coletividade, hoje você não consegue fazer mais isso (Assentado do Núcleo Margarida Alves, área 4).

Voltando a questão da produção agrícola, podemos refletir ainda sobre duas outras questões: a da comercialização do excedente produzido e a prática do autoconsumo, isto é, aquela parte da produção que é consumida diretamente pelo assentado e sua família. Quanto às formas de comercialização praticadas pelas famílias produtoras, cabe dizer que estas se davam de duas maneiras: formal e informal. A comercialização formal era feita, basicamente, através de dois projetos do PAA, sendo um deles coordenado pela direção regional do MST e o outro pela cooperativa criada pelos assentados da área quatro.

Com relação à comercialização informal, esta era realizada por diversos meios: venda direta ao consumidor (porta a porta), comércio fixo em determinados pontos localizados nos bairros próximos ao assentamento, entrega a atravessadores e venda de certos produtos sob encomenda. Estas duas modalidades de comercialização apresentavam pontos positivos e negativos. Para alguns assentados, a venda direta era tida como a melhor alternativa, pois a mesma resultava em maiores ganhos:

Vender na rua é um bom negócio, na rua a gente ganha mais, vender quiabo e jiló é bom negócio, mandioca também é bom negócio, o que é ruim para negócio na rua é abóbora, abóbora de árvore não é um bom negócio não [...]

vendendo na rua, 5 dias por semana, dá para ganhar uns duzentos e cinquenta Reais (Assentado do Núcleo Salete Strozak, área 4).

Um assentado que comercializa nos dois sistemas – venda direta e entrega para CONAB – apontou as vantagens e desvantagens presentes em ambas as formas:

Então, hoje a gente está contente porque nós temos a CONAB aqui e nós entregamos na porta. Mas, uma coisa que não dá para entender é o preço, é muito barato. Você vê a mandioca, por exemplo, é 50 centavos o quilo. Ai você desconta 20% da cooperativa e ela sai por 40 centavos, não tem jeito de você vender (Assentado do Núcleo Margarida Alves, área 4).

No quadro 08 apresentamos alguns dados referentes ao volume e tipo de produtos entregues à COOPERARES por algumas famílias residentes em diferentes áreas do PDS Mário Lago. Com base na tabela de preço praticada pela CONAB, em março de 2010, é possível mensurar a renda obtida por estas famílias na comercialização destes produtos.

Quadro 08 – Relação dos produtos comercializados por quatro famílias do PDS Mário Lago, entre os meses de março e abril de 2010.

Cooperado	Produtos	Volume (kg)	Valor (kg/R\$)	Valor final (R\$)
Família 01	Abóbora	479	0,78	373,62
	Quiabo	22,5	1,42	31,95
	Jiló	14	1,21	16,94
	Mamão	77,5	1,00	77,50
	Batata doce	72,5	0,78	56,50
	Mandioca	10,5	0,50	5,25
	Milho verde	18,5	0,30	5,55
	Feijão de corda	29,5	2,00	59,00
	Banana terra	20	1,21	24,20
	Banana nanica	14	0,69	9,66
Total	-----	-----	-----	660,17
Família 02	Abóbora	142	0,78	110,76
	Quiabo	5,8	1,42	8,24
	Feijão de corda	40,5	2,00	81,0
	Milho verde	24,5	0,30	7,35
	Acerola	4,5	2,30	10,35
	Pimenta cambuci	1,5	1,35	2,03
Total	-----	-----	-----	219,73
Família 03	Abóbora	106,5	0,78	83,07
	Mamão	60,2	1,00	60,20
	Feijão de corda	42,0	2,00	84,00
	Banana nanica	77,5	0,69	53,50
	Batata doce	14,5	0,78	11,31
	Milho verde	18,0	0,30	5,40
	Mandioca	45,0	0,50	22,50
	Quiabo	6,0	1,42	8,52
Total	-----	-----	-----	328,50
Família 04	Abóbora	10,0	0,78	7,80
	Batata doce	56,0	0,78	43,68
	Feijão de corda	34,0	2,00	68,00
	Jiló	13,0	1,21	15,73
	Pimenta cambuci	3,0	1,35	4,05
	Mamão	16,0	1,00	16,00
	Banana terra	81,5	1,21	98,62
	Banana maçã	14,0	2,00	28,00
Total	-----	-----	-----	281,88

Elaborado a partir de notas fiscais emitidas pela COOPERARES à CONAB.

Considerando que no contrato firmado entre a CONAB e a COOPERARES o valor de cada cota era de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos Reais) é possível afirmar que, mesmo as famílias mais produtivas, teriam dificuldades em cobrir, em uma única safra, tal meta, isto porque, em média, cada família vinha obtendo uma renda de apenas R\$ 186,29 (cento e oitenta e seis Reais e vinte e nove centavos) mensais.

Por fim, analisaremos alguns aspectos da produção para o autoconsumo. Para entendermos a lógica deste tipo de produção é necessário considerarmos que para muitos assentados, o assentamento é um espaço que não se reduz a lógica do mercado, pois, ao adquirir o direito de uso da terra, estes homens e mulheres passam a reviver experiências pretéritas, muitas das quais vividas ainda na infância e adolescência. Estas experiências estão relacionadas, entre outros aspectos, a dieta alimentar destes sujeitos e ao modo como tal dieta era suprida no passado. Analisemos a fala de um assentado sobre o prazer da sua mãe e o dele próprio em viver na roça.

Igual esse milho seco ai, esse milho seco ai é o seguinte: depois que eu fechar aqui eu vou comprar uma porca para mim e vou comprar umas galinhas, porque minha mãe gosta de roça, mas tem que ter as galinhas dela. Ela gosta de uma galinha caipira porque ela é mulher de roça, você entendeu? E a melhor coisa do mundo é que ela levanta cedo e vai debulhar o milho para tratar das galinhas dela, ela não é fácil não [...] Eu vou falar uma coisa para você, eu gosto de morar na roça e gosto de plantar minhas coisinhas, você entendeu? Eu gosto de ter as minhas coisinhas, eu gosto, eu adoro. A coisa mais bonita do mundo, igual aquela moita de quiabo ali oh, é você plantar e todo dia cedo você levantar e ver ela. É coisa bonita, rapaz! (Assentado do Núcleo Terra Sem Males, área 1).

Outro assentado, do mesmo núcleo de famílias, nos afirma que ele também faz uso dos produtos cultivados em seu lote, bem como, doa parte destes produtos aos amigos. A doação de alimentos pode ser entendida como uma demonstração de apreço destes sujeitos por pessoas que fazem parte do seu convívio ou por aquelas que, simplesmente, chegam para uma visita⁵⁸.

Eu consumo também, fora o que eu dou para os amigos. Aqui não tem esse negócio de miséria. Tudo o que planto vem porque é de coração. Eu comecei aqui com oito galinhas e um galo e hoje eu tenho mais de cem galinhas (Assentado do Núcleo Terra Sem Males, área 1)

⁵⁸ Registro aqui que, após a visita ao lote deste assentado, ele fez questão de eu aceitasse algumas raízes de mandioca, meia dúzia de ovos e alguns legumes que ele havia colhido. Em outras ocasiões também recebi presentes desta natureza.

Neste capítulo, pudemos perceber a complexidade do processo organizativo do PDS Mário Lago, sobretudo, as polarizações e contradições emergidas a partir das audiências públicas para elaboração do TAC. Certamente, tais questões acabaram refletindo nas condições de moradia e, principalmente, de produção deste assentamento. Todavia, devemos ressaltar que, as atuais formas de produção desenvolvidas pelos assentados do Mário Lago, estão relacionadas aos costumes, as trajetórias, as dietas alimentares destes sujeitos, enfim, a um modo de vida que, de fato, foi desestruturado pelo processo de modernização da agricultura brasileira (NORDER, 2004). Não obstante os limites, atualmente existentes, é preciso considerar que este modo de vida, esta forma de se relacionar com a natureza e de desenvolver atividades agrícolas apresenta potencialidades para se pensar novas possibilidades de uso da terra nesta região do Estado.

Considerações finais

O estudo de caso realizado a partir da desapropriação da Fazenda da Barra em Ribeirão Preto e sua posterior transformação em assentamentos rurais do tipo agroecológico mostra que a insustentabilidade ambiental gerada pela atividade canavieira tende a fortalecer a ação dos agentes que lutam, tanto à favor da redistribuição quanto da ressignificação do uso da terra no território paulista. Entretanto, é importante salientar também que a potencialidade da questão ambiental não permanece a mesma ao longo de todas as etapas de organização do assentamento. Em outras palavras, a dimensão ambiental apresenta-se como forte aliada no processo de desapropriação das propriedades cuja exploração econômica seja, ambientalmente insustentável. No entanto, na fase de desenvolvimento produtivo dos territórios reformados a mesma perde força, tornando-se, em muitas ocasiões, mero discurso de um ou outro agente.

Considerando que ainda faltam muitos investimentos públicos para o desenvolvimento das potencialidades produtivas do PDS Mário Lago, não podemos aqui, responder todas as questões formuladas. Porém, gostaríamos de registrar alguns apontamentos. Baseado nos depoimentos de alguns assentados e também de coordenadores do Assentamento Mário Lago, podemos afirmar que a adesão dos primeiros a um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, isto é, a aceitação de princípios agroecológicos e cooperativos se dá muito mais pelo desejo e necessidade que estes trabalhadores têm de reconstruir um determinado modo de vida. Tal reconstrução baseia-se, sobretudo, na possibilidade de extirpar as dificuldades enfrentadas nas periferias urbanas.

Neste sentido, a motivação para “produzir de forma agroecológica” não se dá apenas pela lógica do mercado, mas, sobretudo, por uma lógica de produção – material e imaterial – para o autoconsumo. Nesta perspectiva, um lote de terra com menos de dois hectares é quase que o ideal, pois é suficiente para a construção de uma nova moradia, livrando-os, assim, do pagamento de aluguel na cidade; um lote desta dimensão também garante uma relativa fartura de alimentos (frutas, verduras, legumes, carnes, ovos, entre outros). Outro aspecto importante que acreditamos estar relacionado à aceitação do projeto é a proximidade existente entre o PDS Mário Lago e a área urbana da cidade de Ribeirão Preto.

Marcada por um “*continuum rural-urbano*”⁵⁹, esta particularidade faz com que alguns assentados vejam nisto uma oportunidade de viver, concomitantemente, em dois espaços.

⁵⁹ Para uma melhor apreciação do conceito de *continuum rural-urbano* ver Baudel Wanderley (2001).

Assim, o assentamento torna-se uma estratégia para escapar das dificuldades presentes no cotidiano urbano (violência, desemprego, aluguel, insegurança alimentar, etc.), mas, ao mesmo tempo, o urbano não é, integralmente, abandonado, pois, é neste espaço que os trabalhadores encontram, ainda que precariamente, os recursos que faltam no campo, tais como: saúde, educação, trabalho, lazer, informação, entre outros⁶⁰.

Ao acompanhar as reuniões de discussão do TAC definitivo do PDS Mário Lago, pude constatar também que os técnicos das agências ambientais (DEPRN, CETESB, DAEE, DAERP, entre outras) ocupam e, continuarão a ocupar, um papel importante no processo de organização deste assentamento. No entanto, é preciso considerar que alguns técnicos não estão preparados para atuar no contexto rural. Em certas situações, estes profissionais mostram-se preocupados com os problemas vividos pelas famílias assentadas, todavia, eles não podem abrir mão de seguir as diretrizes, as normas e a legislação ambiental que dá suporte às suas atuações. Suas instituições também não dispõem de recursos financeiros para a realização de obras de infraestrutura nos assentamentos rurais. Desta forma, suas ações restringem-se à fiscalização e controle das atividades já desenvolvidas ou daquelas que, futuramente, venham a ser desenvolvidas dentro do assentamento.

Quanto ao papel da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto cabe dizer que esta promotoria sempre ocupou um lugar de destaque neste processo, no entanto, ela funciona mais como órgão de regulação e controle, pois, ao privilegiar a dimensão ambiental, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) torna-se um instrumento, meramente normativo, ou seja, até a finalização deste trabalho, o TAC não havia conseguido articular a questão da sustentabilidade ambiental com o desenvolvimento econômico das famílias assentadas no PDS Mário Lago.

Até meados do ano de 2010, a relação entre a Superintendência do INCRA em São Paulo e a direção regional do MST, em Ribeirão Preto, continuava polarizada. Tal situação comprova e amplia a hipótese por nós levantada, isto é, os agentes mediadores do processo de organização do PDS Mário Lago em Ribeirão Preto não só partem de diferentes concepções sobre a sustentabilidade ambiental como também divergem quanto aos atuais objetivos da política de reforma agrária para o Estado de São Paulo. Esta conjuntura dificulta e, até mesmo, tende a inviabilizar as possibilidades de realização de uma reforma agrária

⁶⁰ Os estudos sobre os assentamentos rurais revelam também que, atualmente, os mesmos vêm funcionando como um mecanismo de reorganização social, pois a partir do assentamento de uma família ocorre um processo de reagrupamento familiar, principalmente, pelo apoio dado pelos assentados aos seus parentes e amigos que, via de regra, encontram-se em precárias condições de vida ou exclusão social (MEDEIROS *et al.*, 1999).

progressista, isto é, de uma reforma agrária que seja sinônimo de justiça social, desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Ribeirão Preto
Inverno de 2010

5 - Referências

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, Porto Alegre: UFRGS; EMBRAPA; EMATER, 1995.

_____. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.24, n.2, p.1-25, 2003.

ALMEIDA, J; ASSAD, M. L. L. Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n.29, p.15-30, 2004.

ALMEIDA, J; GERHARDT, C. H. Ecologização dos agricultores ou construção de novos processos de dominação? A problemática ambiental nos espaços rurais, In: II Encontro da ANPPAS, Brasília, 2004. CD-ROM.

ALTIERI, M. A. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, A. (Ed.). *Agricultura y desarrollo sostenible*. Madrid: MAPA, 1995.

ALVES, F. J. da C. Modernização e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto. 1991, 347 p. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1991.

ANTUNIASSI, M. H. R. 15 anos de assentamentos de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo: o caso da família Pereira. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Org.). *Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais em São Paulo*, Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

ASSIS, R. L. Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão. Seropédica, RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005. (Embrapa Documentos, 196)

ASSUNÇÃO, R; VEIGA, J. E. R. Terra circunscrita, In: CALZAVARA, O; LIMA, R. O (Org.). *Brasil rural contemporâneo*. Londrina: EDUEL, 2004.

BARONE, L. A. Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. 2002, Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

_____.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas, In: FERRANTE, V. L. S. B; WHITAKER, D. C. A (Org.) *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*, Brasília: MDA; Araraquara: UNIARA, 2008.

_____. et al. Os parceiros da cana: dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo frente à produção agrícola para etanol. In: Encontro Anual da ANPOCS, 32., Caxambu, 2008, p.1-25.

BAÚ, C. H. R. Pequenos produtores fornecedores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP): uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. 2002, Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

BAUDEL WANDERLEY, M. N. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: out. 2008.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. et al. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. S; LEITE, S. (Org.) A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas, Porto Alegre; Rio de Janeiro: UFRGS; CPDA, 1999.

BERGAMASCO, S. M. P. P; FERRANTE, V. L. S. B. (Coord.) Censo de assentamentos rurais do Estado de São Paulo, Araraquara: FUNDUNESP; CNPq; FINEP, 1995.

BERGAMASCO, S. M. P. P; COSTA, C. M. O. Processo de organização da produção em assentamentos rurais no Brasil: a fazenda Pirituba/SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBRÉE, M; FERRANTE, V. L. S. B (Org.). Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais em São Paulo, Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

BRANDÃO, C. A. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas, In: I Encontro da ANNPAS, Indaiatuba, 2002. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>> Acesso em: jul. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS. Brasília: MDA, 2000. 50 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – INCRA. Dinâmicas regionais e questão agrária no Estado de São Paulo, São Paulo: INCRA, 2006a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – INCRA. Manual para elaboração e implantação de projetos de recuperação e conservação de recursos naturais em assentamentos da reforma agrária, Brasília: MDA; INCRA, 2006b. 20p.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira de grãos: nono levantamento, junho 2008. Brasília, 2008a. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: nov. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Plano de ação ambiental do INCRA, Brasília: MDA; INCRA, 2008b. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: dez. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instrução normativa Nº 50, de 22 de dezembro de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, 24 dez. 2008c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Reforma agrária: um PAC para o meio rural, São Paulo: INCRA, 2010.

CALZAVARA, O; LIMA, R. O (Org.) Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão, Londrina: EDUEL, 2004.

CANUTO, J. C. A perspectiva agroecológica em assentamentos rurais: reflexão em torno de experiências institucionais de construção do conhecimento. In: Jornada de Estudo sobre Assentamentos Rurais, IV, Campinas, 2009. FEAGRI/UNICAMP, 2009. p. 1-25.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios, Brasília: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004.

CARMO, M. S. Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas. In: BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBRÉE, M; FERRANTE, V. L. S. B (Org.). Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais em São Paulo, Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada: resposta a Zander Navarro. In: SOUZA SANTOS, B. (Org.). A globalização e as ciências sociais, São Paulo: Cortez, 2005.

CARTER, M. (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHONCHOL, M. E. F. Assentamento Monte Alegre: conflitos e negociações nas ocupações de terras. In: BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBRÉE, M; FERRANTE, V. L. S. B. (Org.). Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais em São Paulo, Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

CONCRAB. Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência da Comuna da Terra, Brasília: Editora Distrital, 2001(Caderno de Cooperação Agrícola No.15)

_____. O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento, São Paulo: CONCRAB, 2004 (Caderno de Cooperação Agrícola Nº. 10)

CORTEZ, C. et al. Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade, BIONATUR, s/d. Disponível em: <<http://www.alternet.com.br/bionatur>>. Acesso em: jul. 2009.

COSTA NETO, C; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à reforma agrária agroecológica no Brasil? In: ALIMONDA, H. Ecologia Política: natureza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia>>. Acesso em: nov. 2008

CPT. Conflitos no campo Brasil 2009. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DELGADO, G. C. Capital financeiro e agricultura no Brasil, São Paulo: Ícone, 1985.

_____. Capital e política agrária no Brasil: 1930–1980, In: SZMRECSÁNYI, T; SUZIGAN, W. (Org.) História econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo: Hucitec; Edusp; Imprensa Oficial, 2002.

_____. A questão agrária no Brasil, 1950–2003, In: SZMRECSANYI, T; RAMOS, P. Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual, São Paulo: INCRA, 2005.

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no Pós-Guerra: um estudo da reflexão agrária, In: SZMRECSÁNYI, T et al (Org.) Ensaio de história do pensamento econômico do Brasil contemporâneo, São Paulo: Atlas, 2007.

ELIAS, D. Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERNANDES, F. Sociedade de classe e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, B. M. et al (Coord.) RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais do município de Teodoro Sampaio, Presidente Prudente: NERA; INCRA;UNESP, 2006.

_____. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. et al (Coord.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil, Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

FERRANTE, V. L. S. B. A chama verde dos canaviais: uma história de lutas dos bóias frias. 1991, 524 p. Tese (Livre docência em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1991.

_____. No reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam. In: MARINHO, D. N. C; ROSA, S. L. C; SCHIMIDT, B. V. (Orgs). Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

_____. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. In: CONGRESSO DA LASA, XXVIII, Rio de Janeiro, 2009. p. 1-28.

FINKLER, C. N. et al. Agroecologia: a organização camponesa reconstruindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. In: Encontro Estadual de Agroecologia, 5, Cascavel, 2006.

FIRMIANO, F. D. A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto-SP. 2008, 234 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

FOLADORI, G. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas: UNICAMP, 2004.

GERMER, C. O sentido histórico da reforma agrária como processo de redistribuição da terra e da riqueza. Revista da Reforma Agrária, São Paulo, v. 34, n. 2, p.41-55, 2007.

GOLDEFARB, Y. A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestão, principais atores e desafios. 2007, 91 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) -

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GRAZIANO DA SILVA J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, São Paulo: UNICAMP; IE, 1996.

GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. (Org.) Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

_____. Bases teóricas e epistemológicas da agroecologia a partir da sociologia rural. In: GUTERRES, I. (Org.) Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006

HELFAND, S; GRAZIANO DA SILVA, J. Pobreza Rural no Brasil: O Papel das Políticas Públicas, IPEA; FAO, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: maio. 2009.

IANNI, O. A classe operária vai ao campo. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ITESP. Programa de recuperação ambiental nos projetos de assentamento. In: LEITE, P. S. et al (Orgs.) Reforma agrária e desenvolvimento sustentável, Brasília: NEAD; MDA, 2000.

LEFF, E. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Editora da FYRB, 2000.

LOPEZ, C. C. et al. Pontal Verde 1998-2004: Caminhos percorridos e resultados obtidos. Disponível em: <<http://www.homologa.ambiente.sp.gov.br>>. Acesso em: ago. 2009.

LUTZENBERG, J. Ecologia: do jardim ao poder. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

MARTÍNEZ-ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, J. S. (Coord) Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2004.

MEDEIROS, L. S; LEITE, S. (Org.) A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre; Rio de Janeiro: UFRGS; CPDA, 1999.

MONTENEGRO GÓMES, J. R. Los límites del consenso: la propuesta de desarrollo territorial rural em América Latina. In: FERNANDES, B. M. (Org.) Campesinato e agronegócio na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOREIRA, R. J. Questão agrária e sustentabilidade. In: ALIMONDA, H. Ecologia Política: natureza, sociedade y utopia. CLACSO, Buenos Aires, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/moreira.pdf>>. Acesso em: nov. 2008).

_____. Questão agroecológica: notas sobre um campo sócio-técnico-político. In: Jornada de Estudo sobre Assentamentos Rurais, IV, Campinas, 2009. FEAGRI/UNICAMP. p. 1-22.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos Sem-Terra no Brasil. In: SOUZA SANTOS, B. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NORDER, L. A. C. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. Lutas & Resistência, Londrina v.1, p. 107-120, 2006.

PAULA, J. MST pressiona INCRA com novo acampamento, Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, p. 4A, 11 de fevereiro de 2004.

PRADO JUNIOR, C. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RAMOS, P. Políticas públicas e perspectiva de viabilização dos assentamentos rurais. Retratos de Assentamentos, Araraquara, nº 12, p. 69-86, 2009.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA, v. 15, n. 1, jan./abr. 1985.

REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA – NERA, ano, 9, n. 8, Jan/Jun 2006.

ROMEIRO, A. R. Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

ROSIM, L. H. Nas terras da usina, o fazer-se de um assentamento. 1997, Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1997.

SACHS, I. O desenvolvimento sustentável: do conceito à ação, de Estocolmo a Johannesburgo. In: DOWBOR, L.; TAGNIN, R. (Orgs.) Administrando a água como se fosse necessário, São Paulo: SENAC, 2005.

SANTOS, J. V. T. Efeitos sociais da modernização da agricultura. In: SZMRECSÁNYI, T; SUZIGAN, W. (Org.) História econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo: Hucitec; Edusp; Imprensa Oficial, 2002.

SÃO PAULO – Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, Pontal Verde: plano de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, n.1 São Paulo: ITESP, 2001.

SAUER, S. Conflitos agrários no Brasil. In: BUAINAIN, A. M. et al (Coord.) Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SCHEFFER, R. Culturas somem de Ribeirão Preto. Gazeta de Ribeirão, Ribeirão Preto, p.12, 08 de fevereiro de 2009.

SCOPINHO, R. A. et al. Modernização e impactos sociais: o caso da agricultura sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

SCOPINHO, R. A. Vigiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total. São Paulo: Editora Annablume; FAPESP, 2003.

_____. O processo organizativo do Assentamento Sepé Tiarajú – SP: os sentidos e os caminhos da cooperação. Grupo de Pesquisa Trabalho, Organização Social e Comunitária - Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, FAPESP, 2007.

SILVA, M. A. M; FERRANTE, V. L. S. B. Roupa nova para um velho sonho: assentamentos de trabalhadores rurais e reforma agrária. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.1, n.3, p. 32-40, 1987.

SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SILVA, M. A. M; MARTINS, R. C. Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio, Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 91-106, 2006.

SZMRECSÁNYI, T. Pequena história da agricultura no Brasil: do escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho, para onde vai a agroindústria. São Paulo: Contexto, 1990.

THOMAZ JUNIOR, A. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! A civilização da barbárie na agroindústria canavieira. Pegada, Presidente Prudente, v.8, n.2, p.5-26, 2007.

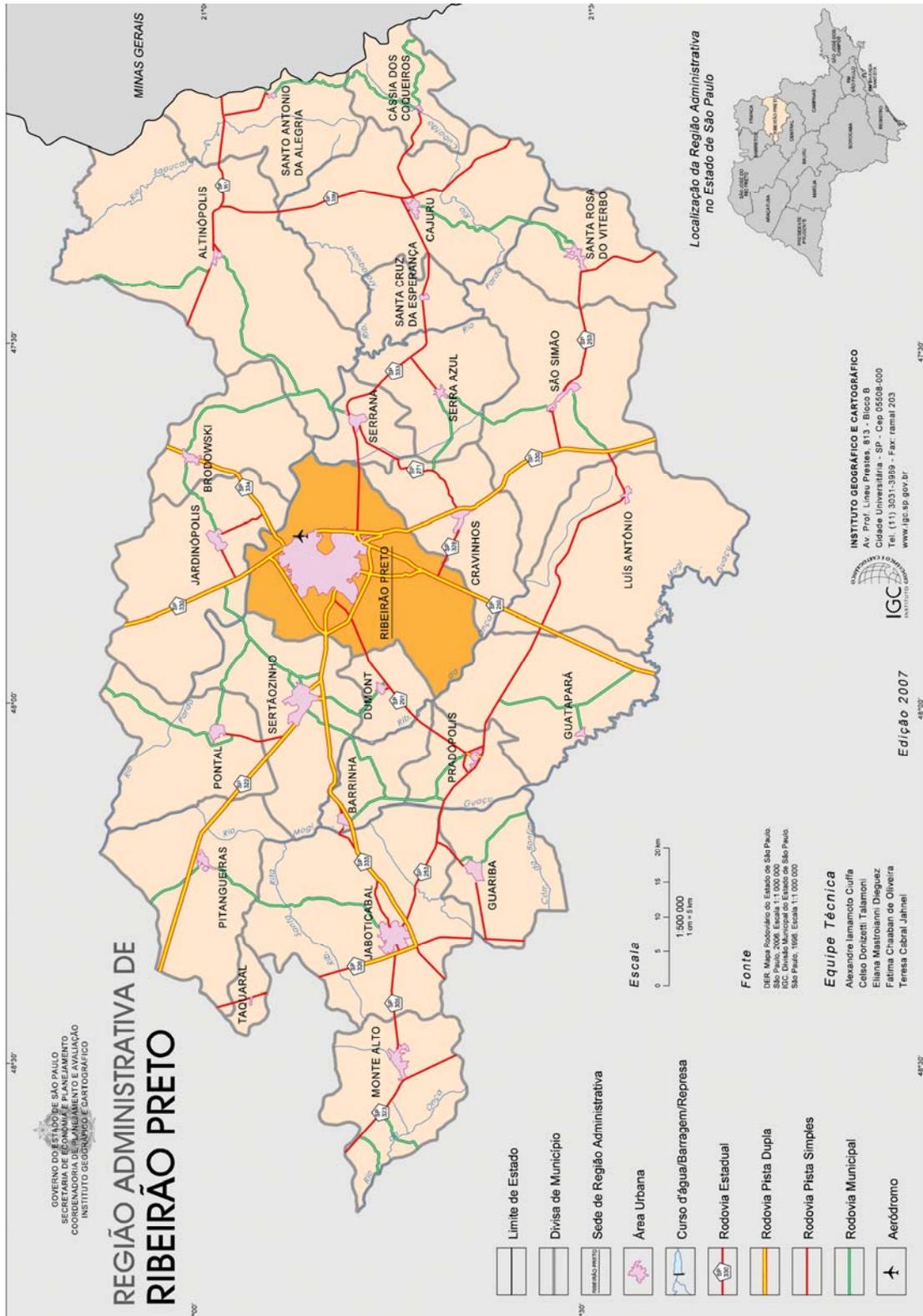
TORNATORE, N. Proprietário afirma que Fazenda da Barra é produtiva, Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, p. 4A, 05 de agosto de 2003.

_____. Embrapa e MST discutem novo tipo de assentamento, Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, p. 5A, 14 de setembro de 2005.

VALADÃO, A. C; BRANDENBURG, A. A emergência da dimensão ecológica nos assentamentos rurais do MST no Estado do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIV, Rio de Janeiro, 2009. p. 1-22.

WALDMAN, M. Ecologia e lutas sociais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1998.

ANEXOS



A – Mapa da região administrativa de Ribeirão Preto

PORTARIA/INCRA/Nº 477/99

Brasília, 04 de novembro de 1999.

BOLETIM/INCRA nº 45 DE 08/11/99

O PRESIDENTE, SUBSTITUTO, DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 4º, § 2º, e 20, da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto n.º 966, de 27 de outubro de 1993, combinado com o art. 24 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MAARA / Nº 812, de 16 de dezembro de 1993 e, de conformidade com a delegação de competência prevista na portaria INCRA/P/n.º 57, de 09 de março de 1999, publicada no Diário Oficial do dia 11 seguinte:

CONSIDERANDO as recomendações da Comissão Interinstitucional - Portaria Interministerial/P/nº 1/99, de 24 de setembro, D.O.U de 27 de setembro, entre os Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária - MEF e o Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Reforma Agrária deve ser um fator básico de conservação dos biomas brasileiros e da floresta amazônica, em particular;

CONSIDERANDO que a manutenção da atividade extrativista tradicional e o apoio às populações que desenvolvem são fatores determinantes para a conservação da biodiversidade.

CONSIDERANDO que a legalização das terras que as populações extrativistas tradicionalmente habitam deve vir acompanhada de uma política para a economia extrativista, que viabilize suas atividades e que permita a estas populações produzir,

comercializar sua produção e, em consequência, continuar habitando e defendendo a floresta.

CONSIDERANDO que as florestas brasileiras demandam um programa de reforma agrária que respeite as formas tradicionais de ocupação e produção, RESOLVE;

Art. 1º - Criar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental;

Art. 2º - Destinar as áreas para tais projetos mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominial ou cooperativista;

Art. 3º - Estabelecer que os Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS's serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos e contará com participação do Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA e do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS. Esta modalidade de projeto terá as bases de sustentabilidade e promoção da qualidade de vida como seus pontos determinantes.

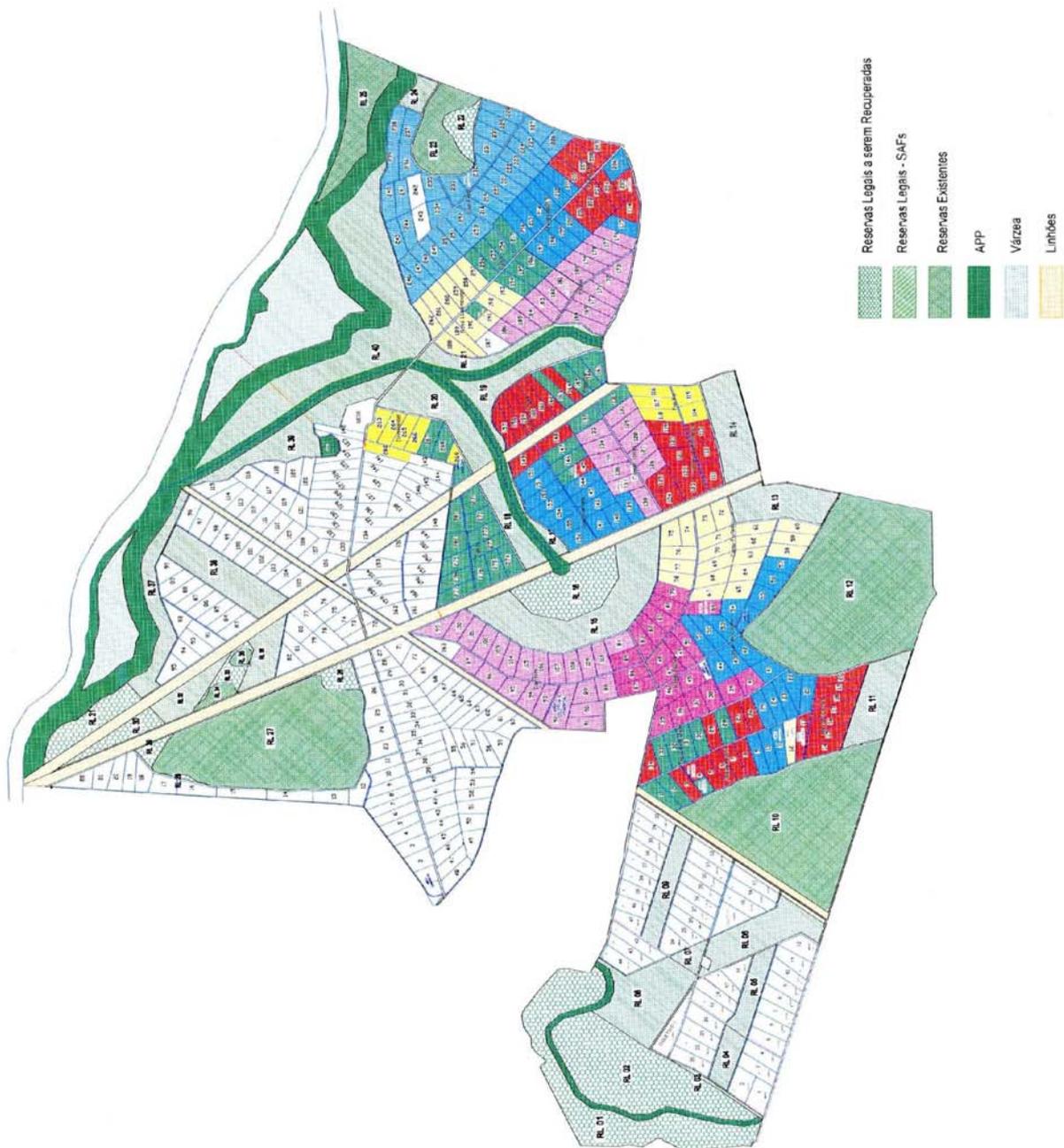
Art. 4º - Estabelecer que a criação de projetos dessa modalidade somente ocorrerão em terras de dominialidade de organismos federais, estaduais e municipais.

Art. 5º - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA baixará, no prazo de sessenta dias, os atos normativos complementares, objetivando a execução da presente Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor sessenta dias após a data da sua publicação.

NELSON BORGES GONÇALVES

FAZENDA DA BARRA



QUADRO DE ÁREAS			
CLASSE	ÁREA (ha)	VALOR %	
Reserva Legal - RL 01	31,6325	2,05	
Reserva Legal - RL 02	33,1439	2,15	
Reserva Legal - RL 03	0,9814	0,06	
Reserva Legal - RL 04	3,9752	0,26	
Reserva Legal - RL 05	5,1073	0,33	
Reserva Legal - RL 06	12,0769	0,78	
Reserva Legal - RL 07	1,7857	0,12	
Reserva Legal - RL 08	16,0343	1,04	
Reserva Legal - RL 09	6,8250	0,44	
Reserva Legal - RL 10	53,3437	3,46	
Reserva Legal - RL 11	10,5542	0,68	
Reserva Legal - RL 12	72,1928	4,68	
Reserva Legal - RL 13	10,3770	0,67	
Reserva Legal - RL 14	11,6956	0,76	
Reserva Legal - RL 15	25,6766	1,67	
Reserva Legal - RL 16	14,1846	0,92	
Reserva Legal - RL 17	1,8319	0,12	
Reserva Legal - RL 18	5,7834	0,38	
Reserva Legal - RL 19	9,4047	0,61	
Reserva Legal - RL 20	12,6413	0,82	
Reserva Legal - RL 21	5,0058	0,32	
Reserva Legal - RL 22	3,7737	0,24	
Reserva Legal - RL 23	10,7610	0,70	
Reserva Legal - RL 24	2,3636	0,15	
Reserva Legal - RL 25	13,3352	0,87	
Reserva Legal - RL 26	2,9463	0,19	
Reserva Legal - RL 27	53,6079	3,48	
Reserva Legal - RL 28	0,3157	0,02	
Reserva Legal - RL 29	1,4335	0,09	
Reserva Legal - RL 30	3,9841	0,26	
Reserva Legal - RL 31	7,1854	0,47	
Reserva Legal - RL 32	5,4497	0,35	
Reserva Legal - RL 33	2,3145	0,15	
Reserva Legal - RL 34	1,6470	0,11	
Reserva Legal - RL 35	0,9157	0,06	
Reserva Legal - RL 36	5,5728	0,36	
Reserva Legal - RL 37	9,7703	0,63	
Reserva Legal - RL 38	12,6817	0,82	
Reserva Legal - RL 39	14,3119	0,93	
Reserva Legal - RL 40	42,9017	2,78	
TOTAL DE RESERVA LEGAL	539,5065	35,00	
APP	99,9436	6,49	
VARZEA	43,6818	2,83	
LINHÕES	61,2727	3,98	
ESTRADAS	60,5959	3,98	
ÁREA DE LOTES	740,0695	48,01	
TOTAL	1541,3462	100%	

C – Mapa da Fazenda da Barra com a demarcação das áreas de Reserva Legal

Entrevistado (a)	Idade (anos)	Estado civil	Nº filhos	Origem	Experiências de trabalho (local)	Núcleo
01	43	divorciado	01	Bahia	Agricultor (BA), cortador cana (RP) ajudante cozinha, balconista e garçom (SP), sacoleiro, proprietário de fábrica de tijolos e jardineiro (RP)	Salete Strozak
02	56	casado	03	Minas Gerais	Agricultor (MG), funileiro (SP, MG, RP), motorista (RP).	Paulo Freire
03	64	viúvo	01	Bahia	Agricultor (BA), madeireiro (MT, GO), pedreiro e vigia (RP)	Salete Strozak
04	60	casado	00	Bahia	Agricultor (BA), Garçom e metalúrgico (SP)	Caio Prado
05	42	casado	01	São Paulo	Agricultor, cortador de cana e operário de usina (SP)	Caio Prado
06	49	solteiro	00	Minas Gerais	Vaqueiro (MG), agricultor e pedreiro (SP)	Terra Sem Males
07	67	viúvo	03	Bahia	Agricultor (BA), pedreiro (SP, RP)	Margarida Alves
08	52	casado	00	Minas Gerais	Agricultor (MG), operário (SP), pedreiro vigia e caseiro (RP)	Salete Strozak
09	51	solteira	00	São Paulo	Agricultora e operária (SP)	Antonio Conselheiro
10	62	casada	04	Minas Gerais	Agricultura (MG), doméstica (RP)	Antonio Conselheiro
11	60	casado	05	Paraná	Agricultor (PR, SP), pedreiro (RP)	Terra Sem Males
12	55	casado	01	São Paulo	Agricultor (PR), garimpeiro (PA), pintor (SP)	Terra Sem Males

(RP) = Ribeirão Preto ou região
Fonte: caderno de campo / março 2010

D – Perfil dos assentados e assentadas entrevistados na segunda etapa da pesquisa de campo.